

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

Prêmio de Produção Científica Reynaldo Camargo Neves

De 01 a 05 de outubro – 2012

ANAIS-II SIMPÓSIO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XX Simpósio de Iniciação Científica
V Mostra de Trabalhos de Pós-Graduação
VI Prêmio Prof. Reynaldo Camargo Neves
Ano XX – No. 20 - Outubro de 2012



APOIO



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

ANAIS-II SIMPÓSIO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XX Simpósio de Iniciação Científica
V Mostra de Trabalhos de Pós-Graduação
VI Prêmio Prof. Reynaldo Camargo Neves
Ano XX – No. 20 - Outubro de 2012

REALIZAÇÃO DO EVENTO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPG

Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

COORDENADOR DO EVENTO

Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO

Cristiane Aparecida Batini

Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto

EDITOR

Anais - II Simpósio Nacional de Iniciação Científica

Anais - XX Simpósio de Iniciação Científica

Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**
Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

MEMBROS DO CONSELHO CIENTÍFICO
Anais - II Simpósio Nacional de Iniciação Científica
Anais - XX Simpósio de Iniciação Científica

Prof.^a Ms. Adriana Macedo Patriota Faganello
Prof.^a Ms. Aline Benitez
Prof.^a Ms. Ana Claudia Trevisan
Prof.^a Ms. Angelita Xavier dos Santos
Prof.^a Ms. Aparecida Vani Frasson Gaion
Prof.^a Ms. Carla Regina Pires
Prof.^a Ms. Carolina Alves Nascimento Alvim
Prof.^a Ms. Claudia Vanessa Bergamini
Prof. Ms. Écliton dos Santos Pimentel
Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa
Prof.^a Ms. Elis Carolina de Souza Fatel
Prof.^a Ms. Eloa Wirgues Garrido
Prof. Esp. Douglas Lima Mouro
Prof. Ms. Fábio Freire
Prof.^a Dra. Mirian Cristina Maretti
Prof. Ms. Ivan Prado Junior
Prof. Ms. Thiago Cezar Fujita
Prof. Dr. João Juliani
Prof. Dr. João Antonio Cyrino Zequi
Prof. Esp. João Ricardo Anastácio da Silva
Prof.^a Ms. Juliane Alves
Prof. Dr. Juscélio Donizete Cardoso
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães
Prof. Ms. Luiz Antonio Alves
Prof. Ms. Raul.Hidetoci Mioshi Junior
Prof.^a Ms. Larissa Gutierrez de Carvalho Silva
Prof. Ms. Mauro Fernando Duarte
Prof.^a Ms. Marcia Aparecida Alferes
Prof.^a Ms. Maria Paula de Carvalho Ewald
Prof.^a Ms. Mariana Amaral
Prof.^a Ms. Marta Virginea Machado Klein
Prof.^a Dra. Mirian Ribeiro Alves Maiola
Prof.^a Esp. Mylena Cristina Dornellas da Costa
Prof.^a Ms. Patricia M. Castelo Branco
Prof. Dr. Paulo Adeildo Lopes
Prof.^a Ms. Roberta Garbelini Gomes
Prof. Dr. Rodrigo Duarte Seabra
Prof.^a Esp. Roseli Victorio Vitor
Prof.^a Ms. Rosália Hernandez F. Vivan
Prof.^a Dra. Rita de Cássia Domansky
Prof.^a Ms. Silvana Cristina Cruz e Melo
Prof.^a Ms. Suelen Santos da Silva
Prof. Ms. Ivan Prado Junior
Prof. Ms. Thiago Cezar Fujita
Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta

**ENTIDADE MANTENEDORA
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA**

Diretoria:	
Sra. Ana Maria Moraes Gomes	Presidente
Sr. Claudinei João Pelisson	Vice-Presidente
Sra. Edna Virginia Castilho Monteiro de Mello	Secretária
Sr. José Severino	Tesoureiro
Dr. Osni Ferreira (Rev.)	Chanceler
Dr. Eleazar Ferreira	Reitor

Reitor

Dr. Eleazar Ferreira

Coordenadora de Projetos Especiais e Assessora do Reitor

Josseane Mazzari Gabriel

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Ms. Lupércio Fuganti Luppi

Coordenador de Ação Acadêmica

Prof. Ms. Lupércio Fuganti Luppi

Coordenadora de Controle Acadêmico

Prof.^a Esp. Alexandra Pires Lucinger

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Dra. Damares Tomasin Biazin

Coordenador de Pesquisa e Publicações Científicas

Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Mario Antônio da Silva

Coordenadora de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof.^a Dra. Valéria Maria Barreto Motta dos Santos

Coordenador Geral Acadêmico da UniFil VIRTUAL

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Administração

Prof.^a Esp. Denise Dias Santana

Agronomia

Prof. Dr. Fabio Suano de Souza

Arquitetura e Urbanismo

Prof. Ms. Ivan Prado Junior

Biomedicina

Prof.^a Ms. Karina de Almeida Gualtieri

• Ciências Biológicas

Prof.^o Dr. João Antônio Cyrino Zequi

Ciência da Computação

Prof. Ms. Sergio Akio Tanaka

Ciências Contábeis

Prof. Ms. Eduardo Nascimento da Costa

Direito

Prof. Dr. Osmar Vieira

Educação Física

Prof.^a Ms. Joana Elisabete Ribeiro Pinto Guedes

• Enfermagem

Prof.^a Ms. Rosângela Galindo de Campos

Engenharia Civil

Prof. Dr. Paulo Adeildo Lopes

Estética e Cosmética

Prof.^a Ms. Mylena C. Dornellas da Costa

Farmácia

Prof.^a Dra. Gabriela Gonçalves de Oliveira

Fisioterapia

Prof. Ms. Luiz Antonio Alves

Gastronomia

Prof.^a Esp. Cláudia Diana de Oliveira Hintz

Gestão Ambiental

Prof. Dr. Tiago Pellini

Logística

Prof. Esp. Pedro Antonio Semprebom

Medicina Veterinária

Prof.^a Ms. Maira Salomão Fortes

Nutrição

Prof.^a Ms. Elis Carolina de Souza Fatel

Pedagogia

Prof.^a Ms. Ana Cláudia Cerini Trevisan

Psicologia

Prof.^a Dra. Denise Hernandez Tinoco

Sistema de Informação

Prof. Dr. Rodrigo Seabra

Teologia

Prof. Dr. Mário Antônio da Silva

SECRETARIA

Marinês Rodrigues Ferreira Matsumoto

Sumário

1º LUGAR

EUDAIMONIA, FELICIDADE COMO META DA POLÍTICA EM ARISTÓTELES_ HOJE, REALIDADE OU UTOPIA?

Ana Amélia de Oliveira Romero, Bruno Félix Coronado, Christyan Pereira da Silva, Giancarlo Brojato, Roberto Shinze Yahiro, Prof^a. Ms. Eleanor Abel Oda Teruya

2º LUGAR

DANÇA DE SALÃO: Sua Influência na Qualidade De Vida

Denise Dias de Santana, Rodrigo Inácio Rocha Silva

3º LUGAR

CARACTERIZAÇÃO DA URGÊNCIA SUBJETIVA NO CONTEXTO DA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA

Karen Stocco, Patricia Faria Lino de Almeida, Raquel Popoff, Thainá Cristina Santos, Valéria Beatriz Machado, Valéria Vieira da Silva, Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti

PRÊMIOS HONRA AO MÉRITO

A JUDICIALIZAÇÃO COMO AGENTE DE FORTALECIMENTO E HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

Denize Maione Grande, Rosangela Aparecida Barbosa Polzato, Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA_ OS PODERES E DEVERES DOS ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS

Francielle Yukari Rodrigues, Prof. Esp. Denise Dias de Santana

DEFICIÊNCIA VISUAL E A PULSÃO ESCÓPICA: UMA QUESTÃO A SER ABORDADA

Jéssica Molina Quessada, Prof.^a Ms. Francisca Carneiro de Sousa Klockner

INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA À IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Livia Teruel Soré, Prof.^a Ms. Francisca Carneiro de Sousa Klockner

INFLUÊNCIA DE FATORES AMBIENTAIS SOBRE A OCORRÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ESCOLARES DOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, PARANÁ

Lara Ribeiro Sisti, Luisa de Albuquerque Philippsen, Graziela Maria Gorla Campiolo dos Santos

O SOFRIMENTO INFANTIL E O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO AUMENTO DA DEMANDA POR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM CLÍNICAS-ESCOLA
Marilda dos Reis Malagutti, Shirlei Alves Ribeiro, Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti

RECICLAGEM DOS GALPÕES DA FAMÍLIA SAHÃO PARA A NOVA SEDE DA KINOARTE
Jessica Shiotani Arasake, Angélica Kohls Schwanz

TEORIA E PRÁTICA: UNIÃO SEM FRONTEIRAS ENTRE UNIVERSIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A PRÁTICA CIDADÃ NA PERIFERIA DE LONDRINA
Thainá Albertasse, Vanessa Campos Mariano, Cilene Dias Marcondes, Andressa Cristina Molinari, Elza Tie Fujita, Elaine Mateus, Sandra Aparecida Pires Franco

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNIFIL: dos mitos fundadores aos tempos atuais
Michele Souza, Perla P. Barros, Polyana Almeida, Robson L. Garcia, Suelen Fernandes Liba, Tayna Batista, Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti

UMA CLÍNICA DIFERENCIADA: O trato com adolescentes em conflito com a lei por meio da abordagem psicanalítica Winnicottiana
Fabricio Ramos de Oliveira, Prof.^a Ms. Silvia do Carmo Pattarelli



A JUDICIALIZAÇÃO COMO AGENTE DE FORTALECIMENTO E HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS

**JUDICIALIZACION AS AGENT OF INVIGORATION AND HUMANIZATION OF THE LABOR
RELATIONSHIPS**

Denize Maione Grande¹

Rosangela Aparecida Barbosa Polzato¹

Sandra Cristina Martins Nogueira Guilherme de Paula²

RESUMO:

Este estudo consistiu na análise da cultura da judicialização, na reflexão sobre a necessidade de revisão de valores que norteiam a busca dos direitos, bem como na inclusão da humanização nas relações de trabalho entre empregado e empregador e sua forma de entendimento no âmbito social. Tem por objetivo proporcionar a percepção sobre a influência do tema nos operadores do Direito, cuja função requer racionalidade e compreensão dos fatos para orientar o convívio social e laboral de forma harmônica entre os agentes da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho; valores; direito; empregado; empregador.

ABSTRACT:

This study consisted relative title to the project research "Civil Responsibility for work accident in a practical application and interdisciplinary: simulation of practical case with accomplishment of labor audience". Consisted in the analysis of judicialization culture, and the reflection about the need of revision of values that guides search of the rights, as well as in the inclusion of the humanization in the work relationships among employee and employer and your understanding form in the social ambit. It has for objective to provide the perception on the influence of the theme in the operators of the Right, whose function requests rationality and understanding of the facts to guide the social conviviality and employment in a harmonic way among the agents of the society.

KEYWORDS: work, values, right, employee, employer.

1. INTRODUÇÃO

¹ Alunos do 2º ano do curso de Direito no Centro Universitário Filadélfia - UniFil

² Profª. Orientadora do Centro Universitário Filadélfia - UniFil



O objetivo deste artigo é contribuir para o desenvolvimento de acadêmicos do curso de Direito e ciências afins, fornecendo subsídios para formação do pensamento relacionado ao resgate de valores humanos, minimizando a judicialização das relações trabalhistas.

O trabalho também se propõe a advertir sobre a necessidade de humanização nas relações, sem, contudo, confundir as suas peculiaridades.

Na primeira parte do trabalho, optou-se por demonstrar a importância da definição dos termos empregado e empregador, e também promover a análise dos seus significados no âmbito jurídico.

Dado o cenário da flexibilização das relações trabalhistas, buscou-se resgatar fatos que deram início à discussão desse tema, cujos artigos encontram-se destacados na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Na sequência, foram abordadas as principais teorias a respeito da judicialização e da humanização no contexto do Direito do Trabalho.

Por último, é evidenciada a relação do Direito do Trabalho e Direitos Humanos, com o objetivo de auxiliar na melhor compreensão dos processos e apresentar reflexões acerca da pesquisa realizada.

1.1. Objetivos gerais

Dentre as contribuições que este artigo pretende no âmbito acadêmico e de pesquisa, consideram-se de maior relevância:

- Aperfeiçoar os conhecimentos acerca do tema;
- Distinguir e compreender o conceito de empregado e empregador;
- Perceber a influência da judicialização nas relações trabalhistas;
- Promover o resgate dos valores humanos para o melhor convívio social no ambiente laboral.



1.2. Justificativa

A legislação trabalhista brasileira, criada a partir da década de 30, compunha um conjunto de normas que tinha como um de seus objetivos alavancar a modernização do país, advinda da era da industrialização.

O reconhecimento de direitos sociais e individuais foi um marco na história das relações capitalistas brasileiras, ainda que surgindo como ferramenta de controle do trabalhador. A CLT – Consolidação das Leis de Trabalho – foi criada como um sistema de duas vertentes, ou seja, regulamentava direitos trabalhistas, mas também restringia liberdade e movimentos sindicais.

No decorrer dos anos a mudança no sistema trabalhista foi significativa com a institucionalização dos organismos sindicais, com a constituição de 1988 e, a partir dos anos 90, com a intensificação da flexibilização das relações trabalhistas.

A evolução da relação de trabalho trouxe vantagens e desvantagens, sempre marcadas pela judicialização de conflitos e fortes embates entre a classe trabalhadora e a patronal.

Isto posto, esta pesquisa tem a finalidade de melhor compreender esse relacionamento no mundo contemporâneo que, com base nos preceitos da justiça vinculada à ética, procura fortalecer a humanização no comportamento social e trabalhista.

1.3. Definição dos termos: Empregado e Empregador

A CLT estabelece em seu artigo 2º o conceito da figura do Empregador para o ramo do direito do trabalho, sendo aquele considerado como pessoa física ou jurídica que contrata trabalhadores para a prestação de serviços, mediante pagamento de salário. É o empregador quem assume os riscos relacionados à atividade econômica sob sua responsabilidade. Desta forma, empregador é a empresa individual ou coletiva que dirige a prestação de serviços. Ainda equiparam-



se ao empregador os profissionais liberais, associações ou outras instituições sem fins lucrativos.

Ainda preconizado pela CLT em seu artigo 3º, “*considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário*”. Como requisitos essenciais para a caracterização dessa figura, temos: pessoa física, prestação do serviço não eventual, dependência, pagamento de salário e prestação pessoal de serviços.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A Lei como garantia dos direitos do indivíduo

Dentre os princípios do Estado de Direito, há a tutela judicial que, por meio de ação adequada, aquele cujo direito tenha sido violado ou ameaçado de violação, pode obter a proteção da justiça, servindo tanto para reparar ou restabelecer o direito, como para prevenir que este seja lesado.

Entretanto, as necessidades não são unânimes e, em um contexto geral, não são comuns a todos os indivíduos.

Desta forma, há que se aliar a justiça à ética na resolução dos conflitos e na garantia dos direitos, de forma recíproca.

2.2. A judicialização em excesso

O termo “*judicialização*” é entendido como o processo pelo qual questões de repercussão política ou social são decididas pelo Poder Judiciário e não pelas instâncias tradicionais que são o Poder Legislativo e Poder Executivo. É a transferência de poder aos juízes e tribunais para decidirem questões fundamentais e que não foram solucionadas em outra esfera.



Aqui, preocupa a banalização que as situações podem implicar, pois nem tudo deve ser levado à resolução pela esfera judicial. O prejuízo causado pelas ações é imensurável, tanto no que tange ao desgaste do trabalhador, como para a empresa e, principalmente, para o Poder Judiciário que, com o excesso de demandas e a morosidade do sistema, acaba por aumentar os custos à esfera pública, gerando um histórico que dificilmente será modificado em se tratando dos reflexos no desenvolvimento econômico e financeiro da população.

Assim, deve-se extrair dos desdobramentos dos processos judiciais o aprendizado e conhecimento para embasar as relações de trabalho, tendo como referência a ética para a busca da justiça para todos.

2.3. A justiça e a inversão de valores

A justiça está presente para dar respaldo à sociedade e garantir o convívio harmonioso entre o cidadão e o Estado, porém, o excesso no requerimento de direitos e a questão do dano moral que acompanha muitas dessas demandas causa necessidade de reflexão sobre a transposição de valores.

O empregado não deve privar-se das vantagens econômicas e dos benefícios que o Direito do Trabalho lhe proporciona. Contudo, há que se formular a relação trabalhista por meio de diálogos, fortalecendo a ideia de Estado Democrático de Direitos, que está contido na Constituição Federal, fundamentando o que o direito tem por função proteger.

Aqui, cabe lembrar MAURÍCIO GODINHO DELGADO, que em sua obra Curso de Direito do Trabalho (2012, p. 196), descreve que o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas “traduz a inviabilidade técnico-jurídica de poder o empregado despojar-se, por sua simples manifestação de vontade, das vantagens e proteções que lhe asseguram a ordem jurídica e o contrato”. E ainda:



A indisponibilidade inata aos direitos trabalhistas constitui-se talvez no veículo principal utilizado pelo Direito do Trabalho para tentar igualizar, no plano jurídico, a assincronia clássica existente entre os sujeitos da relação socioeconômica de emprego (GODINHO, 2012, p. 196).

No entanto, as regras e normas trabalhistas em excesso e o aumento dos processos judiciais podem banalizar as relações entre empregado e empregador, gerando um passivo para a sociedade como um todo, que poderia ser transformado em ativo e utilizado para a criação de novas frentes de trabalho.

2.4. O resgate da humanização nas relações de trabalho

Quando se diz que a evolução tecnológica modifica a relação de trabalho e a produção, é preciso reforçar que os cenários econômico, político e social também o fazem. O Direito do Trabalho está sempre em constante evolução e o Estado deve cada vez menos interferir, cabendo aos agentes cumprir as normas e adaptá-las às novas necessidades sociais, respeitando a dignidade da pessoa humana protegida pelo ordenamento jurídico brasileiro e reconhecida por uma infinidade de nações.

A humanização das relações deve ter a importância fundamental de não trazer desigualdades sociais entre as partes. Deve existir para minimizar conflitos e trazer resultados para ambos.

O trabalho é inerente à condição humana. Por meio do trabalho o ser humano desenvolve suas potencialidades, ao mesmo tempo em que recebe e expressa solidariedade. Por isso o trabalho não deve ser tratado como simples mercadoria, devendo ser reconhecido como um direito individual e um dever social, que deve ser exercido em condições justas. (DALLARI, 2004, p. 57).

As atividades laborais contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando bem-estar e equilíbrio socioeconômico. Assim, os



empregados e empregadores são merecedores de respeito sejam quais forem os segmentos em que atuem.

Numa sociedade organizacional justa, as relações humanas devem prevalecer acima de qualquer outro aspecto, como forma de solucionar conflitos e reforçar o valor moral do trabalho.

2.5. Uma nova ideologia para o sistema jurídico-trabalhista

Esta nova ideologia consiste na cultura do bem, do justo, aliada à ética. Contratos cumpridos em sua totalidade, discussão e reflexão sobre pontos controversos e também sobre os possíveis prejuízos advindos de uma decisão por via judicial. Uma nova ideologia trará desenvolvimento para a sociedade e os investimentos hoje demandados à judicialização poderão ser direcionados para a educação, saúde e geração de novas oportunidades de trabalho, e não mais para a solução de litígios.

Não se trata de uma ideologia utópica. É a ideologia da vontade das partes trabalhando pela relação ganha-ganha, proporcionando um mundo melhor, que luta pelo desenvolvimento pleno em todas as suas esferas, sejam elas trabalhistas, humanas ou sociais.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

3.1. Tipo de pesquisa

Esta pesquisa caracterizou-se pela análise de bibliografia relacionada ao tema e pela revisão de artigos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho - que pudessem contextualizar e dar subsídios ao aprofundamento dos estudos aqui apresentados.



3.2. Procedimentos adotados

Os procedimentos técnicos utilizados seguem a seguinte classificação:

- Pesquisa bibliográfica;
- Pesquisa documental;
- Discussão em grupo;
- Análise de casos.

4. CONCLUSÃO

A disciplina de Direito do Trabalho, em seus estudos acerca das relações de trabalho, também deve direcionar à análise comportamental do indivíduo, que pode e deve auxiliar o direito no julgamento de questões laborais. A personalidade é inerente ao ser humano em seu particular, porém o desencadeamento de suas ações suscita em um comportamento que abrange um grupo, ou mesmo a sociedade em um todo.

Ir ao encontro do resgate do verdadeiro lado humano da empresa e do trabalhador é ousar eticamente e contribuir com a sociedade que deve sempre investir em modelos estruturados de relacionamentos laborais.

O avanço e a flexibilização das leis trabalhistas podem trazer inovações na relação entre empregado e empregador. Mais que isso, a humanização desses relacionamentos só tende a trazer evolução e desenvolvimento para as partes, no que tange à garantia dos direitos e deveres de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de direito do trabalho**. 7. ed., Editora LTR. 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.



CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO - Vade Mecum – 13. ed., Editora Saraiva, 2012.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 2004.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 10. ed., São Paulo: LTr, 2011.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves – **Direitos humanos fundamentais**. 12. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 28. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2012.

PERELMAN, Chaim, **Ética e direito**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Disponível em: <<http://www.jusvi.com/artigos>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Disponível em: <<http://www.jurisway.org.br>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Disponível em: <<http://www.conjur.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

Disponível em: <<http://www.jus.com.br>>. Acesso em: 26 jul. 2012.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: OS PODERES E DEVERES DOS ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS

PUBLIC ADMINISTRATION: THE POWERS AND DUTIES OF INSTITUTIONS AND PUBLIC AGENTS

Francielle Yukari Rodrigues¹

Prof. Denise Dias de Santana²

RESUMO:

Muitas pessoas não têm consciência de como é o funcionamento do Estado e, muito menos, dos direitos que possuem. A Administração Pública se dá através de um conjunto composto por órgãos, entes e agentes. Este conjunto tem a responsabilidade de atender as necessidades e interesses da população, gerindo seu patrimônio. Para exercer as atividades que lhes são atribuídas, os servidores públicos possuem alguns poderes e deveres. De forma que, o administrador público deve exercer suas atribuições de modo eficiente e honesto, buscando sempre o melhor para a comunidade e prestando contas do que está sendo feito. Por ser um agente que gerencia os bens coletivos, o administrador público deve sempre agir da forma mais benéfica possível à população. Talvez, se todos os cidadãos soubessem como deve ser a postura dos administradores de seus interesses, pudessem cobrar seus direitos que, por ventura, não estejam sendo concedidos.

PALAVRAS - CHAVE: Administração Pública; Poderes; Deveres.

ABSTRACT:

The preparation of this article had as objectives the presentation of what Public Administration is, who performs it, how it works and its purpose. Many people are unaware of how the State functions, much less of the rights they have. Public administration works through a set composed of institutions, entities and agents. This group has a responsibility of meeting the necessities and interests of the population, managing its assets. To perform the activities that are assigned to them, public servants have some powers and duties. The public administrator must exercise his responsibilities in an efficient and honest manner, always seeking the community's well-being and account everything that is being done. Being an agent that manages public assets, the public administrator must always act on the best possible interests of the population. Perhaps if all citizens knew how the attitude of public servants should be, then they would be able to demand their rights that are not being respected.

KEYWORDS: Public Administration, Powers, Duties.

1 INTRODUÇÃO

¹ Discente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil

² Orientadora e Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil



A Administração Pública pode ser considerada por um aspecto funcional e um aspecto organizacional. Entretanto, mesmo analisando-a sob estes dois ângulos, existe uma grande dificuldade para se definir precisamente seu conceito. Mas, antes de entender o conceito de Administração Pública, é preciso compreender sua importância.

Todos os cidadãos são dotados de direitos e obrigações, que muitos, por vezes, nem sabem que possuem. O Brasil é uma República Federativa Democrática, que possui divisão de poderes, também chamada tripartição dos poderes, em: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

Atualmente, talvez devido ao crescente avanço tecnológico, as pessoas estão extremamente acomodadas e habituadas com a praticidade. Por um lado isso é bom, pois tem gerado maior agilidade em alguns processos. Porém, por outro lado deve-se analisar que, em alguns casos, o ser humano deve utilizar-se da razão, buscando sempre o melhor e não apenas se deixando levar pelo mais cômodo.

A maioria das pessoas não se preocupa em conhecer todos os seus direitos enquanto cidadão, se deixando influenciar apenas pelo senso comum. Mas, se os conhecessem, certamente perceberiam quantas coisas que lhes são de direito estão deixando de usufruir.

Para poder compreender todas as obrigações e direitos que lhes são cabíveis, se faz necessário que os indivíduos consigam entender primeiramente alguns conceitos básicos, como o que é o Estado, sua organização, as responsabilidades de cada Poder, diferença entre administração e governo e entre outros temas que serão abordados neste artigo.

Sendo assim, objetiva-se que com a leitura deste artigo as pessoas entendam o funcionamento da Administração Pública, e, estando mais conscientes de seus deveres e direitos perante a sociedade e a lei, possam compreender o quão importante é a cidadania e sua relação com a administração.

2 DESENVOLVIMENTO



2.1 Estado: conceito, funções e poderes

O termo “estado” pode ter diversos sentidos devido aos diversos ângulos em que pode ser focado. Analisando-se de acordo com o regime federativo do Brasil, “todos os componentes da federação materializam o Estado, cada um deles atuando dentro dos limites de competência traçados pela Constituição” (FILHO, 2011, p. 2). Ao mesmo tempo em que cria o direito, o Estado sujeita-se a ele. E, por isso, é considerado Estado de Direito.

Existem três elementos que constituem o Estado. São eles: Povo, Território e Governo soberano, sendo que, o primeiro seriam os seres humanos que o compõe, o segundo a sua base física e o terceiro o elemento condutor. Para Montesquieu, era necessário que se houvesse uma divisão do poder, para evitar a supremacia de um poder sobre o outro. Essa clássica tripartição dos poderes vigora até os dias de hoje. Os poderes do Estado são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Cada um dos Poderes possui suas atribuições determinadas. Cabe ao Legislativo a função normativa; ao Executivo administrar e ao Judiciário a função judicial. Estas funções são as chamadas funções típicas de cada poder. Porém, existem as funções atípicas, que são aquelas que seriam funções típicas de um Poder, mas são exercidas por outro, desde que a Constituição o autorize.

A função administrativa possui duas faces. Uma relacionada ao sujeito e a outra aos efeitos da função no mundo jurídico. Quando relativa ao sujeito, seu aspecto é subjetivo. E sendo relativa aos efeitos da função no mundo jurídico, seu aspecto é objetivo.

Em sentido objetivo, administração pública consiste na execução de atividades administrativas, por órgãos do Estado, a fim de alcançar os interesses públicos. Destina-se a própria sociedade, aos indivíduos. Já em seu sentido subjetivo, significa “o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a



incumbência de executar as atividades administrativas. Toma-se aqui em consideração o sujeito da função administrativa, ou seja, quem a exerce de fato” (FILHO, 2011, p. 10).

2.2 Governo e administração

Embora apresentem conceitos diferentes, governo e administração são expressões que andam juntas e, por vezes, são até confundidas. Mas, pode-se observar que possuem significados diferentes:

Comparativamente, podemos dizer que governo é a atividade política e discricionária; administração é a atividade neutra, normalmente vinculada à lei ou à norma técnica. Governo é conduta independente; administração é conduta hierarquizada. O Governo comanda com responsabilidade constitucional e política, mas sem responsabilidade profissional pela execução; a Administração executa sem responsabilidade constitucional ou política, mas com responsabilidade técnica e legal pela execução. A Administração é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo. Isto não quer dizer que a Administração não tenha poder de decisão. Tem. Mas o tem somente na área de suas atribuições e nos limites legais de sua competência executiva, só podendo opinar e decidir sobre assuntos jurídicos, técnicos, financeiros ou de conveniência e oportunidade administrativas, sem qualquer faculdade de opção política sobre a matéria (MEIRELLES, 2009, p. 66).

Entretanto, apesar de terem conceitos distintos, tanto o governo quanto a administração atuam através de entidades, órgãos e agentes. De forma que, entidades são pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, órgãos são centros de decisões que realizam as atividades das entidades a que pertencem, por meio de seus agentes.

2.3 Entidades, órgãos e agentes públicos



No Brasil, as entidades classificam-se em: estatais, que são pessoas jurídicas de Direito Público e fazem parte da estrutura constitucional do Estado, possuindo poderes políticos e administrativos, como a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal; autárquicas, que são pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza apenas administrativa, e são criadas por lei específica para a realização de atividades delegadas pela entidade estatal que as criou; fundacionais, pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, onde a lei define suas áreas de atuação; empresariais, pessoas jurídicas de Direito Privado com finalidade de prestar serviço público; e paraestatais, que são pessoas jurídicas de Direito Privado autorizadas a realizar atividades de interesse público, mas não exclusivos do Estado.

Após entender o que são entidades e como as mesmas são classificadas, se faz importante também compreender o que é órgão público: “Por órgão entende-se a instituição a que se atribuem funções determinadas. Dentro deste conceito, órgão público é instituição com competência para o desempenho de funções estatais” (BRAZ, 1999, p. 131).

Deve-se analisar também a definição de agentes públicos, que, segundo Filho (2011), são todas as pessoas que executam uma função pública, integram os órgãos públicos em busca de realizar os objetivos do Estado.

2.4 Poderes administrativos

Este conjunto composto por órgãos, entes personalizados e conduzido por agentes, realiza diversas atividades. Tais atividades devem destinar-se a atender as necessidades e interesses da população, sendo complementares entre si. Para que o Estado possa realizar as atividades cabíveis à Administração Pública, lhe são atribuídos alguns poderes, que serão explicados adiante.

Os poderes administrativos se apresentam de diversas maneiras, que variam de acordo com as exigências da atividade a ser realizada e do interesse



coletivo. Dentro dessa diversidade, os poderes são classificados, basicamente, em: poder vinculado, poder discricionário, poder regulamentar, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia.

De acordo com Medauar (2005), é comum que haja uma contraposição entre poder vinculado e poder discricionário. Tal que, há poder vinculado quando a autoridade tem obrigação de tomar determinada decisão, já que sua conduta é estabelecida previamente por lei. Enquanto o poder discricionário oferece faculdade à autoridade, para optar entre várias soluções possíveis em determinadas circunstâncias, podendo escolher o que oferece maior conveniência para o interesse público.

Poder regulamentar é o direito concedido ao Poder Executivo de explicar a lei, com o fim de garantir que a mesma está sendo aplicada corretamente. Caso se faça necessário, ele pode completa-la, mas não pode alterá-la. O poder regulamentar é uma espécie de poder normativo na esfera do Poder Executivo.

Para Meirelles (2009), tanto o poder hierárquico quanto o poder disciplinar se configuram como base de toda organização administrativa, e ambos andam juntos, mas não devem ser confundidos. Visto que, o hierárquico é o poder que o Executivo possui de delegar as funções de seus órgãos, monitorar a atuação de seus agentes, de forma que haja uma relação de subordinação entre os servidores. Já o poder disciplinar “é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração” (MEIRELLES, 2009, p. 126).

Existe também o poder de polícia, onde o Estado tem o direito de condicionar determinadas atividades individuais, com o fim de proporcionar um maior bem-estar coletivo. Pois, possuindo um mecanismo que controle os abusos do direito pessoal, a Administração Pública consegue assegurar que os interesses públicos não estão sendo ameaçados ou perturbados.

2.5 Poderes e deveres do administrador público



Os administradores públicos, também chamados servidores públicos, são responsáveis pela gerência de bens e interesses da comunidade. Juntamente com esta responsabilidade, os administradores públicos recebem a incumbência do poder-dever de agir, do dever de eficiência, dever de probidade e dever de prestar contas.

Para o administrador público, o poder de agir tem significado de dever, pois, como um gestor dos interesses coletivos, ele tem a obrigação de exercer seu poder de agir, a fim de beneficiar a comunidade. Sendo assim, o poder de agir não é suscetível de renúncia por seu titular.

Como um agente que visa alcançar os objetivos que beneficiem a coletividade, o administrador público deve realizar suas atividades de modo eficiente. Portanto, o dever de eficiência pode ser caracterizado da seguinte maneira:

O dever de eficiência dos administradores públicos reside na necessidade de tornar cada vez mais qualitativa a atividade administrativa. Perfeição, celeridade, coordenação, técnica, todos esses são fatores que qualificam a atividade pública e produzem maior eficiência no seu desempenho (FILHO, 2011, p. 62).

Cabe também ao servidor público o dever de probidade, pois o mesmo deve realizar suas atividades, sempre e sob qualquer hipótese, em conformidade com os princípios de honestidade e moralidade. Ou seja, é dever do administrador público praticar suas atividades com honradez.

Por ser responsável pela gestão dos bens e interesses coletivos, o administrador público tem o dever de prestar contas de suas atividades. Segundo Meirelles (2009), quem administra algo deve garantir o zelo e conservação de tal, tendo a obrigação de prestar contas aos proprietários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com a elaboração deste artigo, pode-se observar que o Estado é composto por Povo, que são os seres humanos; Território, que é a sua base física; e Governo soberano, que é o seu elemento soberano. Possui uma tripartição de Poderes, a fim de evitar a supremacia de um poder sobre o outro. Os poderes do Estado estão divididos em: Legislativo, que tem função normativa; Executivo, que deve administrar; e Judiciário, que possui função judicial.

A função administrativa possui aspecto subjetivo e objetivo. O objetivo consiste na execução de atividades administrativas, com o objetivo de alcançar os interesses públicos. Já o subjetivo, seria quem exerce a administração de fato, ou seja, os órgãos, agentes e pessoas jurídicas.

Administração e governo possuem conceitos distintos, devido às diferenças que apresentam na realização de atividades, condutas, responsabilidades e na forma como cada qual exerce seu poder. Mas tanto a administração quanto o governo atuam através de entidades, órgãos e agentes.

Entidades são pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado. No Brasil, classificam-se em estatais, que são pessoas jurídicas de Direito Público e fazem parte da estrutura constitucional do Estado; autárquicas, pessoas jurídicas de Direito Público e de natureza apenas administrativa, criadas por lei específica; fundacionais, pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, que tem suas áreas de atuação definidas pela lei; empresariais, pessoas jurídicas de Direito Privado, com finalidade de prestar serviços públicos; e paraestatais, pessoas jurídicas de Direito Privado autorizadas a realizar atividades de interesse público, mas não exclusivos do Estado.

Por órgãos públicos entendem-se as instituições competentes para realizar as funções estatais determinadas que lhes forem atribuídas. As pessoas que integram estes órgãos, executando função pública em busca da realização dos objetivos do Estado, são os chamados agentes públicos.

Este conjunto composto por órgãos, entes e agentes realizam diversas atividades. Atividades estas, que devem destinar-se a atender as necessidades e



interesses da população. Para realizarem tais atividades, possuem alguns poderes, que podem ser divididos, basicamente, em: poder vinculado, poder discricionário, poder regulamentar, poder hierárquico, poder disciplinar e poder de polícia.

O poder vinculado é a obrigação de tomar determinada decisão, pois sua conduta é preestabelecida por lei. Já o poder discricionário é a faculdade que autoridade possui para escolher entre várias soluções possíveis em determinada situação, podendo escolher o que oferece maior benefício ao interesse público. Enquanto poder regulamentar é o direito do Poder Executivo de explicar a lei, para que a mesma seja aplicada corretamente.

Poder hierárquico é o poder que o Executivo tem de delegar as funções de seus órgãos, monitorar a atuação de seus agentes. Com isso, há uma relação de subordinação entre os servidores. Poder disciplinar, assim como o poder hierárquico, se configura como base de uma organização administrativa. O disciplinar é o poder de punir as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas a tal punição. Por fim, o poder de polícia dá ao Estado o direito de condicionar determinadas atividades individuais, objetivando garantir o bem-estar coletivo.

Os administradores públicos são responsáveis pela gerência de bens e interesses da comunidade. Juntamente com esta responsabilidade, recebem o poder-dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade e dever de prestar contas.

O poder-dever de agir é a obrigação de exercer o poder de agir, a fim de beneficiar a população. Sendo assim, não é possível a renúncia por parte de seu titular. Como o agente público visa alcançar os objetivos que beneficiem a coletividade, ele deve realizar suas atividades do modo mais eficiente possível, e é isso que caracteriza o dever de eficiência.

Além disso, o administrador público deve realizar suas atividades em conformidade com os princípios de honestidade e moralidade. Portanto, possui o



dever de probidade. E tem, também, o dever de prestar conta de suas atividades, garantindo o zelo e conservação dos bens e direitos que administra.

Desta forma, o administrador público deve administrar o patrimônio da população de modo eficiente e honesto, buscando sempre o melhor para a comunidade e prestando contas do que está sendo feito.

REFERÊNCIAS

BIAZIN, Damares Tomasin; SCALCO, Thais Fauro. **Normas da ABNT e padronização para trabalhos acadêmicos**. Londrina: Ed. UniFil, 2008. 103 p.

BRAZ, Petrônio. **Manual de direito administrativo**: de acordo com a reforma administrativa. Leme: LED, 1999. 601 p.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 24. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 1157 p.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. 9.ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 509 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2009. 839 p.



DEFICIÊNCIA VISUAL E A PULSÃO ESCÓPICA – UMA QUESTÃO A SER ABORDADA

VISUAL IMPAIRMENT AND SCOPIC DRIVE – ISSUE TO BE ADDRESSED

Jéssica Molina Quessada¹

Prof. Ms. Francisca Carneiro de Sousa Klockner²

RESUMO:

O presente estudo, fruto de uma disciplina prática – Psicologia aplicada a pessoas com necessidades educacionais especiais - que ainda está sendo desenvolvida no Colégio Estadual Marquês de Caravelas – instituição de ensino fundada em 19 de Outubro de 1943 em Arapongas, PR, que dispõe-se à construção de uma escola pública de qualidade, no qual, desde 1989, presta serviços por meio de um Centro de atendimento dedicado aos deficientes visuais e auditivos –, permeia por um maior conhecimento acerca da deficiência visual e a sua relação com a pulsão escópica. Utilizando-se da teoria psicanalítica, pretendeu-se, com este trabalho, demonstrar que o olhar, constituinte na formação da subjetividade, não está atrelado aos olhos. Inicialmente, nosso instrumento de pesquisa foi a observação – 18 horas –, de modo que pudéssemos verificar a dificuldade de cada um dos deficientes visuais e, em seguida, um questionário foi aplicado à professora de Educação Especial para, então, constatar a demanda e propor grupos temáticos e um espaço de escuta. Embora esta disciplina esteja ainda em desenvolvimento, pôde ser constatado que, de fato, a pulsão escópica tem seus efeitos sobre quem não vê, que o olhar é sexual e que uma pessoa, mesmo sem enxergar, faz parte do mundo visual.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência visual; pulsão escópica; teoria psicanalítica; ver; olhar.

ABSTRACT:

This study, result of practical subject – Psychology applied to patients with special educational needs – which it's still been developed into State High School Marquês de Caravelas – educational institution established on 19th October 1943 in Arapongas, PR, its afford to set up better public schools, whereupon, since 1989, it provides service through service center dedicated to visually and hearing impaired –, permeates by large knowledge of visual impairment and its relationship with the scopic drive. By using psychoanalytic theory, it has been intended to this assignment to demonstrate that the look, constituent in the formation of subjectivity, is not related to the eyes. Initially, our research tool was the observation - 18 hours –, so that we could verify the difficulty of each one of the visually impaired and, so then, a survey was applied to the Special Education teacher for the purpose in analyzing the demand and to propose issue groups and place to be listened. Although this course is still under development, it was noticed as a matter of fact that scopic drive has its effects for those who do not see, which means look is sexual and a person is part of the visual world even without seeing.

KEYWORDS: Visual impairment; scopic drive; psychoanalytic theory; see; look.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da UniFil – jessicaquessada@gmail.com

² Docente de Psicologia da UniFil - fcsklockner@hotmail.com



INTRODUÇÃO

A deficiência visual pode ser definida, de acordo com Conde (2012), como a perda total ou parcial, congênita (desde o nascimento) ou adquirida da visão, que, segundo a OMS, pode ser classificada em cegueira parcial, legal ou profissional – aquela em que os indivíduos são capazes apenas de contar os dedos a curta distância e os que somente percebem vultos – próximos à cegueira – indivíduos que apenas têm percepções e projeções luminosas – e cegueira total ou amaurose – pressupõe total perda da visão.

De uma forma didática, subentende-se por cego aquele que, mesmo possuindo subvisão, necessita aprender o Sistema Braille*, e como portador de subvisão, aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos. Por questões metodológicas, não será abordado neste trabalho como se dá a deficiência visual e os seus desdobramentos; seu foco será reafirmar a existência da pulsão escópica no mundo dos deficientes visuais.

A visão é, de fato, o meio mais acessível de relacionamento do sujeito com o mundo. Todavia, como ela não faz parte do universo dos deficientes visuais, de que forma seria possível aos cegos o contato com o mundo?

Como a maioria das pessoas, o deficiente visual possui outros órgãos dos sentidos. Sua percepção do mundo, de acordo com Camargos (2012) se dá por meio da audição, do tato, do olfato e do paladar. O referido autor afirma, ainda, que:

O cego não poderá construir o registro mnêmico de tal percepção sem tê-la experimentado alguma vez. Portanto, para que tenha a noção de um todo, deverá juntar num mosaico o que recebe por meio de seus múltiplos sentidos; construirá a significação de um objeto ao tocá-lo, cheirá-lo, ao ouvir seu ruído ou descrição feita por alguma pessoa e, se possível, ao experienciá-lo (CAMARGOS, 2012, p.31).

* Sistema de leitura e escrita tátil, utilizado universalmente na leitura e na escrita por pessoas cegas que, segundo Conde (2012), sua importância está no fato de habilitar o ser humano a compreender o mundo por meio de um sistema organizado de símbolos, substituindo o alfabeto convencional por um alfabeto de pontos em relevo, o que possibilita ao deficiente visual à escrita e à leitura.



Em outras palavras, o cego necessita ampliar seus outros sentidos sensoriais para obter um entendimento do que se passa a sua volta. Oliver Sacks, apud Camargos (2012, p.124) salienta:

Nós, com a totalidade dos sentidos, vivemos no espaço e no tempo; os cegos vivem num mundo só de tempo. Porque os cegos constroem seus mundos a partir de sequências de impressões (táteis, auditivas, olfativas) não sendo capazes, como as pessoas com visão, de uma percepção visual simultânea, de conceber uma cena visual instantânea. Efetivamente, se alguém não consegue mais ver no espaço, a ideia de espaço torna-se incompreensível – mesmo para pessoas muito inteligentes que ficaram cegas relativamente tarde na vida.

A PULSÃO ESCÓPICA

De fato, os cegos veem com o que têm: o tato, o cheiro, a voz (BELO, 2011, p.14, no prefácio de Camargos, 2012).

Mas, e a pulsão escópica? É-nos colocada em cheque uma questão importante:

Existe a pulsão de ver e ser visto em quem não possui alguns dos órgãos em funcionamento? Pensamos que sim. O que levaria, por exemplo, uma pessoa cega a se preocupar com sua aparência, com a combinação de cores que usa, mesmo sem nunca ter visto qualquer cor? Há cegos que não suportam ficar sem óculos escuros, por saberem que seus olhos estão sendo observados; gera incômodo. (...) Há casos, também, de pessoas que simplesmente gostam de se sentir com os óculos escuros, “acho chique”; e o que querem “ver” tudo a seu redor, tocando, cheirando, sendo curiosos. E o que dizer de um fotógrafo* cego, que sente enorme prazer ao poder fazer imagem, embora não as veja? (CAMARGOS, 2012, p.92).

Freud (1915, p.127) define a pulsão como o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida de exigência feita à mente no sentido de trabalhar em consequência de sua ligação com o corpo.

* A autora se refere a Evgen Bauchar.



Essa pulsão estará representada no inconsciente e, uma vez captada, é ordenada pelo aparelho psíquico e segue as suas leis. Em outras palavras, a pulsão está atrelada aos desejos. Todavia, assim como não há uma representação plena, o mesmo não acontece com a satisfação. Logo, nos é explicado porque a pulsão é ativa e nunca cessa, apenas diminui a sua pressão. Lacan (1964, p.175) persiste na ideia de que faz parte da pulsão nunca estar à altura da expectativa. Chemama (1995) nos explica melhor:

Em primeiro lugar, torna o alvo pulsional impossível de ser realizado de maneira direta, por motivos não contingentes, mas estruturais, em seguida, situa a razão da natureza parcial da pulsão nesse inacabamento e, depois, também consegue descrever o trajeto da pulsão: ao não atingir seu objeto, a pulsão de certa forma descreve um círculo ao redor deste último, que a devolve a seu ponto de origem, dispondo-a a reativar sua fonte, ou seja, prepara-a para então iniciar um novo trajeto, quase idêntico ao primeiro (CHEMAMA, 1995, p.180).

A satisfação está, então, nesse percurso, nesse vaivém que faz com que a pulsão perca a intensidade da pressão, mas continue ali.

Dois objetos são acrescentados à lista estabelecida por Freud: a voz e o *olhar*. O olhar na constituição do sujeito, na construção da subjetividade e de sua identidade é fundamental. Ver não é uma habilidade inata, Belo (2011, p.13), no prefácio de Camargos (2012), ressalta que o outro precisa ensinar o bebê a ver - deve-se, aqui, compreender que há uma divergência entre o ver e o olhar: ver, de acordo com Belo (2011, p.13) na obra da autora já mencionada, depende dos olhos biológicos, mas o olhar ultrapassa, e muito, a biologia da visão; Camargos (2012, p.138) discute essas definições, tal que ver é o enxergar aprendido, olhar é ver, cheirar, ouvir, tocar, sentir, degustar e o olhar inconsciente é o olhar e a pulsão escópica, que independe do enxergar biológico – ressalta, ainda, que não se pode separá-los: todas essas ações estão mescladas ao pulsional.



É no outro e pelo outro que a criança aprende a se reconhecer e é somente a partir do lugar do Outro*, dessa ordem simbólica inconsciente, que se pode falar em sujeito e em subjetividade, no arcabouço psicanalítico. Tal afirmação é sustentada pelo Estádio do espelho, período entre seis e dezoito meses em que Torezan (2011, p.5) define como aquele em que a criança forma uma representação de sua unidade corporal por identificação com a imagem do outro. Trata, segundo a autora, de uma Gestalt cuja função primeira é ser estruturante do sujeito, mas ainda com o predomínio ao outro: corpo imaginário formado pelas inscrições maternas (ser o desejo do outro), que não exclui o simbólico e que a criança surge num lugar marcado simbolicamente.

E, tratando-se de inscrições no inconsciente, inscrições essas de tamanha intensidade libidinal que marcam as primeiras experiências de satisfação no psiquismo, como coloca Santos (2007, p.37), voltamos às pulsões, e falamos, especificamente, da pulsão escópica.

A pulsão escopofílica é relacionada ao prazer de ver e ser visto e que, como um meio para atingir a satisfação, seu objeto de desejo é o olhar. Esta pulsão do olhar, segundo Santos (2007, p.37), é entendida como um dos primeiros investimentos do Outro em relação ao bebê, passa a ser um elemento constitutivo de valor fundamental na fundação psíquica.

Bem, já tratamos quão fundamental é o olhar na constituição do sujeito. Dessa forma, podemos validar que a pulsão escópica, em que faz circular em torno do ver e o ser visto, remete, por fim, que o olhar, nessa dinâmica, é a relação com o outro. De acordo com Lacan (1964, p.87), o olhar de que se trata é mesmo a presença de outrem enquanto tal; mas é de se dizer, é na relação de sujeito a sujeito, na função da existência de outrem como me olhando, que descobrimos que o olhar tem a função de desejo.

Com a pulsão, com suas marcas, e sua consequência – que mais tem um aspecto de função – de fundar o psiquismo –, o Estádio do Espelho, a discriminação

* Conceito lacaniano escrito em maiúsculo que, de acordo com Santos (2007), está referido a um lugar de significação que articula o inconsciente e marca a significação simbólica.



do eu e do não eu, que nos remete à questão indecifrável “O que o outro quer de mim?” e a sua resposta indecifrável, parece-nos fácil entender essa relação e a razão de o olhar ser constituinte do sujeito, sujeito faltante, que deseja, que é desejado.

Assim sendo, aqueles que não veem fazem, sim, parte da pulsão escópica, do mundo visual, sem que para isso possuam um aparato visual.

Ora, pois, Tirésias* não precisou, em momento algum, enxergar para tomar conhecimento do verdadeiro assassino de Laios e todo o destino que se seguiria. Pois, segundo Lacan (1964, p.86), o olhar é esse avesso da consciência; Camargos (2012, p.138) reforça: quem não enxerga sempre olhará com o seu inconsciente - mesmo sem jamais ter visto com seus olhos.

A partir disso, pode-se concluir que, todo o trabalho desenvolvido – na disciplina prática citada – até então, coincide com o que nos foi colocado. A pulsão escópica nos parece, segundo Belo (2011) no trabalho de Camargos, impossível de ser abolida, e Camargos (2012, p.129-130) argumenta: primeiramente, o sujeito é inserido no mundo escópico antes de ser inserido no mundo visual**; em segundo lugar, o olhar engloba uma dimensão que extrapola o ver, a percepção visual; em terceiro lugar, o enxergar é aprendido; em quarto, mesmo não fazendo parte do mundo visual, o cego vê do modo que o seu corpo permite e, além disso, pode ou não desejar participar do mundo como vidente; em penúltimo lugar, o olhar é pulsional em todas as dimensões e para que alguém veja, é necessário que assim o

* Refiro-me, aqui, a Édipo Rei: tragédia, de Sófocles, em que Édipo, na tarefa designada pelo oráculo de encontrar o assassino do antigo rei, Laios, para que a praga que assola a cidade cesse, acaba por descobrir que o assassino é ele mesmo e que, além disso, matara seu próprio pai, sem conhecer seus laços afetivos, e desposara sua mãe, Jocasta. Édipo, ao conhecer toda a verdade, arranca os alfinetes de ouro da roupa de sua mãe – que jaz no chão - e os enterra nos próprios olhos: “Olhos meus, não vereis mais esta culpa e esta vergonha, nunca mais vereis quem não deveríeis ter visto nunca, e para todo o sempre só vereis as trevas!”. Tirésias, como adivinho cego, tinha consigo, o tempo todo, a verdade.

** O olhar só se nos apresenta na forma de uma estranha contingência, simbólica do que encontramos no horizonte e como ponto de chegada de nossa experiência, isto é, a falta constitutiva da angústia da castração. O olho e o olhar, esta é para nós a esquizo na qual se manifesta a pulsão a nível escópico (LACAN, 1964, p.76).



deseje, que seja seduzido, levado a ver, e, por fim, o conceito de olhar deve ser ampliado, pois o olhar é infinitamente metafórico*:

O verbo olhar tornou-se substituto de inúmeros outros, inclusive os relacionados aos sentidos. Para perceber isso, basta nos atermos ao nosso cotidiano, quando escutamos as recorrentes sentenças: “Viu essa música?”; “Nossa, viu que cheiro gostoso?”. Ver assume a conotação de saber: “Você não vê o que está fazendo?”; “Olha pra você ver!”; isso, sem mencionar as expressões “amor à primeira vista”, “ponto de vista”, “ângulo de análise”, “olhar sobre um assunto”, “mau-olhado”, “olho gordo” etc. (CAMARGOS, 2012, p.136-137).

Faz-nos lembrar, com essa citação, da ligação da pulsão e sua função com os órgãos e comprovar que o olhar não está atrelado aos olhos e, desse modo, faz-nos compreender, que a pulsão escópica está, mesmo, presente nos não videntes e se apresenta por meio de simples gestos ou palavras.

O prazer sexual não está apenas ligado à função dos genitais. A boca serve tanto para beijar como para comer e para falar; os olhos percebem não só alterações do mundo externo, que são importantes para a preservação da vida, como também as características dos objetos que os fazem ser escolhidos como objetos de amor – seu encantos (FREUD, 1910, p.225).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados obtidos, até então, pôde-se analisar que essa dinâmica é-nos entendível: a relação de ver e de ser visto, marcada pelo olho – esteja esse funcionando ou não. Estas ações tornam-se zonas erógenas nesse lugar de troca e de cuidados maternos e, assim, são inscritos no psiquismo por meio do psiquismo clivado do adulto, isto é, é estabelecido para que possamos enxergar o mundo. Logo, a pulsão se dará por meio de algo que vem de dentro do psiquismo e,

* Lacan também o assim entende: Ainda é dizer demais, pois esse olho é apenas a metáfora de algo que melhor chamarei o *empuxo* daquele que vê – algo de anterior ao seu olho. O que se trata de discernir, pelas vias do caminho que ele nos indica, é a preexistência do olhar – eu só vejo de um ponto, mas em minha existência sou olhado de toda parte (LACAN, 1964, p.75-76).



por conta disso, é possível entender a razão de, mesmo sem enxergar, o cego possuir visão escopofílica.

Este trabalho, embora não esteja concluído, possibilitou a experiência de verificar, com a prática, os dados que propusemos investigar na teoria. A partir da observação, pudemos constatar alguns modos de “ver” dos deficientes visuais – alguns deles gostam de pegar em minhas mãos para conversar, por exemplo – e, com o grupo temático, o desejo de estabelecer relações, de ser ouvido, isto é, de ser visto. Certamente, cabe dizer que, embora o cego não enxergue – de forma biológica -, não quer dizer que o mesmo não possui dificuldades. Mas, é fundamental a atenção a seus sentimentos atrelado a seu modo de ver e de olhar o mundo, considerar a sua maneira de perceber e avaliar o aceitar de sua realidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGOS, Liliane. **Do ver ao perder de vista: a psicanálise do olhar**. 1. ed., KBR: Petrópolis, 2012.

CHEMAMA, Roland. **Dicionário de psicanálise Larousse**. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

CONDE, Antonio João Menescal. **Inclusão de alunos cegos na escola**. Apostila da disciplina Psicologia aplicada a pessoas com deficiências e necessidades especiais. Londrina, 2012.

FREUD, Sigmund. **A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão** (1910). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 11).

_____. **Os instintos e suas vicissitudes** (1915). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 14).

LACAN, Jacques. A anamorfose. In: **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. A esquizo do olho e do olhar. In: **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.



_____. A pulsão parcial e seu circuito. In: **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de M.D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SANTOS, Sueli Souza dos. Inclusão e a difícil arte de amar o que (não) se vê. **Aletheia**. N. 25., p.35-48; jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115013454004>>. Acesso em: 25 Ago. 2012.

SÓFOCLES. **Édipo rei**: tragédia. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

TOREZAN, Zeila Cristina Facci. **Psicopatologia**. Apostila resumida para a disciplina de Psicopatologia do curso de Psicologia. Londrina: UniFil: 2011.



**EUDAIMONIA, FELICIDADE COMO META DA POLÍTICA EM
ARISTÓTELES: HOJE, REALIDADE OU UTOPIA?**

**EUDAIMONIA, AS GOAL OF HAPPINESS IN ARISTOTLE POLITICS: TODAY, UTOPIA OR
REALITY?**

Ana Amélia de Oliveira Romero¹

Bruno Félix Coronado¹

Christyan Pereira da Silva¹

Giancarlo Brojato¹

Roberto Shinze Yahiro¹

Eleanor Abel Oda Teruya²

RESUMO:

Em meio a tantas crises vividas no mundo atual, a crise na política destaca-se por ser um campo que interfere em todas as outras áreas da vida humana. Aristóteles faz uma superação no pensamento humano sobre política, colocando que a política faz parte da natureza do homem. A política idealizada em Platão toma formas concretas em Aristóteles, que coloca a *eudaimonia* como sendo uma finalidade a ser alcançada fazendo-nos pensar sobre os dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Aristóteles. Eudaimonia. Política. Felicidade

ABSTRACT:

Amidst all experienced crises in the world today, the crisis in politics stands out for being a field that interferes in all other areas of human life. Aristotle makes an overshoot in human thinking about politics, putting the policy is part of man's nature. Politics in Plato idealized takes concrete forms in Aristotle, who puts *eudaimonia* as an end to be achieved by making us think about the present.

KEYWORDS: Aristotle. *Eudaimonia*. Politic. Happiness.

INTRODUÇÃO

O termo *Eudaimonia* tem o significado de uma felicidade almejada pelos seus pares. Podemos dizer que a *Eudaimonia* comparece no meio

¹ Discentes do Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Humanidades e Direito, Polo Londrina.

² Graduada em Odontologia, Licenciatura em filosofia, Bacharel e Mestrado em Teologia. Email: eleanorteruya@yahoo.com.br



político-filosófico como o fim onde todos buscam o bem comum, pois, havia o entendimento de que uma ação bondosa para com o outro redundaria na *eduaimonia* (felicidade) da *polis*.

A política é uma “invenção” greco-romana. Para os gregos tratava-se de uma diferenciação em relação aos outros povos na maneira de governar o Estado. O poder outrora governado por reis ou patriarcas, foi substituído pelos primeiros “legisladores” para impedir a “[...] a concentração dos poderes e da autoridade nas mãos de um rei, senhor da terra, da justiça e das armas, representante da divindade” (CHAUI, 1998, p. 374). A propriedade deixou de ser patrimônio privado dos reis, propriedade comunal ou da aldeia e passou a ser das famílias independentes – que poderiam ser adquiridas por novas famílias ou qualquer indivíduo que obtivesse sucesso no comércio. Chauí (1988, p. 374) explica que em decorrência das terras não pertencerem mais aos reis e como as guerras ampliavam o contingente de escravos, formou em Roma e na Grécia uma camada pobre de camponeses e comerciantes que fundaram aldeias. Estas prosperaram e se converteram em cidades onde o poder das grandes famílias agrárias foi combatido por esta nova população.

A urbanização significou uma complexa rede de relações econômicas e sociais que colocava em confronto não só proprietários agrários, de um lado, e artesãos e comerciantes, de outro, mas também a massa de assalariados da população urbana, os não-proprietários, genericamente chamados de “os pobres”. A luta de classes incluía, assim, lutas entre os ricos e lutas entre ricos e pobres. Tais lutas eram decorrentes do fato de que todos os indivíduos participavam das guerras externas, tanto para a expansão territorial, quanto para a defesa de sua cidade, formando as milícias dos nativos da cidade. Essa participação militar fazia com que todos se julgassem no direito, de algum modo, de intervir nas decisões econômicas e legais das cidades. A luta das classes pediu uma solução. *Essa solução foi a política* (CHAUI, 1998, p. 375).

Os primeiros chefes políticos ou legisladores introduziram uma divisão territorial das cidades com a finalidade de diminuir o poder das ricas famílias agrárias, dos artesãos e comerciantes urbanos ricos para atender às



reivindicações das camadas mais pobres. Chauí (1998, p. 375) conclui: “Em Atenas, por exemplo, a *polis* foi subdividida em unidades sociopolíticas denominadas *demos*. Todo cidadão da polis tinha o direito de participar das decisões da cidade, donde o regime ser uma “democracia”.

A presente pesquisa tem como objetivo exercitar novas formas de pensar Política, em um mundo onde os cidadãos já sem esperanças, precisam compreender as mudanças que aconteceram na maneira de se relacionarem com o mundo público, a fim de buscar novos caminhos a serem percorridos.

METODOLOGIA

O texto trata-se de uma Pesquisa Bibliográfica sobre conceitos políticos. Clássicos da Idade Média e Contemporânea que nos orientam sobre como era e como pode vir à ser as possibilidades infinitas de vida em sociedade.

POLÍTICA & FELICIDADE

Aristóteles (384 a.C – 322 a.C.), ao escrever a “Política” teve como primeiro intento, investigar a natureza da cidade. Como diz o estagirita:

Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda a associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer lucro – sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade política (ARISTÓTELES, 1988, p. 13).

No seu parecer, os governos não são apenas classificados pelo número de governados, no caso político ou real, econômico e despótico. O que os diferenciam são a “espécie”. Há uma diferenciação entre o governo real e o político. Quando um só homem governa com sua autoridade própria ele é real. Quando pode ser senhor e súdito, o governo é político.



A proposta de Aristóteles é o “método analítico” (ARISTÓTELES, 1988, p. 13) ou seja, dividir o composto até chegar “[...] a elementos absolutamente simples como representando as partes mínimas do todo”. Continua Aristóteles: “[...] do mesmo modo, examinaremos a cidade nos elementos que a compõem, saberemos melhor em que eles diferem, e se é possível reunir esses elementos esparsos para deles formar uma arte” (ARISTÓTELES, 1988, p. 13). Aristóteles explica que uma cidade completa é formada por pequenos burgos, que são compostos por famílias, ou seja, a união do homem e da mulher, do senhor e do escravo. Essa cidade, composta por pequenos núcleos, nasceu da necessidade de suprir as necessidades do grupo, buscando assim, uma “vida feliz”. Segundo Aristóteles, é da natureza do homem viver em sociedade, pois, segundo ele, o homem é um animal político.

Fica claro que para Aristóteles, o “Estado é uma reunião de famílias” (ARISTÓTELES, 1988, p. 16). Neste sentido, Chauí (1998, p. 380) explica: “Não é preciso buscar nos deuses, nas leis ou nas técnicas a origem da Cidade: basta conhecer a natureza humana para nela encontrar a causa da política [...]. Nessa concepção, a Natureza funda a política”.

Os gregos concebiam o indivíduo em função da cidade e não a cidade em função do indivíduo. Dessa forma o bem da cidade é mais belo e mais divino do que o bem do indivíduo.

Para Aristóteles (1988), o homem é um animal político, que vive em uma sociedade politicamente organizada. Deve-se salientar que o conceito de cidadão é daquele que participa da administração da coisa pública, que faz parte da Assembléia que legisla e governa a cidade administrando a justiça. Dessa forma, não faziam parte da categoria de cidadão, o colono, os membros das cidades conquistadas, os operários ou as mulheres.

Na concepção de Aristóteles (1988), o poder soberano pode ser exercido por um homem, por poucos ou pela maior parte. Governa-se para o bem comum ou segundo o interesse privado.



O bom governo pode ser sob a forma de monarquia, aristocracia ou politia. O oposto, ou governo pervertido seria sob a forma da tirania, oligarquia ou democracia, sempre buscando os interesses privados ou de uma classe. Dessas, a melhor forma seria a da politia, pois estaria no caminho intermediário entre a oligarquia e a democracia.

Para Aristóteles a virtude é o determinante de um bom governo. A cidade também deve estar fundamentada na virtude. Em primeiro lugar o estagirita entende virtude com a visão teleológica de cada função. Por exemplo, a virtude do olho está na excelência da visão. A virtude do cidadão está no fim do ser humano que é a busca da felicidade (*eudaimonia*). Ainda diz o filósofo: “[...] a felicidade é o resultado e o desenvolvimento completo da virtude [...]” (ARISTÓTELES, 1988, p. 134).

A felicidade provém da amizade (*philia*), amor entre os iguais. Para Platão o amor *Eros* promove a felicidade do homem através da busca interior pelo bem, forjando dentro do homem o Homem verdadeiro, ou seja, o filósofo. Para Aristóteles a felicidade é encontrada através da amizade:

Vemos na amizade o maior de todos os bens que possa um Estado possuir e o melhor meio possível, e esta unidade deve ser, como ele concorda, a obra da boa união entre os cidadãos (ARISTÓTELES, 1988, p. 41).

Aristóteles classifica as virtudes em virtudes éticas que correspondem às partes irracionais da alma, sendo o meio justo, ou, o meio termo entre os extremos e virtudes dianéticas que são das partes racionais, por meio da qual se pode alcançar a felicidade perfeita.

Em relação às virtudes éticas, na visão de Aristóteles, o homem é principalmente razão, mas, não apenas razão. “Há algo de estranho à razão, que a ela se opõe e resiste”, e que no entanto, “participa da razão”. A parte vegetativa não participa da razão, mas, a faculdade do desejo participa de alguma forma dela enquanto a escute e obedece. O domínio dessa parte da alma e da sua redução aos ditames da razão consiste na virtude ética ou virtude do comportamento prático. Esse tipo de virtude é adquirida com o hábito (REALE; ANTISERI, 2009).



Há várias virtudes éticas, tanto quanto os impulsos e tendências que a razão deve moderar. Todas possuem como características comuns os impulsos, as paixões, e, os sentimentos tendem ao excesso ou à falta. Dessa forma, a razão deve procurar a justa medida, o meio termo entre os dois excessos, onde se dará a vitória da razão sobre os instintos.

A Justiça para Aristóteles (1988) consiste na mais importante das virtudes. A justa medida de acordo com a qual os bens, as vantagens e os ganhos são distribuídos. Na justiça está compreendida toda virtude.

As virtudes dianéticas consistem na perfeição da alma racional. Há dois aspectos da alma racional, uma voltada para as coisas mutáveis da vida do homem e a outra voltada para as realidades imutáveis e necessárias que são princípios e verdades supremas.

As virtudes dianéticas são compostas pela Sabedoria e pela Sapiência. A sabedoria (*phronesis*) consiste em dirigir bem a vida e a deliberar o que é bem ou mal. E, a sapiência (*sophia*) que consiste no conhecimento das realidades acima do homem ou metafísica. Essa é a perfeição da atividade contemplativa e consiste na felicidade suprema onde quase se alcança uma tangência com o divino.

O Estagirita vê a cidade perfeita como aquela que possui o necessário para satisfazer as necessidades sem produzir supérfluos. A qualidade dos cidadãos, por sua vez, seria o caminho intermediário entre os povos nórdicos e os orientais. O fim do estado é moral e deve visar o incremento das virtudes (dos bens da alma).

Os cidadãos, que governam diretamente seriam guerreiros quando jovens, conselheiros quando adultos e sacerdotes quando velhos, utilizando a justa medida da força nos jovens e bom senso nos velhos. Para que haja felicidade da cidade há necessidade da felicidade dos cidadãos, e, para isso deve-se tornar o cidadão mais virtuoso pela educação.



Assim, o Estado deve visar como ideal supremo, viver em paz, fazer as coisas belas, ou seja, contemplar.

Na Idade Moderna, com Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) tem início uma nova época do pensamento político. Há então uma ruptura da política e da ética descrita por Aristoteles. Agora em Maquiavel devido a sua independência, o ser político acaba impondo seus pensamentos sobre a *polis*.

A investigação política afasta-se do pensamento especulativo, ético e religioso assumindo o princípio da especificidade do seu próprio objeto. Sua posição pode ser resumida com a fórmula “a política para a política” que expressa o conceito de autonomia. O realismo de Maquiavel expressa-se no princípio de que é necessário se direcionar a verdade efetiva das coisas e não à busca de como as coisas deveriam ser (REALE; ANTISERI, 2009).

Na contemporaneidade, Hannah Arendt, filósofa política, viveu (1906 – 1975) e presenciou fatos políticos que ocorreram na primeira metade do século XX e que resultaram em guerras mundiais, massacres de judeus e regimes totalitários. Assim, profundamente interessada em entender seu próprio tempo, busca compreender esses eventos e elabora uma crítica cujo objetivo não consiste em desmascarar o passado, defender verdades ou determinar sobre o que pensar. Defende uma tradição do pensamento político, iniciado quando Platão abandona a política rejeitando o campo dos assuntos mundanos para contemplar a verdade que estaria no mundo das ideias. O fim dessa tradição acontece quando Marx inverte a hierarquia colocando que a Filosofia e sua verdade estão no mundo comum e não fora dos assuntos dos homens e de seu convívio (TERUYA, 2010).

Refletindo sobre as desumanidades cometidas contra outros seres humanos, conclui que o fim da tradição resultou em uma incapacidade do pensamento político e filosófico tanto em fornecer explicações a partir de suas categorias como em dar diretrizes de como interpretar o presente e agir no futuro.



Se o sentido da política é a liberdade, então isso significa que nós, nesse espaço, e em nenhum outro, temos de fato o direito de ter a expectativa de milagres. Não porque acreditemos (religiosamente) em milagres, mas porque os homens, enquanto puderem agir, são aptos a realizar o improvável e o imprevisível, e realizam-no continuamente, quer saibam disso, quer não. A questão de se a política ainda tem de algum modo um sentido, remete-nos necessariamente de volta à questão do sentido da política; e isso ocorre exatamente quando ela termina em uma crença nos milagres – e em que outro lugar poderia terminar? (ARENDDT, 1993, p. 120).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aristóteles nos faz entender melhor sobre a questão da política na atualidade. A Filosofia não tem por finalidade responder todas as perguntas, mas problematizar aquilo que faz parte da “agenda” dos homens. As pessoas hoje estão vivendo em um comodismo que não permite procurar compreender quais os mecanismos que regem a sociedade. Assim, ficam reféns de sistemas muito bem estabelecidos. Aristóteles deixa claro que a “felicidade” é o fim do homem e da mulher. Esta felicidade provém da virtude, da amizade e o bem comum é o fim da *polis* que nada mais é do que uma comunidade, uma comunhão (*koinonia*) de famílias. Não podemos ser “anacrônicos”, ou seja, ler o passado com os olhos com nossas categorias presentes. Mesmo Aristóteles sendo a favor da escravidão e não valorizar muito o trabalho manual, ou ainda entendendo as várias formas de governo como sendo válidas na busca da felicidade do ser humano, o filósofo é um exemplo de liberdade e enfatizou a importância da *virtude*, a preferência pela classe média como termo médio entre ricos e pobres para estabelecer a justiça na cidade. Marques (2011) escreve: “o melhor regime será aquele em que o grupo de governados exibir a excelência humana, ou seja, as virtudes éticas e dianéticas”.



Por sua vez, Hannah Arendt (1993) em seus ensaios, mostra um constante otimismo em relação ao futuro. Em sua visão, a ação política como toda ação é sempre essencialmente o começo de algo novo e é em termos de ciência política a própria essência da liberdade humana.

O ser humano tem um caráter original de produzir novos começos de forma que a origem não pode tornar-se algo inteiramente do passado. A continuidade desses começos em uma sequência de gerações garante uma história que nunca pode acabar, por ser a história dos seres cuja essência é começar. Dessa forma um ser cuja essência é o começo pode trazer dentro de si um teor suficiente de origem para compreender sem categorias preconcebidas e para julgar sem esse conjunto de regras comuns que é a moralidade.

Refletindo sobre o significado de compreensão a autora partindo da passagem bíblica onde o rei Salomão pede a Deus um “coração compreensivo” reconhece que esse é o maior dom a ser almejado e recebido. O coração humano, afastado do sentimentalismo e da burocracia, pelo dom divino da ação, é a única coisa no mundo capaz de fazer um começo. Um coração compreensível pode ser designado como a faculdade da imaginação. Diferente da fantasia que sonha, a imaginação se interessa pela escuridão específica do coração humano e pela peculiar densidade que cerca tudo o que é real. A imaginação permite que vejamos as coisas em suas perspectivas próprias, como uma bússola interna que nos orienta no mundo (ARENDR, 1993, p. 52).

Arendt (1993) valoriza o nascimento, a natalidade. Para ela, cada novo início é segundo sua natureza, um milagre quando visto e experimentado da perspectiva dos processos que ele necessariamente interrompe. Se o sentido da política é a liberdade, “o milagre da liberdade está inserido nesse poder iniciar, que, por sua vez, está inserido no fato (*Faktum*) de que todo homem, ao nascer, ao aparecer em um mundo que estava aí antes dele e que continuará a ser depois dele, é, ele mesmo, um novo início”.



Dessa forma, concluímos que, apesar da *Eudaimonia* aristotélica não se constituir uma realidade nos nossos dias, ela deve continuar sendo nosso ideal utópico. Como Hannah Arendt, precisamos exercitar nossos pensamentos para criar, inventar novos caminhos sempre em busca do bem comum.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDR, Hannah. **A dignidade da política**. Tradução de Helena Martins. 3.ed., Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. 6.ed., São Paulo: Perspectiva, 2009.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Escala, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

MARQUES, Ramiro. **A Política de Aristóteles**. Disponível em: <http://www.4shared.com/get/LKCTm3mU/COMENTRIO_SOBRE_A_POLITICA_DE_A.html>. Acesso em: 10 ago. 2012 .

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Filosofia pagã antiga**. v. 1, São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **História da Filosofia: do Humanismo a Descartes**. v. 3, São Paulo: Paulus, 2009.

TERUYA, Eleanor Abel Oda. **Tradição e época moderna em Hannah Arendt: por uma dignidade da política em tempos sombrios**.2010. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Licenciatura em Filosofia) - Universidade Metodista de São Paulo – Campus EAD - Faculdade de Humanidades e Direito, Pólo Londrina, 2010.



INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA À IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS
THERAPEUTIC INTERVENTION TO INTERNED ELDERS

Lívia Teruel Soré¹

Francisca Carneiro de Sousa Klockner²

RESUMO:

O número de idosos tem aumentado significativamente na maioria dos países, com isso, torna-se imprescindível o estudo, o planejamento e a tomada de medidas objetivas para atender às necessidades dessa população. O presente estudo foi realizado durante seis meses em uma instituição geriátrica de Londrina-PR e teve como objetivo oferecer apoio psicológico aos idosos institucionalizados, como forma de ajudá-los a lidar com questões referentes à velhice e à internação. As intervenções foram realizadas através da escuta terapêutica individual e de dinâmicas de grupo. Ao final do trabalho observou-se que a maioria dos idosos possui déficits cognitivos e grande dificuldade em lidar com as perdas sofridas durante a vida, por isso é importante que os idosos tenham oportunidade de falar e serem ouvidos a respeito de suas emoções, ou de outras questões que desejem, para que possam ter um final de vida mais digno e satisfatório.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso; Instituição; escuta psicológica.

ABSTRACT:

The number of aged has increased significantly in most countries, therefore it is essential to study, to plan and to take objective measures to answer the needs of this population. The present study was carried through six months in a geriatric institution of Londrina - PR and had the objective to offer psychological support to the aged ones, helping them to deal with questions related to the oldness and the internment. The interventions were carried through individual therapeutic listening and group dynamic. This study observed that the majority of aged ones have cognitive deficits and great difficulty of dealing with their losses experienced during life, that is why it is important for them to have the chance of speaking and being heard regarding their emotions or any other issues they want to discuss, so they can have a worthier and satisfactory end of life.

KEYWORDS: Aged; Institution; psychological listening.

A população de idosos em todo o mundo tem crescido em proporções muito grandes. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

¹ Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil

² Docente do Centro Universitário Filadélfia de Londrina - UniFil



estimam que em 2050 a expectativa de vida nos países desenvolvidos será de 87,5 anos para homens e 92,5 para as mulheres. Enquanto nos países em desenvolvimento será de 82 anos para homens e 86 anos para as mulheres. Esse fato se deve a vários fatores, como afirma Zimmerman (1997), à redução na taxa de fecundidade, num momento em que as mulheres estão mais envolvidas no mercado de trabalho e não desejam e nem tem condições de terem vários filhos como antigamente, bem como, a evolução das ciências, ao avanço da medicina preventiva que possibilitou o desenvolvimento de programas voltados para a qualidade de vida, e as baixas taxas de mortalidade infantil. Entretanto, diante desse aumento da população de idosos surgem questionamentos como: será que a sociedade está preparada para acolher os idosos ou está preparada para envelhecer?

A Organização Mundial da Saúde considera o fator cronológico determinante para a pessoa da terceira idade sendo a idade de 60 anos nos países em desenvolvimento e 65 anos nos países desenvolvidos. Porém sabe-se que muitos outros fatores devem ser considerados ao se referir à pessoa idosa.

Estudar o idoso, a velhice, a terceira idade, o velho é um tema que esbarra em diferentes conceituações, diferentes olhares e principalmente é algo que gera, por que não dizer, grandes conflitos. Pois sendo a última fase da vida, ninguém a atravessou para que pudesse relatá-la com afirmações claras de quem já superou e entendeu as dificuldades e situações dessa fase. Assim, compreende Messy (1993) que o velho é sempre o outro. "A imagem da velhice parece uma imagem "fora", no espelho, imagem que nos apanha quando é antecipada e produz uma impressão de inquietude estranheza...".

De acordo com Vargas (1994) "A velhice é, portanto, um estado dinâmico, subentendendo atividade e mudança contínuas, refletindo a responsabilidade criativa do organismo global aos desafios ambientais e biopsicológicos." Assim a velhice pode ser entendida como um período da vida



em que ocorrem diversas alterações no homem de ordem social, biológica e psicológica.

Para o autor Messy (1993) envelhecimento deve ser diferenciado de velhice, sendo o primeiro um processo que se inicia com o nascimento e se finda com a morte do indivíduo. Assim, contendo neste processo muitas aquisições e perdas. Já a velhice pode ser entendida como um estado que caracteriza a posição do indivíduo idoso.

Diante das diferentes conceituações, o idoso deve ser visto pela sociedade com melhor olhar, como alguém que necessita não só de atenção física, mas também emocional, e social.

De acordo com Cordioli (1998) muitas questões que afetam os idosos são comuns, como as alterações físicas, a necessidade de depender do outro, a maior dificuldade em lidar com as perdas, deterioração da memória, diminuição da vontade, das aspirações, etc. Dentre esses acontecimentos as perdas vividas de forma desadaptada acarretam ao indivíduo falhas que prejudicam todo seu ser. Como os sentimentos de baixa autoestima, depressão, desespero, favorecendo a um maior isolamento.

Relacionado às perdas Papaléo Netto (2005) lembra que durante toda vida nos deparamos com uma série de perdas significativas como surgimento de doenças crônicas entre outras, a viuvez, a morte de amigos e parentes próximos, a ausência de papéis sociais valorizados, dificuldades financeiras, isolamento crescente, fatores estes que podem culminar numa crise. O sofrimento decorrente de todas essas perdas tende a se acentuar ainda mais na velhice.

De acordo com a legislação brasileira os familiares são responsáveis pelo cuidado de seus idosos. Conforme o Estatuto do Idoso Lei 10.741, de 1ª de Outubro de 2003, Art.3º. "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao



esporte, ao lazer, ao trabalho, a cidadania, a liberdade, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.”

Mas, atualmente devido a vários implicadores as instituições de longa permanência para idosos, tanto públicas como privadas, tem se tornado uma alternativa nos cuidados dessa parte da população. Em geral entre o público alvo desses lugares estão indivíduos com comprometimento físico e/ou mental, em idade mais avançada, em carência de renda, sem família, ou em condições de maus tratos por familiares.

Com relação a essa nova alternativa de moradia cita o Estatuto do Idoso Lei 10.741, de 1ª de Outubro de 2003, Art.37º. “O idoso tem o direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.”

Muitas vezes, o idoso ao entrar para uma instituição é levado a viver num mundo sem significado pessoal. Por isso muitos não se sentem pertencentes a este lugar e não interagem com os outros. Mesmo que as condições dessa instituição sejam boas, o idoso é obrigado a experimentar uma nova realidade muitas vezes assustadora, onde a sua identidade e privacidade são violadas. Esses lugares ao serem visitados passam a impressão de que o tempo estagnou. As pessoas não se relacionam, o desejo pela vida se dissipou e a espera pela morte é constante.

Para Beauvoir (1990) “O velho está voltado para o passado, sem poder sobre o futuro, e é vítima das preocupações: ressuscita indefinidamente as mesmas lembranças, ruma em voz alta as mesmas inquietações; é condenado à estagnação pelo enfraquecimento de sua memória, e por sua incapacidade de adquirir o que quer que seja de novo.” A referida autora, ao falar da relevância do trabalho com idosos diz que “o mais importante não é acrescentar anos à vida e sim vida aos anos”.



No âmbito destas considerações, o presente trabalho foi desenvolvido para que os idosos institucionalizados pudessem vivenciar essa fase da vida com um novo olhar e com novas perspectivas por meio das atividades terapêuticas, de orientação e escuta psicológica.

Acreditando na importância da psicoterapia com crianças, jovens e adultos deve se acreditar também na importância desta para com os idosos. Favorecendo assim que estes vivam também mais satisfatoriamente esse estágio que é considerado na escala do desenvolvimento humano como o último estágio da vida.

Para Cordioli (1998) existem diferentes maneiras de abordagem ao paciente idoso, cabendo ao terapeuta identificar qual a melhor se encaixa ao seu paciente. O tipo de terapia a ser utilizado será determinado pela condição clínica do paciente e pela disponibilidade de diferentes tipos de abordagem terapêutica.

O terapeuta que trabalha com idosos pode se deparar com o estereótipo da rigidez na velhice, mas estudos mostram que a visão do velho como incapaz em realizar mudanças intrapsíquicas na direção de uma melhor condição de vida, está mais ligada a preconceitos acerca da velhice, pois o jovem com caráter rígido também será rígido na velhice, e a flexibilidade do caráter na juventude se estendera até a velhice.

O trabalho com idosos é uma relação de ajuda no qual o terapeuta procura promover no outro uma maior expressão e utilização funcional dos recursos internos latentes no indivíduo proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Cordioli (1998) também acredita que o trabalho de orientação psicológica e escuta a idosos institucionalizados é de grande importância, visando oferecer uma escuta diferenciada aos processos de subjetivação que emergem na instituição e buscando melhorias na qualidade de vida desses idosos.



A escuta num sentido psicoterapêutico é um processo ativo, onde o terapeuta observa amplamente o comportamento apresentado pelo paciente em determinado momento e examina suas implicações e significados para o mesmo. Ainda dentro desse processo a capacidade do terapeuta em sentir empatia pelo outro como se estivesse em situação e circunstância parecida proporciona um maior acolhimento e identificação com o paciente.

O presente trabalho foi desenvolvido em um asilo localizado na cidade de Londrina-PR. Ocorreu no período de 30/03/12 até 31/08/12 sendo realizado nas manhãs de sexta-feira. A instituição abriga 50 idosas e 1 idoso, e possui 32 funcionários, dentre estes enfermeiras, psicóloga, assistente social, fisioterapeuta, entre outros.

Os idosos foram atendidos tanto em seus leitos como em outros lugares disponíveis dentro da instituição, respeitando sempre a necessidade que os idosos apresentavam. Durante alguns momentos do desenvolvimento do trabalho foram realizadas intervenções de escuta terapêutica individual aos idosos, e em outros momentos, grupos terapêuticos foram formados para que conteúdos emocionais fossem compartilhados e trabalhados de forma diferenciada.

O desenvolvimento do presente trabalho proporcionou aos idosos institucionalizados sentimentos de bem estar, o resgate da autoestima, maior interação entre eles, bem como a criação de um espaço que os estimulou a falar de si próprios e de seus problemas.

Durante a intervenção terapêutica muitos idosos nem sempre se mostraram dispostos a conversar ou participar dos grupos terapêuticos, se mostrando às vezes agressivos, ou depressivos. A questão da morte não foi apenas citada em muitos momentos na fala deles, como também foi vivenciada, pois durante o período de desenvolvimento do trabalho quatro idosos faleceram.



Depois do estudo teórico sobre a pessoa idosa e da experiência desenvolvida com este grupo de idosos institucionalizados, pode-se verificar que os assuntos mais citados pelos idosos foram referentes à morte, a solidão, e as diversas perdas enfrentadas durante a vida. Notou-se também que mesmo apresentando grandes dificuldades para se comunicar, por muitas vezes não conseguem dar sequência lógica e coerente às suas ideias, ou por não terem noções de tempo e espaço, devido a algumas doenças como o Alzheimer, os idosos necessitam falar e serem ouvidos. Necessitam de acolhimento, atenção e respeito por suas muitas perdas, dores e questões emocionais.

O trabalho terapêutico na instituição geriátrica mostrou ser de grande importância para que os idosos possam vencer a barreira do isolamento e conviver melhor consigo mesmos e interagir de maneira mais satisfatória uns com os outros, contribuindo para que eles tenham um final de vida mais digno e satisfatório, mesmo estando longe de seus familiares.

Um trabalho desta natureza também pode ser considerado de extrema relevância para a formação profissional do psicólogo no exercício futuro de suas atividades, pois o profissional de psicologia que escolhe trabalhar com a terceira idade precisa estar preparado, principalmente, para lidar com as suas expectativas e frustrações. O trabalho com idosos nos ensina a administrar questões normalmente difíceis, como a espera e o respeito pelo tempo do outro. Ensina-nos que as limitações físicas, psicológicas e as demais perdas decorrentes do processo de envelhecimento são inevitáveis, mas não colocam um ponto final na vida e não nos impossibilitam de amar, aprender e continuar crescendo.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 589 p.



CORDIOLI, Aristides Volpato (org). **Psicoterapias**: abordagens atuais. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei 10.741, de 1ª de Outubro de 2003. Artigo 3.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei 10.741, de 1ª de Outubro de 2003. Artigo 37.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil).

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso_no_mundo.html>. Acesso em: 24 mar. 2012.

MESSY, Jack. **A pessoa idosa não existe**: uma abordagem psicanalítica da velhice. São Paulo: Aleph, 1993.10 p.

PAPALÉO NETTO, Matheus. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2005.109 p.

VARGAS, Heber S. **Psicogeriatría Geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogans, 1994. 7 p.

ZIMERMAN, David E. **Como trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



RECICLAGEM DOS GALPÕES DA FAMÍLIA SAHÃO PARA A NOVA SEDE DA KINOARTE

RECYCLING OF FAMILY SAHÃO'S WAREHOUSES FOR THE NEW HEADQUARTERS FOR KINOARTE

Jessica Shiotani Arasake¹

Angélica Kohls Schwanz²

RESUMO:

Trabalho final de graduação que trata do valor histórico dos galpões da família Sahão para Londrina, e da necessidade de sua preservação, alcançada por meio da Reciclagem dos galpões para a nova sede da Kinoarte (Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina). Medidas que possibilitarão nova vida ao conjunto de edificações e ao mesmo tempo permitirão a Kinoarte ampliar e atingir os objetivos que esta vem desenvolvendo ao longo dos anos que é tornar o cinema alternativo uma arte mais acessível. Intervenção realizada tendo como embasamento os princípios da Carta de Veneza e as discussões contemporâneas que tratam da salvaguarda do patrimônio industrial, garantindo os meios certos para esta ação e possibilitando a transmissão desses valores e principais elementos caracterizadores dos galpões Sahão para o futuro.

PALAVRAS-CHAVE: História de Londrina, Preservação do Patrimônio Histórico, Kinoarte, Cinema.

ABSTRACT:

The final assignment in the course deals with the historic value of the Sahão's warehouses to Londrina, and the need for its preservation, achieved through the recycling of the buildings for new headquarters for Kinoarte (Institute of Film and Video of Londrina). Measures that will allow new life to all buildings and at the same time will permit Kinoarte to expand and achieve the goals that it has developed over the years that is to make the alternative cinema an art more accessible. This intervention was carried out having as basis the principles of the Charter of Venice and the contemporary discussions that deals with the protection of industrial heritage recommendations, ensuring the right means to this action and allowing the transmission of values and main elements characterizing Sahão warehouses for the future.

KEYWORDS: History of Londrina, Historic Preservation, Kinoarte, Cinema.

¹ Centro Universitário Filadélfia – UniFil

² Orientadora – Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil



Problema/Objeto – Galpões Sahão

A história dos Galpões Sahão está intimamente relacionada com a história de Londrina. Segundo Castelnou (1996), a vinda da missão econômica inglesa ao Brasil, com interesse em adquirir terras para o plantio de algodão, e posteriormente o surgimento da Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTN), atraiu imigrantes tanto do país, como do exterior iniciando-se assim a comercialização das terras de sua posse. Salim Sahão faz parte da história de Londrina, na época de grande crescimento e prosperidade da cidade, que ocorreu na década de 40, devido à produção do café.

Segundo Sahão (1989), Salim Sahão, nasceu em 1900, em Hasbaya, um pequeno povoado no Líbano. Com 21 anos, Salim veio para o Brasil, acompanhado de seu tio, e desembarcou em Santos - SP. Em 1933, começou a comprar fazendas, por meio do lucro da compra e venda de algodão. Em 1935, veio a Londrina, pois possuía 45 alqueires de terras na cidade, onde cria a "Sahão e Cia" a qual se torna depois "Comércio e Indústria Sahão S.A." Os Galpões Sahão foram construídos nas décadas de 30, 40 e 50, e se situavam às margens da ferrovia, para carga e descarga principalmente de produtos relacionados ao algodão.

Com relação às técnicas construtivas dos galpões e valor arquitetônico, de acordo com Castelnou (2002, p.173), "realizados em tijolos cerâmicos maciços, trazidos de São Paulo, representavam um avanço em termos arquitetônicos para as construções do gênero naquela época, na maioria em madeira serrada." E conforme Yamaki (2006, p.96), "... os barracões em madeira e tijolos permitem observar o virtuosismo dos mestres carpinteiros e construtores, que venciam o desafio de grandes vãos com estruturas em madeira".

Segundo Castelnou (2002, p.336), "Somente através da conscientização da sua própria população quanto ao valor histórico desses



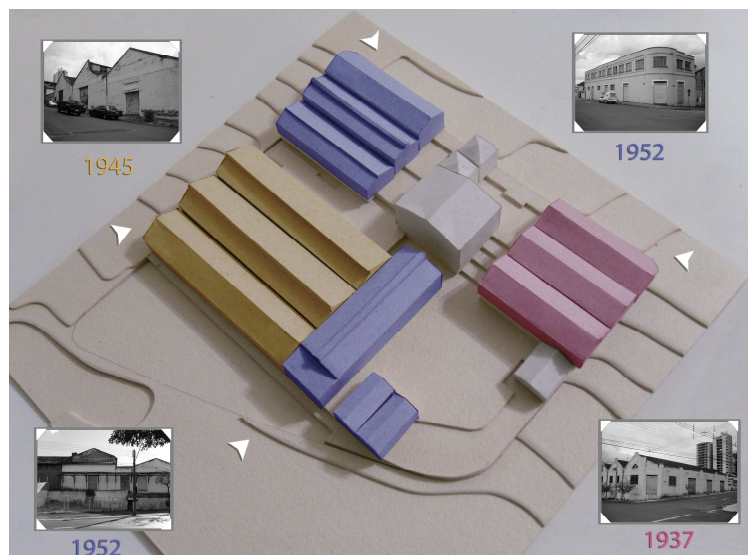
objetos arquitetônicos, que será possível uma ação preservacionista eficaz na cidade”.

Os galpões são formados por 11 barracões de café e algodão, e localizam-se na Quadra 111, entre as Ruas Paraíba e Maragogipe, Travessa Belo Horizonte e Avenida Leste-Oeste. Visando um melhor entendimento dos galpões e também de sua localização, estes foram classificados de acordo com a época em que foram construídos.



Fonte: Modificado pela autora, 2012.

Figura 1 – Implantação dos Galpões Sahão



Fonte: Acervo da autora, 2012.

Figura 2 – Classificação dos Galpões de acordo com a data de construção e suas respectivas fotografias

Os barracões mais antigos, construídos em 1937, representam as primeiras edificações em alvenaria de Londrina. Estes três galpões localizam-se na esquina entre as Ruas Paraíba e Travessa Belo Horizonte. O edifício possui pequenos detalhes que o diferenciam dos outros, como o formato das janelas nos frontões, os ornamentos e frisos repetitivos e simétricos na fachada e cumeeira, e a marcação de pilastras. Nestes galpões que funcionavam antigamente como armazéns de café, ainda existem máquinas de beneficiamento e seleção de grãos de café.

Os galpões construídos em 1945 são compostos por três armazéns de algodão. O acesso aos blocos é realizado pela Rua Maragogipe. Estes são em tijolo aparente, possuem cobertura aparente em duas águas e iluminação tipo *shed* em dois galpões.

Os barracões construídos em 1952 são compostos por dois conjuntos de galpões: aqueles que se localizam na esquina, entre as Ruas Paraíba e



Maragogipe, construídos em junho de 1952, e aqueles voltados para a Avenida Arcebispo Dom Geraldo Fernandes, construídos em agosto de 1952.

Os três blocos próximos à Avenida Leste-Oeste possuem cobertura aparente em duas águas e faziam parte da extensão da linha férrea, onde os vagões de trem paravam para carga e descarga de produtos. Ainda hoje é possível visualizar a plataforma, pois esta é demarcada pela “mão francesa” metálica que sustentava a cobertura. O galpão mais longo, dentre os três, funcionava antigamente como produção e armazém de fardos de algodão, onde ainda é possível visualizar a balança e a máquina de beneficiamento de algodão.

Atualmente o conjunto de edifícios que forma os “Galpões Sahão” encontra-se em situação precária. Devido à falta de manutenção e idade das telhas, a cobertura de todos os galpões apresenta algum tipo de problema, havendo conseqüentemente problemas de infiltração de água que ocorrem na maior parte da edificação.

Todas as vedações estão bastante desgastadas pelo tempo, pois nenhuma delas passou por algum tipo de reforma após sua construção original. Em várias partes das paredes dos galpões as camadas de reboco e tinta já não estão conservadas. Além disso, todas as vedações apresentam as seguintes patologias: eflorescências, bolor, craqueamento, fissuras, manchas, sujeira. Com relação ao estado de conservação das esquadrias dos galpões: as janelas, em sua maior parte, basculantes, estão com todos os vidros quebrados, e as portas que são do tipo enrolar, estão completamente enferrujadas.

O estado geral da obra é: de desuso, pois os barracões estão sempre vazios, exceto por algumas atividades, como a marcenaria, além de funcionarem como depósito, e todas as edificações se encontram em péssimas condições de conservação.



Metodologia e análise de projeto

De acordo com Lemos (2004), o artefato cidade está sempre se renovando sobre si mesmo e, conseqüentemente seus bens culturais são permanentemente alterados. Deste modo, se faz necessária a salvaguarda, com o registro de informações ligadas a elementos culturais que não possuem garantias de permanência.

Como foi analisado, apesar desta situação de abandono, os galpões Sahão representam um importante elemento da memória coletiva e remanescente da arquitetura industrial de Londrina. E como enfatiza Meneses (1978) apud Kühl (2009), a memória “é a filha do presente. Mas como seu objetivo é a mudança, se lhe faltar o referencial do passado, o presente permanece incompreensível e o futuro escapa a qualquer projeto”. Meneses continua:

Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois fica faltando uma plataforma de referência e cada ato seria uma reação mecânica, um mergulho vazio para outro vazio. É a memória que funciona como instrumento biológico-cultural de identificação, conservação e desenvolvimento.

Percebe-se que se faz necessária a salvaguarda dos Galpões Sahão, a questão a ser analisada é de que modo tornar isto possível. Pois como afirma Debray (1999) apud Kühl (2009), “para mobilizar a lembrança, imobilizam-se seus traços; para transmitir, deve-se conservar e conservar é colocar à parte, pôr de lado; para manter uma memória viva, corre-se o risco de embalsamá-la”.

De acordo com Lemos (2004) não se tem como objetivo a “museificação” de edifícios recuperados, inutilizando-os as funções contemporâneas, pois a primeira norma para se preservar o bem cultural, é mantê-lo em uso constante, mesmo à custa de adaptações, pois a cidade é um



artefato que vive e permanentemente se transforma, estando em constante renovação.

Com relação ao uso a ser dado aos Galpões Sahão pensou-se na Kinoarte como sendo a solução adequada para este problema, já que sua sede atual não atende às suas necessidades. A Kinoarte é uma associação cultural sem fins lucrativos, criada em 2003, e que atualmente contempla quatro objetivos: exibir, produzir, preservar filmes e promover cursos, oficinas e palestras.

Segundo a Comissão Europeia da Cultura, o cinema é responsável por promover a diversidade cultural. Como se afirma no primeiro Artigo da Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2001): "... a diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade é para a natureza. Neste sentido, é a herança comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada para o benefício das gerações presentes e futuras."

De acordo com a UNESCO, filmes e produtos audiovisuais são bens culturais, pois são "símbolos de modos de vida" e "transmitem mensagens sociais", e, portanto, possuem um poderoso impacto cultural. É devido a esse seu poder no impacto das escolhas com relação à identidade, que são tão discutidos atualmente.

A controvérsia desse assunto reside na crescente influência e domínio internacional da indústria cinematográfica norte americana, e que como consequência cria padrões de consumo mundiais e pessoas que habitam um mesmo espaço cultural, definidas pela UNESCO como "elite mundial".

Produtoras de pequeno porte têm dificuldade de divulgar e distribuir seus filmes além das fronteiras nacionais, estas acabam não se beneficiando de receitas em escalas maiores e são incapazes de recuperar custos de investimento. Ao longo da história do cinema muitos diretores prestigiados



atualmente (como Akira Kurosawa, Andrei Tarkovsky, Henri-Georges Clouzot, entre outros) tiveram essas mesmas dificuldades quando vivos.

A indústria cinematográfica não somente em países subdesenvolvidos, como também em países europeus, possui uma série de deficiências estruturais pelo fato de ser composta por empresas de pequeno porte, que possuem acesso limitado ao financiamento e dificuldade de promover os filmes internacionalmente, pois para o telespectador, é mais acessível assistir filmes provenientes de Hollywood do que de países vizinhos.

Mas segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano - Liberdade Cultural num Mundo Diversificado (2004, cap.5), as barreiras comerciais para reduzir, ou bloquear as importações diminuem a escolha, o que não promove a liberdade cultural, e o que pode conseqüentemente levar a dependência cada vez maior de barreiras comerciais e a diminuição da qualidade das obras.

As cinematecas são um dos meios que o público em geral possui para ter acesso a produções cinematográficas alternativas, não comerciais. Pois estas instituições incentivam tanto a exibição de produções raras (como os documentos de Hikoma Udihara) nacionais e locais, como também a produção de outros países, incentivando a diversidade cultural; além de promover a produção cinematográfica local.

Segundo o site da Kinoarte (2012), atualmente, esta coordena 15 projetos e conta para a realização de seus projetos com o patrocínio da Prefeitura de Londrina, da Petrobras e do Governo Federal. Entre esses projetos está a exibição de filmes, por meio da Mostra Londrina de Cinema, que está na sua 14ª edição (com exibição de curtas, competitivas nacionais e locais, além da realização de oficinas e seminários), há também a Mostra Marília de Cinema, atualmente na 5ª edição e que conta com o patrocínio do governo do Estado de São Paulo, a Kinoarte Mostra Curtas (com exibição de



curtas, em escolas e centros culturais) e o Kinoclube (o cineclube, com exibição de filmes).

A instituição possui também uma publicação trimestral sobre cinema, a Revista Taturana. Além de um livro anual, o Imaginário Cromático, sobre a produção fotográfica de Londrina. De acordo com o site da Kinoarte, a organização produziu, um total de 32 filmes, recebendo mais de 50 premiações em festivais nacionais e internacionais.

Atualmente um dos principais objetivos da Kinoarte para os próximos anos é a preservação de todo esse registro de importância histórica e que foi filmado em Londrina.

Com o passar dos anos, desde sua criação, a Kinoarte foi ampliando suas atividades (até mesmo no estado de São Paulo, por meio da Mostra Marília de Cinema) e ganhando notoriedade por meio de premiações em festivais nacionais e internacionais. Hoje em dia não há outra organização no município de Londrina, que desenvolva atividades culturais relacionadas a reproduções cinematográficas, como a Kinoarte o faz. É por meio da Kinoarte que atualmente apóia-se e valoriza-se o trabalho de diretores, produtores, fotógrafos, atores, dos artistas locais em geral.

Apesar de a Kinoarte apresentar-se como uma ação pontual, em um município, na verdade ela age de forma a enriquecer não só o perfil cultural de Londrina, mas de todo o País. As ações educacionais que a Kinoarte vem desenvolvendo na área pública oferecem as crianças e jovens perspectivas culturais realmente variadas e amplas, uma arte que em geral, atualmente mostra-se muito restrita a uma parcela da população.

No entanto, mesmo tendo se desenvolvido tanto nos últimos anos e ampliado seu leque de atividades desde a produção de filmes até a publicação fotográfica, a atividade da Kinoarte é restrita devido à falta de uma sede, um local que concentre todo esse trabalho.



Atualmente a Kinoarte encontra-se em um edifício que não possui uma estrutura que atenda suas amplas necessidades, e carece principalmente em relação à necessidade de uma sala projetada para a exibição de filmes (Kinoclube), além de outras funções como secretaria, coordenação, sala para as oficinas e palestras, entre outras. O atual edifício na qual se localiza foi projetado para atender as necessidades de uma residência e, portanto, não satisfaz o variado programa de necessidades da Kinoarte. Soma-se a esse fator a falta de sinalização para a fácil identificação do local pelo público e qualquer visitante que tenha curiosidade em conhecer a organização, e que contribuem para seu desconhecimento pela população.

Esses vários aspectos citados, quando juntos, impedem a Kinoarte de ampliar e atingir o potencial que esta organização vem desenvolvendo ao longo dos anos, que é tornar o cinema uma arte mais acessível e ao mesmo tempo promover o cinema local e seus produtores.

É possível chegar à conclusão de que mesmo possuindo uma ampla estrutura e projetos de formação audiovisual, atualmente a Kinoarte carece de uma sede para o desenvolvimento de suas atividades. Pode-se dizer que a Kinoarte possui “alma”, mas no momento não possui um “corpo”.

Logo o problema de um é a solução do outro: a idéia central do projeto de reciclagem dos galpões da família Sahão reside no conceito de união das necessidades dos galpões Sahão e da Kinoarte, a alegoria do “corpo sem alma” (os galpões Sahão) e da “alma sem corpo” (Kinoarte) e a idéia de que ambos se completam. Por meio de uma ação é possível permitir o crescimento e manutenção de dois objetos diferentes, mas que estão ligados pela história de Londrina.

CONCLUSÃO



Com base nessa análise prévia foi desenvolvido o projeto da recuperação física dos galpões com base nos princípios da Carta de Veneza (1964), possibilitando assim a retomada das atividades nos galpões. O principal elemento seguido é o valor da distinguibilidade, em que intervenções e trabalhos complementares realizados devem ser destacados da composição arquitetônica revelando a marca de nosso tempo, e evidenciando o que não é original, não incorrendo no falso histórico; foram também respeitadas todas as construções significativas de todas as épocas do bem cultural, não tendo como objetivo a unidade de estilo:

No fundo, sempre há uma alteração formal que impede o retorno do bem cultural à sua exata feição original, mas isso até certo ponto não tem muita importância porque está, de qualquer forma, garantida a preservação, e as introduções, quando honestas, não passarão de meras marcas de nosso tempo, propiciando, ainda recriações, algumas de muito mérito (LEMOS, 2004, p. 80).

Também foram mantidas as características e elementos considerados mais relevantes, como testemunhos da passagem dos galpões no decorrer do tempo (evidenciando o valor de anciandade), sendo realizadas discretas adequações funcionais e garantindo meios de os edifícios serem utilizados com a consciência do seu valor patrimonial. A intervenção levou em consideração os elementos caracterizadores da edificação, e estes foram identificados e preservados de modo a transmitir seus valores para o futuro.

Segundo Kühl (2009), existe uma dualidade entre conservação-transformação do patrimônio arquitetônico da industrialização e que pode ser resolvida, por meio da identificação e atuação de modo responsável respeitando as características essenciais, inserindo novos elementos, se necessário, com propriedade e de maneira sensível.

De acordo com Kühl (2009, p.147), não se trata de conservar de modo acrítico tudo que se encontra, mas de analisar as transformações da obra ao longo do tempo de modo a guiar e determinar a necessidade de remover ou



inserir novos elementos, e se necessário promovendo a integração da imagem e conduzindo ao ato criativo.

REFERÊNCIAS

CASTELNOU NETO, Antônio Manuel Nunes. **Arquitetura londrinense: expressões de intenção pioneira**. Londrina: Midiograf, 2002.

European Commission of Culture, Film. Disponível em: <http://ec.europa.eu/culture/pdf/doc893_en.pdf>. Acessado em: 01 ago. 2012.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964.

KINOARTE, **Instituto de Cinema e Vídeo de Londrina**. Disponível em: <<http://kinoarte.org/>>. Acessado em: 01 ago. 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. 325 p.

LEMOS, Carlos A. C. **O que e patrimônio histórico**. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 2004. 115 p.

ONU, Relatório do Desenvolvimento Humano, 2004. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_chapter_5.pdf>. Acessado em: 01 ago. 2012.

SAHÃO, S. **Salim Sahão, Meu Avô**. Londrina: Cotação, 1989.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Midiograf, 2006.



UMA CLÍNICA DIFERENCIADA: O trato com adolescentes em conflito com a lei por meio da abordagem psicanalítica winnicottiana

A CLINIC DIFFERENTIATED: The tract with adolescents in conflict with the law through Winnicott's psychoanalytic approach

Fabício Ramos de Oliveira¹

Prof. Ms. Silvia do Carmo Pattarelli²

RESUMO:

As grandes transformações sociais exigem mudanças constantes e dinâmicas do ser humano frente as relações consigo, com os outros e com o mundo em que vive. Diante disso surge uma necessidade e urgência de uma prática psicológica que atenda a tais demandas como modo de reestruturar a constituição subjetiva e permitir que o indivíduo tenha tempo para refletir e agir respeitando suas potencialidades e falhas. Desse modo, verifica-se na atualidade uma carência de relações satisfatórias nas instituições, em especial na família, que culmina reativamente na sociedade por meio de atos infracionais dos adolescentes. Com isso, esse estudo por meio projeto “*A subjetivação do adolescente contemporâneo: a clínica psicanalítica diferenciada*” – entende que a psicanálise winnicottiana corresponde à essa demanda e promove a expressão subjetiva de jovens em conflito com a lei como modo de identificar a falha no cuidado deles, bem como, promover instrumentos para reparar sentimentos de aniquilação, insegurança, medo e restituir – junto a instituição sócio-educativa Casa Semiliberdade – a continuidade saudável de existir e a desnaturalização da relação jovens/violência.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes; Medidas Sócio-Educativas; Winnicott; Desnaturalização.

ABSTRACT:

The great social changes require constant changes and dynamics of human relations front with you, with others and with the world in which he lives. Given this arises a necessity and urgency of a psychological practice that meets these demands as a way to restructure the subjective constitution and allow the individual to have time to reflect and act respecting their potential and flaws. Thus, there is currently a lack of satisfactory relationships in institutions, especially the family, culminating reactively in society through illegal acts of adolescents. Thus, this study through project "The subjectivity of contemporary adolescent: a psychoanalytic differentiated" - believes that psychoanalysis Winnicott corresponds to this demand and promotes subjective expression of youth in conflict with the law as a way of identifying the failure care them, as well as promote instruments to repair feelings of annihilation, insecurity, fear and restore - along with socio-educational institution semiliberty House - continued to exist and healthy relationship denaturalization of youth / violence.

KEYWORDS: Adolescents, Social and Educational Measures, Winnicott, Denaturalization.

¹ Psicólogo voluntário – Centro Universitário Filadélfia – UniFil.

² Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil.



As mudanças sociais da atualidade referentes ao acúmulo e velocidade de informações, à fragilidade da utilidade e durabilidade dos produtos, o avanço tecnológico e cibernético, banalização da violência e à era da imagem e fragmentação da crítica promovem transformações radicais nas relações sociais e interferem na construção da subjetividade do ser humano, pois tais vicissitudes refletem não só na economia do país, mas também nas instituições como a família, escola e sociedade. Diante disso, observa-se que um público atingido fortemente são os adolescentes, visto que, junto à idade, somam-se diversas modificações e reivindicações às suas condutas e à seu próprio corpo e, além disso, verifica-se uma maior agressividade a eles e contra eles, fato que tem culminado em conflitos com a lei e contra a própria juventude.

Dentre os temas atuais que mais têm gerado polêmica, e mesmo grande comoção social, estão a agressividade e a violência dirigidas contra as gerações mais jovens da sociedade brasileira ou cometidas por estes mesmos jovens. A contínua apresentação na mídia de adolescentes que praticam infrações violentas e, o reverso da moeda, os que sofrem maus-tratos físicos e psicológicos cometidos muitas vezes por seus próprios familiares, ou pelas instituições socioeducativas do Estado, na terrível violência urbana nas grandes cidades brasileiras, demonstra como o tema se encontra na ordem do dia. (MOREIRA et. al., 2009, p.678).

Nesse contexto, nota-se urgentemente a necessidade de uma prática psicológica que dialogue com esses jovens e principalmente atenda as transformações que as variações e exigências cotidianas provocam no desenvolvimento e constituição da identidade deles, como também, uma atividade que considere a influência do meio ambiente na formação dos adolescentes. Neste sentido, esse estudo – por meio do projeto de pesquisa “*A subjetivação do adolescente contemporâneo: a clínica psicanalítica diferenciada*” – entende que a psicanálise winnicottiana corresponde à essa demanda e promove a expressão subjetiva de jovens em conflito com a lei como modo de identificar a falha no cuidado deles, bem como, promover instrumentos para reparar sentimentos de



aniquilação, insegurança, medo e restituir – junto a instituição sócio-educativa por meio de atividades lúdicas e recreativas – a continuidade saudável de existir.

A adolescência surge como uma construção sócio-histórica devido às transformações sociais da modernidade como a Revolução Industrial, o mundo do trabalho, a escola, o sistema capitalista, o preparo técnico. Há a necessidade e exigência que os pais – ambos – trabalhem, com isso surge a necessidade de ter um lugar para deixar seus filhos, com isso surge a escola e os cursos técnicos como modo desses jovens terem onde ficar enquanto seus pais trabalham. Assim, constrói-se um novo momento na vida do ser humano, o qual se caracteriza por diversos aspectos.

A adolescência caracteriza-se por uma fase natural do ser humano repleta de conflitos, sofrimento, ela é vista como imaturidade e transição da infância para a vida adulta. Segundo a psicanalista Aberastury “é um período de contradições, confuso, ambivalente, doloroso caracterizado por fricções com o meio familiar e o ambiente circundante”. (1990, p.16).

Nota-se que junto a toda transformação da sociedade, há um ser em sofrimento e em modificação – o adolescente – que está em crise, em contato com seus conflitos e com as vicissitudes do meio em que vive, que possui um ego frágil, que necessidade identificar-se e sentir seguro. Esse indivíduo precisa então lidar com as mudanças de seu corpo, de sua mente e do contexto em que está inserido e para isso ele deseja sentir-se seguro, amado, aprovado e reconhecido por seus pais, sua família e pelas pessoas que convivem com eles.

Segundo Knobel:

[...] a adolescência pode ser definida como a fase evolutiva durante a qual o indivíduo trata de estabelecer sua identidade adulta: a) sobre a base da internalização, nas primeiras idades, dos objetos parentais e de suas interrelações e, b) mediante a verificação constante do ambiente social que o rodeia e onde vive nestes momentos de sua vida. (1992, p.111).



Os aspectos importantes à adolescência consolidam-se na importância do ambiente e da família; na confiança (limite); necessidade e carência de diálogo e comunicação; isolamento e sexualidade. Entretanto, nota-se que o sucesso dessa fase depende da qualidade da relação do jovem com seus pais nos seus primeiros anos de vida, ou seja, na inter-relação e internalização dos objetos parentais, bem como, de um ambiente saudável e estável. Tal fato reitera a importância da psicanálise winnicottiana, a qual se fundamenta na relação dual bebê-mãe – na importância de um cuidado suficientemente bom – e de um ambiente facilitador.

Winnicott no desenvolvimento de sua teoria vivenciou e trabalhou no atendimento de crianças separadas de suas famílias durante a evacuação das cidades ameaçadas de bombardeio na II Segunda Guerra Mundial, experiência fundamental para fundamentar seus estudos e conceituar a importância do cuidado materno na constituição do sujeito. Assim, o pensamento winnicottiano volta-se para a importância da relação mãe-bebê (dual), como também, para o ambiente, ou seja, Winnicott “descobre a conexão entre o processo de maturação e o ambiente facilitador” (LOPARIC, 2001, p.39). Diante disso, nota-se que nos estágios iniciais da relação bebê-mãe concentra-se a possibilidade do primeiro sentimento de existência, bem como, criar vários sentidos de mundo, ou seja, de real.

Todo o ser humano – segundo Winnicott – possui tendência inata ao amadurecimento e integração, porém, essa disposição do indivíduo depende dos estágios iniciais, ou seja, do modo como ocorre a relação entre o bebê e sua mãe. Para ele, no início de vida de qualquer pessoa, o ambiente deve se adaptar ao ser e não o contrário, nesse contexto, a mãe deve ser o ambiente de seu filho, como também, tudo o que está ao seu redor. Com isso, a função do ambiente é adaptar-se às necessidades do bebê e possibilitá-lo perceber e relacionar-se a si mesmo e à realidade externa. Segundo Dias, “Na normalidade, é o ambiente que se adapta ao bebê e, à medida que este amadurece, na presença do ambiente facilitador, ele vai criando não apenas um, mas vários sentidos de real”. (2003, pp. 21-22). Logo,



Winnicott embasa sua teoria do amadurecimento pessoal pela tendência inata de amadurecer e ao ambiente facilitador.

[...] o fornecimento de um ambiente suficientemente bom na fase mais primitiva capacita o bebê a começar a existir, a ter experiências, a constituir um ego pessoal, a dominar os instintos e a defrontar-se com todas as dificuldades inerentes à vida. Tudo isto é sentido como real pelo bebê que se torna capaz de ter um eu, o qual, por sua vez, pode em algum momento vir até mesmo a sacrificar a espontaneidade, e até mesmo morrer. (WINNICOTT, 2000, p.404).

Evidencia-se então que o ambiente (mãe) ao adaptar-se ao bebê possibilita seu amadurecimento e a criação por ele de vários sentidos de real. Para tanto, a mãe precisa atender as necessidades e possibilidades de seu filho vir-a-ser, fato que acontece por meio de processos psíquicos como *holding* (“apoio egóico”), *handling* (manejar) e a *apresentação de objetos*, o que promove ao infante sua *integração* (eu-sou), *personalização* (processos intelectuais com a experiência psicossomática e a inscrição do gesto no mundo de realidade compartilhada) e sua *realização* (relações interpessoais, diferenciação e reconhecimento de um mundo existente independente do ser). Os cuidados da mãe favorecem esse processo e promovem o potencial inato do infante – o verdadeiro *self* – que dará continuidade ao seu existir. (WINNICOTT, 2000).

Nessa linha de raciocínio, a mãe promoverá ao bebê experiências boas como ser cuidado e segurança, as quais ele introjetará e manterá em sua vida, caso ela não falhe, caso contrário, ela provocará na criança um sentimento de desapossamento e aniquilamento, vivenciado pela retirada do cuidado (experiência boa) por um tempo maior daquele que o bebê pode manter vivo em sua lembrança, o que produz nele o falso *self* e a projeção de sua esperança em outros âmbitos – por exemplo, na sociedade – por meio da tendência anti-social¹. (WINNICOTT, 2000).

¹ Vale ressaltar que a tendência anti-social se dá por indivíduos já integrados, visto que a criança já é capaz de identificar a falha como proveniente do ambiente.



Quando existe uma tendência anti-social, *houve um verdadeiro desapossamento* (não uma simples carência); quer dizer, houve perda de algo bom que foi positivo na experiência da criança até uma certa data, e que foi retirado; a retirada estendeu-se por um período maior do que aquele durante o qual a criança pode manter viva a lembrança da experiência. A descrição abrangente da privação inclui o antes e o depois, o ponto exato do trauma e a persistência da condição traumática [...]. (WINNICOTT, 1995, p.131).

Para Winnicott, **a tendência anti-social** surge devido a uma **deprivação** – a qual se relaciona a perda de cuidados da mãe e a perda de limites do pai, que se expressam de duas formas: **o roubo**, ligado às necessidades egóicas e que representa a busca do objeto (mãe) e a **destrutividade**, ligada as necessidades pulsionais, ao limite – que ocorre num tempo prolongado e coloca em risco a capacidade da criança de manter viva a memória de suas experiências.

Assim, a tendência anti-social revela-se como um modo de restituir o cuidado e o ambiente saudável que um dia o jovem vivenciou em sua tenra infância. Para tanto, o ato infracional surge como um modo (pedido) da sociedade restaurar ao adolescente a estabilidade que necessita para recolocar em ritmo seu *self*, com isso, nota-se que o conflito do jovem com a lei implica em esperança, que se verifica na possibilidade de retomar o momento anterior a perda, a privação. Conforme Winnicott, “[...] recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional”. (1995, p.122).

O adolescente ao infringir a lei parece buscar restituir em seu ato um objeto perdido² – o cuidado (segurança) da mãe – que não ocorreu em sua infância de modo satisfatório. Desse modo, a tendência anti-social, de certo modo, pode indicar um pedido de socorro do jovem por ser cuidado e amado. A criança anti-social

² Segundo Winnicott a primeira tarefa da mãe é alimentar o processo ilusório do bebê de que o mundo é sua criação – ou seja estimular sua onipotência – bem como, em seguida promover a desilusão, processos que dependem do fato da mãe respeitar o tempo da criança tolerar seu contato com o mundo e sua interação com ele.



procura, de um modo ou de outro, violenta ou gentilmente, fazer com que o mundo reconheça seu débito, ou tenta fazer o mundo reconstruir a moldura que foi quebrada.

Nessa linha de raciocínio, evidencia-se que esse jovem possui potenciais para desenvolver-se e inserir-se na sociedade, porém, para tanto, há a necessidade e urgência de uma desnaturalização³ desses adolescentes como delinquentes, “vagabundos”, drogados, etc., principalmente por essa população ser marginalizada aos olhos do povo e excluída da sociedade. Tal aspecto é levantado por Winnicott e principalmente tratado por ele – o qual soube de modo ímpar trabalhar e mostrar que um ato anti-social revela as falhas do cuidado do ser em sua infância, mas, além disso, a esperança de redescobrir a experiência perdida, ao invés de apenas rotular e abandonar esses indivíduos. Esse aspecto revela a possibilidade e potencialidade de tratar tais jovens, bem como, reivindica que o psicólogo intervenha de modo a restituir tal experiência e reparar o desenvolvimento subjetivo do adolescente.

Diante do trabalho de Winnicott e seu contato com jovens separados de suas famílias e institucionalizados, ele formula e estrutura o trabalho do psicólogo com essa população e assim possibilita a eles a reestruturação e a continuidade do seu desenvolvimento, fato que deve acontecer por meio da aproximação do terapeuta ao jovem e pelo uso de instrumentos para esse expressar sua subjetividade.

Desse modo, olhar para esses jovens exige a reprodução de um ambiente que atenda às suas necessidades – cuidados e limites – o que pode ser concretizado institucionalmente pela Casa Semiliberdade, na qual o projeto ocorre.

Os jovens em conflito com a lei são resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – lei nº 8069/90), que por meio de medidas sócio-educativas – sanções com o objetivo de proteger a integridade das crianças e dos adolescentes

³ O uso desse termo remete ao fato da sociedade – em geral – entender como natural o jovem em conflito com lei, bem como, rotulá-lo conforme seus atos.



em consequências de um ato infracional (crime ou contravenção) cometido como roubo, furto, homicídio, tráfico, etc.

Dentre essas medidas, há a Semi-liberdade, que se caracteriza em internação em estabelecimento educacional (casa), uma forma de transição para o meio aberto, onde é possível a realização de atividades externas – independente de autorização judicial. Essa medida é privativa de liberdade e, teoricamente, se constitui como melhor alternativa para a recuperação e retomada dos adolescentes em situação de vulnerabilidade⁴ no âmbito social.

Seção VI - Do Regime de Semi-liberdade

Art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (ECA, 2006, p.38)

Com isso, essa medida configura-se num lar⁵ – composto por educadores, psicólogo, serviço social, pedagogo e coordenador – ou seja, reproduz uma casa em que os jovens vivem durante a semana, isto é, moram nela, sem deixar de realizar suas responsabilidades como estudar, “trabalhar” (programa jovem aprendiz⁶), lazer, cursos, etc., isto é, “tudo” o que um adolescente comum faz. Nos fins de semana eles podem ir para casa de seus familiares ou responsáveis – visto que nem todos vivem com pais, alguns são criados por outros parentes.

⁴ Vulnerabilidade é o resultado negativo de uma relação em que os sujeitos são *privados* daquilo que lhes são necessários ao desenvolvimento e inserção social, ou seja, onde o acesso aos bens e serviços como educação, saúde, trabalho, cultura e lazer são escassos ou mesmo inexistentes.

⁵ Utilizo o termo lar para transmitir uma ideia total da família que se consolida por sentimentos, cuidado e responsabilidade.

⁶ Ação do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) que une ensino formal e cursos de qualificação. Segundo as leis nº 10.097/00 e 11.180/0, empresas de médio e grande porte podem contratar jovens entre 14 e 24 anos para capacitação profissional (prática e teórica), devem cumprir cotas que variam de 5% a 15% dependendo do número de funcionários efetivos qualificados na Empresa.



Nesse contexto o projeto visualiza um meio potencial para a prática psicológica principalmente referente à expressão subjetiva do jovem e possível criação de instrumentos que permitam a ressignificação do cuidado dos adolescentes em conflito com a lei e a desnaturalização – por eles, como também, pelos psicólogos – do jovem fadado à marginalidade e de uma profissão refém do divã. Para tanto, o projeto utiliza-se de reuniões semanais com o intuito de promover o vínculo e a aproximação com os jovens e promover atividades interativas pautadas numa expressão “sem obstáculos” e que produza uma relação transferencial⁷ que viabilize o jovem se identificar com o estagiário e com isso expressar seus sentimentos, sua história e ressignificá-los.

Com isso, nota-se que a atuação de psicólogos na Casa Semiliberdade marca a construção de uma clínica diferenciada que promove a expressão de adolescentes e a ressignificação de suas experiências além do divã.

A Casa semiliberdade possibilita um ambiente terapêutico que viabiliza um cuidado suficientemente bom (estagiários e funcionários da instituição), que atenda às necessidades dos adolescentes e um ambiente facilitador (Casa Semiliberdade), que seja estável e possibilite a representação das vivências e um sentimento de integração e segurança frente às transformações do ambiente, ou seja, que resgate os cuidados e o limite.

Portanto, o trabalho com adolescentes em medida de semiliberdade visa promover o “continuar a ser” do desenvolvimento emocional dos jovens e seu amadurecimento, bem como, tentar reparar as falhas que estagnaram o desenvolvimento emocional, fato que ocorre por meio de atividades e produção de materiais lúdicos que favoreçam a formação do vínculo, a expressão da subjetividade dos adolescentes e a ressignificação de suas experiências.

⁷ Esse conceito-chave da psicanálise clássica é tratado por Winnicott em relação ao ambiente (analista) como modo de comunicação, confiabilidade e sustentação ambiental. O analista torna-se meio para reparar as falhas do cuidado de seu paciente.



Pode-se inferir do projeto em realização que por meio das atividades na casa semi-liberdade, a relação entre os jovens, os estagiários e os educadores permitem o estabelecimento de um ambiente terapêutico – como o *setting* – o qual prioriza a formação de vínculos afetivos e de confiança e objetiva o entendimento da subjetividade dos adolescentes e o acolhimento de suas angústias, a reflexão de suas realidades e as possibilidades de inserção social, ou seja, se justifica pelo desenvolvimento psicossocial dos jovens.

REFERÊNCIA

ABERASTURY, Arinda e Col. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

DIAS, Elsa Oliveira. **A Teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

KNOBEL, M. A síndrome da adolescência normal. In: ABERASTURY A; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 10. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

LOPARIC, Z. O esboço do paradigma winnicottiano. **Cad. Hist. Fil. Ci.**, Campinas, Série 3, v. 11, n. 2, p. 7-58, jul.-dez. 2001.

MOREIRA, Ana Cleide Guedes et al . Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam**. São Paulo, Av. 12, n. 4, 2009 . Available from:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 ago. 2012.

WINNICOTT, D. W. Desenvolvimento Emocional Primitivo. In:_____. **Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

_____. A Tendência anti-social. In:_____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O Bebê e sua Realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



DANÇA DE SALÃO: Sua Influência na Qualidade De Vida

Denise Dias de Santana¹

Rodrigo Inácio Rocha Silva²

RESUMO:

Este trabalho tem como tema principal a influência que a dança de salão tem na qualidade de vida de todas as pessoas, independente de sexo, idade, cor, religião, raça. A metodologia utilizada é de uma pesquisa bibliográfica e no referencial teórico foram abordados os temas da história da dança, da dança de salão, da saúde e da qualidade de vida. O objetivo principal é apontar para todos que trabalham na área que a dança de salão faz a diferença na vida daqueles que a praticam regularmente e que essa atividade deve ser mais divulgada, praticada, exercitada como fator primordial para o bem estar pessoal. Com essas informações, podemos afirmar que a dança de salão alivia, modifica, altera, para melhor, a vida dos praticantes proporcionando grande melhoria na qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Dança. Dança de Salão. Qualidade de Vida.

ABSTRACT:

This paper has as its main subject the influence of the ballroom dancing in the life quality of every person, apart of gender, age, color, religion, race. The methodology applied is a bibliographical research and the theoretical frame of reference was addressed to the history of dancing, of ballroom dancing, of health and life quality. The main goal is to point to everyone working in this field that the ballroom dancing makes the difference in the life of those who practice it in a regular basis and that this activity should be further disclosed, practiced, exercised as a primordial factor for the personal wellness. With that information, we can affirm that ballroom dancing eases, modifies, changes, for better, the life of the practitioners providing great improvement on life quality.

KEYWORDS: Dancing. Ballroom dancing. Life quality.

¹ Possui graduação em Administração-Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Filadélfia (2002), graduação em Educação Física pela Faculdade de Educação Física do Norte do Paraná (1990), especialização em Relações Públicas Empresariais pela Universidade Estadual de Londrina (1997), especialização em Gerenciamento de Recursos Humanos e Marketing Interno pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina (1998) e especialização em Gestão e Estratégia Empresarial pelo Centro Universitário Filadélfia (2004). Atualmente é Professor Titular do Centro Universitário Filadélfia.

² Acadêmico do 2º ano do Curso de Administração da Unifil – Centro Universitário Filadélfia



1. INTRODUÇÃO

Por certo você já ouviu alguma dessas frases: "Dançar faz bem ao corpo e a mente"; "Eu amo dançar"; "Quem dança é mais feliz"

Realmente dançar traz grandes benefícios a nossa saúde bem como qualidade de vida invejável àqueles que praticam regularmente a magia dos "dois pra cá e dois pra lá".

A dança a dois proporciona aos seus praticantes em primeiro lugar uma maior consciência corporal, desafia a percepção espacial, desenvolvendo o equilíbrio e a coordenação motora.

A dança de salão trabalha a parte psicológica, social, emocional melhorando o ritmo, a musicalidade, a amplitude dos movimentos, além da capacidade cardiorrespiratória atuando no controle da pressão arterial e obesidade.

A dança como um todo, e, especialmente a dança de salão é um ótimo exercício físico. Ela consegue reunir características que nenhum outro exercício consegue com tanta eficácia e promove uma melhoria global no indivíduo.

Durante o momento do exercício da dança, dos movimentos mais lentos aos mais rápidos, o organismo produz a endorfina, conhecida como o hormônio da felicidade e o efeito é um só: o bem estar.

Entrar na dança é entregar-se ao prazer de acompanhar o ritmo da música. Esse é o remédio que garante a saúde física e mental, com um efeito colateral dos melhores: diversão garantida.

Portanto, a dança de salão além do sentido prazeroso que proporciona ainda traz uma série de benefícios fisiológicos melhorando também a autoestima e até mesmo a relação a dois influenciando diretamente na qualidade de vida daqueles que dançam.

O objetivo principal deste artigo, é abordar a influência da dança de salão na qualidade de vida.



2. A DANÇA

2.1. CONCEITOS E SURGIMENTO

A dança apresenta diversas definições. No conceito de Achcar (Rocha, 2007, p. 77) ela é "(...) arte do movimento e da expressão, onde a estética e a musicalidade prevalecem". Para Ferreira (idem, p. 78) a Dança "é uma sequência de movimentos corporais executada de maneira ritmada, em geral ao som de música (...), agitação e movimento". Considerando tais definições e baseado em Duarte (idem, p. 78), que afirma que a Dança é "(...) capaz de criar formas expressivas dos sentimentos humanos (...)", é possível defini-la como arte de mover o corpo em um determinado ritmo, expressando sentimentos e emoções através de movimentos.

A dança, o teatro e a música formam o principal triângulo das artes cênicas da antiguidade. Os primeiros registros mostram que a dança surgiu no Egito, há dois mil anos a.C., eram chamadas astroteológicas³ e celebravam o deus Osíris.

O culto a Osíris, deus da luz, a quem era atribuído o ensinamento da agricultura aos homens, acontecia todos os anos, na época de cheia do rio Nilo. O ritmo das cheias e vazantes do rio Nilo comandava os trabalhos de semeadura e colheita, que eram celebrados com danças na primavera.

Muitas outras danças, sempre relacionadas aos deuses egípcios, eram executadas. Por isso são chamadas de danças divinas ou sagradas. Mais tarde, já perdendo o costume religioso, a dança aparece na Grécia, exortando os jogos olímpicos.

Na Índia as danças têm origem na invocação a Shiva (deus da dança). Há dois mil anos a.C. com suas danças e músicas, os hindus procuravam uma união com a natureza.

Assim como a egípcia, a dança de Shiva tinha por tema a atividade cósmica. Ela exprimia os eventos divinos. O ritmo da dança estava associado à criação

³ -Estudos dos astros na visão Divina, a luz da Bíblia Sagrada.



contínua do mundo, à manutenção desse mundo, à destruição de algumas formas para o nascimento de outras.

Os vários estilos de dança, sempre relacionados a deuses, tinham o mesmo princípio, o de que “o corpo inteiro deve dançar”. Por isso, as danças indianas apresentam movimentos muito elaborados de pescoço, olhos, boca, mãos, ombros e pés.

Cada gesto tem um significado místico, afetivo e espiritual. Todos os gestos das mãos, chamados mudras⁴ têm um nome específico e expressam significados diferentes. Trata-se de uma dança que se exprime por símbolos predeterminados, construídos pelo corpo.

Na Índia, a dança ainda hoje é ligada ao misticismo e à religião. As escolas de dança funcionam junto aos santuários.

A história da dança nos mostra que seu início se deu ainda na pré- história, quando os homens batiam os pés no chão. Aos poucos foram dando mais intensidade aos sons, descobrindo que podiam fazer outros ritmos, aliando os passos com as mãos.

Com o passar dos tempos a dança veio se consolidando e o mundo todo teve a oportunidade de viver e sentir o prazer da dança.

No Japão, até hoje, elas são feitas nas cerimônias dos tempos primitivos onde se preservou o caráter religioso das danças.

Em Roma, as danças se voltaram para as formas sensuais, em homenagem ao deus Baco (deus do vinho), e dançava-se em festas e bacanais.

A partir do século XV, com o intenso movimento de renovação em muitos âmbitos da vida social e cultural, chamado de Renascimento, as cortes reais também se transformaram. Pela necessidade de ostentar suas riquezas, passaram a comemorar, com grandes festas, datas como nascimento, casamento, aniversário.

⁴ - Gestos simbólicos feitos com as mãos significando selo, senha, chave. Vem do Hinduísmo.



A dança se desenvolve particularmente em Florença, na Itália, no palácio da família Médici, onde, nas festas, eram apresentados espetáculos chamados de *trionfi* – triunfos, que simbolizavam riqueza e poder. Vários artistas eram convidados a colaborar na preparação desses espetáculos, entre eles Leonardo da Vinci.

Os primeiros registros das danças surgiram no século XVI, em que cada localidade apresentava características próprias. “Nesse período aparece o minueto que era uma dança francesa de ritmo ternário, de pares ainda não enlaçados, caracterizada pela graciosidade e equilíbrio dos movimentos, enquanto que as contradanças inglesas eram bailados de conjunto, sem a graciosidade do minueto, mas repletos de figuras pitorescas.” (Perna, 2001, p.5)

No século XIX surgiram as danças feitas em pares, como a valsa em 1837 originária dos povos germânicos (Áustria e Alemanha), a polca (chamada de valsa-pulada) que veio via Paris em 1830, o lundu –dança campestre datada de 1780 – tida como dança libidinosa, sensual e indecente, o *xótis/schottisch* – de origem alemã com andamento mais lento.(compasso binário), o tango originário da Argentina que por volta de 1915 já era dançado no Brasil, dentre outras danças. Estas, a princípio, não foram aceitas pelos mais conservadores, até que no século XX surgiu o *rock'n roll*, que revolucionou o estilo musical e, conseqüentemente, os ritmos das danças.

Em termos culturais sabemos que os povos foram se misturando e com isso as artes com suas especificidades culturais também foram se difundindo.

A dança, desde 1900, vem apresentando uma grande variedade de estilos e muitas formas experimentais, que começaram com a dança moderna, baseada na liberdade de movimentos e expressão. Atualmente, vamos do balé clássico até a dança de rua, passando pelos ritmos da dança de salão ,pelos elementos do jazz, dança moderna e rock.

A dança teatral obteve o seu maior sucesso comercial nos filmes e comédias musicais.



Grande número de novas danças populares surgiram e desapareceram no século XX. Nas décadas de 1960 e 1970, os negros criaram o *twist*, o *hustle* e muitas outras danças que os brancos adotaram com entusiasmo. Nestes últimos tipos de dança, os pares dançam juntos e obedecem a uma seqüência marcada de passos. A dança é uma forma de arte que cresce a cada dia, sempre e em todo lugar estão surgindo novas danças, novos ritmos e novas combinações de passos.

A dança contemporânea é tudo aquilo que se faz hoje dentro dessa arte, não importa o estilo, procedência, objetivos nem a forma. Para ser contemporâneo não é preciso buscar novos caminhos, basta se inspirar em qualquer fonte: visão pessoal, literatura e observações.

2.2. A DANÇA DE SALÃO

A dança de salão é também conhecida como dança social ou de sociedade, é a dança praticada nos bailes e reuniões sociais que tem o objetivo de socializar e divertir. Quanto à sua nomenclatura, Perna, em “Samba de Gafieira – a História da Dança de Salão Brasileira”, explica que o termo *de salão* “(...) é devido à necessidade de salas grandes, os salões, para que se possam realizar as evoluções das danças (...)” (2001, p.10).

A dança social ou dança de salão é praticada por casais, em reuniões sociais e surgiu na Europa, na época do Renascimento⁵. Desde os séculos XV e XVI, tornou-se uma forma de lazer muito apreciada, tanto nos salões dos palácios da nobreza, como entre o povo em geral. É chamada de social por ser praticada por pessoas comuns, em festas de confraternização, propiciando o estreitamento de relações sociais de amizade, de romance, de parentesco e outras. De salão, porque requer salas amplas para os dançarinos fazerem livremente suas evoluções e porque foi através da sua prática nos salões das cortes reais européias que este tipo

⁵ - Período da História da Europa entre fins do século XIII e meados do século XIV



de dança foi valorizado e levado para as colônias da América, Ásia e África, sendo divulgado pelo mundo todo e transformando-se num divertimento muito popular entre diversos povos.

A dança de salão chegou ao Brasil, trazida pelos colonizadores portugueses, ainda no século XVI, e mais tarde, pelos imigrantes de outros países da Europa que para cá vieram. Num país como o Brasil, com tão fortes e diferentes influências culturais, não tardaram a se mesclar contribuições dos povos indígenas e africanos, num processo de inovação e modificação de algumas das danças européias importadas, bem como de surgimento de novas danças, bem brasileiras.

Após a proclamação da república, os bailes tornaram-se cada vez mais populares e frequentes, a ponto do consagrado poeta Olavo Bilac comentar, num artigo de 1906, para a revista Kosmos: "(...) no Rio de Janeiro, a dança é mais do que um costume é um divertimento; é uma paixão, uma mania, uma febre. Nós somos um povo que vive dançando".

As adaptações foram inevitáveis. Afinal não havia professores e as informações distanciadas de referências visuais se construíram a partir das diferentes interpretações de quem as ouviam. Juntamente com espírito brincalhão dos portugueses e o ritmo dos africanos, a dança de salão começa a criar um novo estilo de dançar a dois. Difere-se da dança da corte e se populariza.

O dançar a dois favorecia prazeres e por essa razão o desejo desta prática teve uma grande motivação. Ela passou a ser aceita como normal para alguns e rejeitada pela maioria conservadora. Havia muitas discriminações.

O tempo passou e não tardou o surgimento das escolas de dança. A primeira registrada é da família Moraes. O professor, um português, aprendeu a dançar com um americano. Consta que Maria Antonieta G. de Souza, grande dançarina e mestra da dança, aprendeu com os Irmãos Moraes. Ela deu aulas em sua casa, em academias e nas gafieiras Elite e Estudantina- as mais famosas da época – e foi responsável pelo resgate da dança de salão na década de 70.



Acontece que, enquanto aqui a dança a dois era uma dança entre casais, para casais, e se dançava coladinho, lá fora o ânimo já era bem exacerbado: as *flappers*⁶ nos anos 20 já não faziam questão de cavalheiros para dançar *charleston*, o jazz dos anos 30 e 40 era uma música selvagem, jovem, considerada revolucionária. Lá pelos anos 50, o *rock'n'roll* ainda era dançado a dois – mas não necessariamente. O *twist* dos anos 60 matou a dança a dois de vez. A Gafieira Estudantina fechou suas portas e a moda da discoteca veio para enterrar a dança a dois.

Final dos anos 70 reabre a Gafieira Estudantina⁷ e juntamente com a Gafieira Elite⁸, Rio de Janeiro, recomeçam o ciclo da dança a dois. Nesse período onde imperava a discoteca alguns focos de resistência continuaram aqui e ali, fazendo sobreviver o hábito da dança social como era no princípio.

Os anos 80/90 trouxeram alguns grandes fenômenos que popularizaram e consolidaram de vez a dança de salão como ela é hoje: o filme *Dirty Dancing*⁹ (1987) introduziu a dança de salão novamente na ordem do dia. A *lambada* (1989) filha do carimbó e do merengue sacudiu o Brasil, e, daí pra frente as novelas e os programas de televisão trouxeram grandes incentivos para a dança de salão motivando a prática da magia “dos dois pra cá e dois pra lá”, até hoje.

⁶ - **Flapper** é um termo usado na década de 1920 aplicado a uma nova geração de mulheres jovens ocidentais que vestiam saias curtas, não usavam espartilho, cortavam o cabelo, escutavam jazz, e tinham outras condutas similares. As Flappers eram vistas usando muita maquiagem, tomavam muitas bebidas destiladas, tratavam o sexo de maneira casual, fumavam, dirigiam automóveis, muitas vezes em alta velocidade, e tudo isso era um desafio às leis e era contrário ao que considerava-se socialmente correto. As Flappers têm suas origens em um período de liberalismo, turbulências políticas e sociais e aumento dos intercâmbios culturais transatlânticos que seguiu-se ao final da Primeira Guerra Mundial, assim como a exportação de jazz americano à cultura europeia.

⁷ - Gafieira Estudantina – Aberta em 1929 na Rua das Laranjeiras-Rio de Janeiro

⁸ - Elite Club Bar Dancing da Guanabara – Abriu em 1930-Grande centro da boemia carioca

⁹ - Filme Dança Comigo – Rítmo quente – gênero romântico (1987)



Foi neste mesmo ano, que se tornaram conhecidos, no Brasil, os trabalhos de Carlinhos de Jesus e Jaime Arôxa (ambos discípulos da veterana Maria Antonieta) através de uma novela lançada pela TV Manchete que retratou o universo das gafieiras nos anos 30, e, a partir daí a procura pela dança de salão começou a aumentar.

Jaime Arôxa define a importância de sua mestra para as danças sociais da seguinte forma:

Ela foi o elo de ligação entre o passado e o presente, pois em um época em que as danceterias proliferaram, promovendo o afastamento dos pares, foi ela a responsável pelo resgate da importância da dança de salão. Não bastasse esse fato, ela também representa, na sua essência, mais viva expressão da dança (Perna, 2001, p. 97).

Jaime Arôxa e Carlinhos de Jesus proporcionam uma concorrência bem disputada mais bastante saudável. Dois estilos e duas formações bem diferentes. Jaime Arôxa criou sua própria metodologia e levou para suas aulas elementos da dança moderna e posturas clássicas. Carlinhos de Jesus começou como passista, sambista e aprendeu a dançar nos bailes de subúrbio. Para quem quer aprender a dançar, a possibilidade de escolha entre linhas bem diferentes é muito saudável e garante a diversidade dos bailes do Rio de Janeiro, bem como, outros, hoje, espalhado por boa parte do Brasil.

O dançarino e professor de dança de salão Carlinhos de Jesus é um dos personagens mais importantes para a divulgação das danças sociais pelo Brasil e uma das figuras mais populares desse estilo de dança.

O carioca Carlos Augusto da Silva Caetano de Jesus, que começou a dançar profissionalmente na década de 80, foi, segundo Perna, "(...) pioneiro na divulgação da dança de salão carioca por praticamente todo o Brasil, abrindo as portas, inclusive, do festival de Joinville" (2001, p. 104).

Sua primeira turma de alunos formou-se em 1983 e hoje sua escola, no Rio de Janeiro, tem capacidade para 1500 alunos.



Juntamente com sua companhia de dança, já montou vários espetáculos de sucesso, entre eles o “Isto é Brasil” (de 2004 a 2006) que contou com a participação da bailarina Ana Botafogo. Carlinhos de Jesus já recebeu vários prêmios relativos ao carnaval carioca.

Jaime Arôxa, também professor e dançarino de Dança de Salão, é referência para os profissionais da dança a dois, pois foi, conforme afirma Mesquita, “(...) um dos primeiros a sistematizar a dança de salão na sua forma de ensinar e divulgou muito a sua metodologia no Brasil (...)” (Perna, 2001, p. 150).

Pernambucano, Jaime chegou ao Rio de Janeiro na década de 1980, se tornou aluno de Maria Antonieta e em 1987 montou sua própria escola. Em meados da década de 90 o Centro de Dança Jaime Arôxa (CDJA) foi a maior academia de dança de salão do Brasil. Atualmente possui várias filiais em diversas cidades brasileiras e ministra *workshops* por todo o Brasil.

Em 1995 e 1997 foi produtor, respectivamente, dos I e II Encontros Internacionais de Dança de Salão, realizados no Rio de Janeiro.

Assim como Carlinhos, Jaime também tem uma companhia voltada para apresentações. Entre seus espetáculos estão o ‘Salão Brasil’ em 1994, o ‘O Homem, A Mulher e Música’ de 2000 e o atual “Com o Brilho do teu Olhar”. Jaime é também coreógrafo da Rede Globo.

Jaime criou uma metodologia de ensino própria – utilizada em muitas escolas – e foi responsável por misturar a arte de Fred Astaire e Gene Kelly com os passos do samba de gafieira, além de levar passos do tango à dança de salão nacional.

A respeito de Jaime Arôxa, (Perna 2001, p. 104) nos relata: (...) se tornou a maior referência nacional para os profissionais da dança de salão (...) e (...) revolucionou o ensino (...), padronizando e permitindo que qualquer pessoa (...) encontrasse a oportunidade de aprender a dançar.

Jaime Arôxa diz o seguinte:



Num momento em que as pessoas estão buscando caminhos, alternativas para a solidão, a dança é grande resposta. Quem dança é mais feliz, disso não tenho dúvidas. (Perna, 2001,p.104)

Jaime Arôxa e Carlinhos de Jesus têm estilos diferentes, mas trabalham em prol de um mesmo objetivo, divulgar a dança de salão. Fazem isso com qualidade e dedicação, tanto que graças a eles “(...) as danças de salão (...) tiveram repercussão nacional” (Perna, 2001 p.104) de 1980 pra cá. Estes profissionais são hoje as maiores referências das nossas danças sociais.

A dança de salão tem e sempre teve seus altos e baixos. Ela já sofreu proibições, preconceitos, já foi taxada de “brega” ou “coisa de velho”, já foi considerada apenas modismo, no entanto “(...) soube romper com maestria as portas do século XXI” (Rocha, 2007, p. 77) e, não é exagero dizer que está crescendo a cada dia.

Hoje a televisão tem colaborado muito para a divulgação da dança de salão no Brasil, basta assistir no SBT¹⁰ na Rede Globo e em outras emissoras os quadros relativos a dança que existem. São vários, mas a “Dança dos Famosos” da Rede Globo se destaca pela presença de celebridades e pela estética do quadro.

Com isso temos uma maior procura nas academias, o aumento de escolas especializadas no assunto e uma maior frequência na mídia; fatores que podem comprovar o atual crescimento da dança de salão.

3. A DANÇA DE SALÃO COMO ATIVIDADE FÍSICA, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

¹⁰ -Sistema Brasileiro de Televisão



A dança de salão entendida como atividade física tem como definição um conjunto de ações que um indivíduo ou grupo de pessoas pratica, proporcionando um gasto de energia e alterações do organismo, por meio de exercícios que fazem o corpo se movimentar exercitando a mente e o social, tendo como resultado muitos benefícios a saúde.

Como qualquer outro exercício físico, a dança de salão é tida como uma forma para melhorar a qualidade de vida. Realizada como uma prática regular promove saúde corporal e mental.

A dança de salão tem se mostrado de grande valia como auxílio aos tratamentos para controle e prevenção de doenças como diabetes, enfermidade cardíaca, hipertensão, arteriosclerose, varizes, enfermidades respiratórias, artrose, artrite, dores crônicas e desordens mentais ou psicológicas.

Nota-se também um aumento da procura por escolas de dança de salão por recomendação médica e de professores de Educação Física. A dança de salão é uma atividade completa que propicia além de lazer e diversão, uma série de incrementos na qualidade de vida, atuando na área social. É uma atividade sem distinção de faixa etária, sendo comum que pessoas de idades diferentes ou da mesma família frequentem juntas às aulas.

É muito importante que dentro desse trabalho possamos definir o que é Qualidade de Vida, pois o termo está muito em alta dentro de nossa vida atual e abrange diversos fatores, já que estão relacionados ao estilo de vida de cada pessoa.

Na perspectiva de Barros (Rocha, 2007, p.80), o termo:

(...) aplica-se ao indivíduo aparentemente saudável e diz respeito ao seu grau de satisfação com a vida nos múltiplos aspectos que a integram: moradia, transporte, alimentação, lazer, satisfação/realização profissional, vida sexual e amorosa, relacionamento com outras pessoas, liberdade, autonomia e segurança financeira (...).



Outra definição é dada por Marchi, que afirma que "(...) qualidade de vida é estar saudável, desde a saúde física, cultural, espiritual até a saúde profissional, intelectual e social (...)" (Limongi-França, 2003, p. 41).

As definições sobre qualidade de vida não diferem muito. O que acontece é que elas evoluem. Almeida mostra a diferença nas considerações de qualidade de vida, de um tempo atrás para as atuais, no seguinte relato:

Antigamente, considerava-se qualidade de vida não estar doente, não depender de tratamentos relacionados às cirurgias, ou então, dependências financeiras, alimentares, etc. Atualmente, estas questões envolvem vários outros fatores, que têm seu significado de acordo com cada indivíduo nas diferentes formas de obter e preservar o seu estilo de vida. (2005, p.133).

Considerando tais afirmações, é possível dizer que qualidade de vida é um bem estar físico, social e psicológico, é viver bem, ter saúde e estar satisfeito com todos os aspectos da vida, desde os pessoais até os profissionais.

Ao praticar uma atividade física através da dança, do esporte, da ginástica há uma alteração de todo estado emocional e energético do indivíduo, com alteração dos batimentos cardíacos, bem como alterações na atividade respiratória. Permite uma musculatura fortalecida e ao mesmo tempo flexível. Auxilia na perda de peso, na redução da pressão arterial, na melhora do diabetes, entre outras tantas situações de doenças.

A dança de salão faz com que o indivíduo, em razão, da presença da música, da concentração na execução dos movimentos, tenha a necessidade de mente aberta, ganhe mais energia, elimine pensamentos negativos e por isso, se renova ao término de cada seção de sua atividade física, ganhando uma grande sensação de prazer e melhorando sensivelmente sua qualidade de vida.

4. CONCLUSÃO



Pretendeu-se neste artigo proporcionar , de um forma sintética, mas objetiva e estruturante, uma reflexão sobre o momento que estamos vivendo de valorização da vida ativa, ou seja, atividade física, saúde e qualidade de vida priorizam o combate ao sedentarismo por meio da educação para a saúde e do lazer ativo de forma continuada, e em se tratando da dança de salão, podemos afirmar que o prazer e a magia fazem toda a diferença quando falamos de bem estar, otimização dos relacionamentos, confiança e alegria .

Para atender este objetivo optou-se por consultas bibliográficas em documentos, livros, internet.

O resultado alcançado satisfaz os requisitos de objetividade propostos que se pretendia atingir e nos faz entender que a dança de salão, pelos benefícios que atinge na qualidade de vida das crianças, jovens, adultos e idosos, deve ser mais divulgada, mais incentivada e incluída em todos os programas e projetos sócio-educativos, bem como nas empresas, escolas e universidades de todos os níveis sócio-culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNPÇÃO, Luiz Otávio; MORAES, Pedro Paulo; FONROURA, Humberto. Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. **Revista digital**, ano 8, n. 52, Buenos Aires: Universidade Católica de Brasília, 2002. Disponível em <www.educacaofisica.com.br/biblioteca/relacao-entre-atividade-fisica-saude-e-qualidade-de-vida>. Acesso em: 23 abril. 2012.

BLOG. **A história da dança de salão no Brasil**. 2007. Disponível no blog: <oprazerdadanca.blogspot.com/.../histrhia-da-dana-de-salo-no-brasil.ht>. Acesso em: 23 abril. 2012.

BARROS Jussara. Arquivo formativo. **O que é a dança**. 2012. Disponível em: <www.brasilecola.com/artes/danca>. Acesso em: 23 abril.2012.



BLAZIN, D.T.; SCALCO, T.F. **Normas da ABNT e padronização para trabalhos acadêmicos**. Londrina-PR: UniFil, 2008.

AURÉLIO, Mini Dicionário. **Novo acordo ortográfico**. 7. ed., Curitiba: Editora Positivo. 2009.

LANGENDONCK, Rosana Van. **História da Dança**. Disponível em: <www.culturaecurriculo.fde.sp.gov.br/administração>. Acesso em: 30 abril.2012.

GOMES. Jussara Vieira. **Um pouco sobre a história da Dança de Salão no Brasil**. Disponível em: <www.danceadois.com.br/portal/cultura/um-pouco-sobre-a-historia-da-danca-de-salao-no-brasil>. Acesso em: 23 abril.2012.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de vida no trabalho**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2003.

NOGUEIRA, Kenio. **Breve histórico da dança de salão**. Rio de Janeiro. 2008. Artigo da Asgar Centro de Dança. Disponível em: <www.dancasalaojoinville.com>. Acesso em: 25 abril. 2012.

PERNA, Marco Antonio. **Samba de Gafieira: a história da dança de salão brasileira**. 2. ed., Rio de Janeiro. 2001.

ROCHA, Matheus. Dança de Salão, Instrumento para a Qualidade de Vida. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal-SP, v.7, n.10, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.unipinhal.edu.br/movimentopercepcao>>. Acesso em: 24 abril. 2012.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre**. Disponível em: <www.wikipédia.org>. Acesso em: abril. 2012.



TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA DA UNIFIL: dos mitos fundadores aos tempos atuais

Michele Souza¹

Perla P. Barros¹

Polyana Almeida¹

Robson L. Garcia¹

Suelen Fernandes Liba¹

Tayna Batista¹

Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti²

RESUMO:

O presente estudo visa resgatar a trajetória histórica da Clínica-Escola de Psicologia da UniFil, do Centro Universitário Filadélfia da cidade de Londrina, com mais de três décadas de prestação de serviço à comunidade do município e região. Para tanto, foram analisados documentos bibliográficos que contextualizam a história da Clínica-Escola como parte integrante da história da própria cidade de Londrina. Dados complementares foram colhidos em entrevistas junto à Coordenação do curso em questão, ajudando desta forma na construção da memória de um serviço que vem tanto contribuindo na qualidade de vida de sua comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Clínica-Escola de Psicologia. Resgate Histórico. Londrina. Memória.

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho é parte integrante de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, realizado por discentes do 2º ano da Psicologia noturno da UniFil, cujo objetivo é a caracterização clínica, sócio-demográfica e histórica da Clínica-Escola de Psicologia da UniFil.

Com uma história de mais três décadas prestação de serviço a comunidade, atualmente, a Clínica-Escola de Psicologia da UniFil, presta atendimento psicológico a comunidade de Londrina e Região, tanto no trabalho individual, quanto grupal,

¹ Discentes 2º ano, Psic. N. – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

² Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil



familiar, com casais e instituições. A população é atendida por 14 diferentes Disciplinas de Estágio e 10 Disciplinas práticas em diferentes ênfases e propostas conforme as especificidades das demandas.

Existem na literatura muitos trabalhos que focam a importância, os problemas, e o perfil do público e da demanda das Clínicas-Escolas de Psicologia no país, porém, encontramos uma carência de estudos feitos sobre a Clínica-Escola da UniFil. Este trabalho pretende contribuir e inspirar trabalhos futuros que possam aprofundar os dados levantados.

No presente artigo, como um desenvolvimento parcial de nosso projeto em andamento, pretendemos resgatar a origem histórica da Clínica-Escola da UniFil situando-a na história da Instituição e da própria cidade de Londrina.

Nossa trajetória irá reconstituir brevemente essa história desde o grupo de capitalistas ingleses que chegaram aqui no norte do Paraná fundando a Companhia de Terras Norte do Paraná, passando pela organização das primeiras linhas ferroviárias que ligavam Paraná – São Paulo, até a fundação de Londrina, de suas primeiras instituições de ensino, a abertura do Colégio Londrinense e suas transformações, até a abertura do ensino superior. Nesse percurso daremos maior enfoque à abertura do curso de Psicologia e da Clínica-Escola da UniFil, situando seus contextos e sua importância.

DAS ORIGENS DA CIDADE AO GINÁSIO LONDRINENSE

Jamil Elias no livro “Fatos do Meu Paraná” (2000) observa que, a princípio, o motivo pelo qual se tentou aumentar a população do Paraná no século 19, foi mais militar do que colonizador. As fronteiras com outros países como Argentina e Paraguai eram frágeis, e necessitavam de uma população mais consistente nessas



regiões com intento de dar mais segurança contra invasões, um exemplo muito bom é Foz do Iguaçu.

Porém foi com fazendeiros paulistas do Itararé em 1860, que começou as primeiras fazendas no norte do Paraná, surgindo assim os primeiros núcleos. Esta colonização durou até 1920 quando Lord Lovat, que formava a missão Mantagu na colonização agrícola na África e Ásia, veio para o Brasil atrás das terras devolutas do Norte do Paraná.

Atraiu Investimentos de grupos Ingleses fundando a Companhia de Terras Norte do Paraná (CNTN), que adquiriu as terras dos fazendeiros e dividiu-as em Zonas. A estrada ferroviária Ourinhos-Cambará se alongava e tudo era feito para facilitar o escoamento da produção agrícola. Boas estradas e comunicação eram oferecidas, facilitando a criação de comunidades, deste movimento é que surge Londrina.

Segundo Castelnou, 1996, até poucas décadas atrás, o Norte do Paraná, mais especificamente onde se encontra hoje o município de Londrina, era uma extensa floresta. Homens vindos de Minas Gerais e São Paulo foram desbravando essas terras, já em 1904, mas, foi a partir de 1922 que o governo estadual começa a conceder terras a empresas privadas de colonização, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná *Plantations* Ltd., que deu grande impulso ao processo de desenvolvimento desta área.

Londrina surgiu em 1929, como primeiro posto avançado deste projeto inglês. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929, chegou à primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina.

Conforme dados distribuídos pelo próprio site da prefeitura de Londrina a criação do Município ocorreu cinco anos mais tarde, através do Decreto Estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua



instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade. O primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro.

O nome da cidade foi uma homenagem aos ingleses prestada pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras do Norte do Paraná.

No ano de 1939, cinco anos após a criação oficial da cidade, O Dr. Jonas de Farias Castro, médico e professor, junto ao Dr. Rui Ferraz de Carvalho, professor e advogado, tiveram a ideia de fundar um estabelecimento particular de Ensino Secundário, iniciativa deu origem nesse mesmo ano à construção do GINÁSIO LONDRINENSE.

Assim como consta no livro 2004, Jonas de Faria Castro, comprou em 1937 o terreno de companhia de terras do Norte do Paraná e junto com Rui Ferraz de Carvalho, e em 1939 fundam o PRIMEIRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SECUNDÁRIO DA CIDADE: GINÁSIO LONDRINENSE, que foi parcialmente destruído por um incêndio.

Segundo MACARINI, 2004, até então, o ensino secundário mais próximo estava em Jacarezinho, e ao ouvir que abriria uma nova instituição no “norte novo”, criou-se uma grande expectativa, de forma que, cidades vizinhas passaram a contribuir até mesmo com materiais de construção para a criação desse novo instituto.

O prédio ficou pronto em janeiro de 1940, e em 1941 começa-se o Curso Primário e Preparatório de Admissão ao Ginásio. Para assegurar o melhor nível de ensino, Londrina passa a receber muitos profissionais para o corpo docente.

Nesta época, sob o regime do Período do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas sob a justificativa de conter uma nova ameaça de golpe comunista no Brasil, a nova constituição de 1937 dava um enfoque pré-vocacional e profissionalizante para ensino. No Estado Novo o sistema de ensino era bifurcado,

“com um ensino secundário público destinado às “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares. Assim, se por um lado



o Estado organizou as relações de trabalho através da CLT, por outro, impôs ao sistema público de ensino uma legislação que procurou separar aqueles que poderiam estudar, daqueles que deveriam estudar menos e ganhar o mercado de trabalho mais rapidamente.” (GHIRALDELLI JR.,2008,p. 84)

Segundo o Boletim Museu Histórico Pe. Carlos Weiss até o fim de 1944 o COLÉGIO LONDRINENSE, funcionou sobre a responsabilidade de seus fundadores.

DO GINASIO LONDRINENSE AO CESULON

Foi quando, vindo de Minas Gerais, chegou a Londrina Zaqueu de Melo, Bacharel em Teologia e Ministro da Igreja Presbiteriana do Brasil. Zaqueu de Melo comprou e adquiriu direitos sobre a instituição que de GINÁSIO passa a INSTITUTO.

Assim, em 10 de maio de 1945, Zaqueu de Melo, funda junto com três Igrejas Evangélicas o INSTITUTO FILADELFIA que, além de adquirir o Colégio Londrinense constrói outros prédios para formar a instituição.

Período este da Nova Republica, pouco antes da promulgação da Lei 4.024 de 1961 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação), que concede finalmente o direito a educação no país.

O INSTITUTO FILADÉLFIA, na década de 60, passa a se localizar na atual Avenida Juscelino Kubitschek, abrigando o COLÉGIO LONDRINENSE e o INSTITUTO e TEATRO FILADÉLFIA.

Em 1972 conquista a autorização para ministrar cursos de Ensino Superior. Foi criado então o CESULON, Centro de Estudos Superiores de Londrina.

Segundo registros do diário de Kilda Pradez Gimenes os primeiros cursos ofertados pelo CESULON foram: Pedagogia, Ciências Sociais, PSICOLOGIA e Matemática, com turmas iniciadas em 1972, com 441 alunos matriculados.

O CESULON inicia sua história sob o Regime Militar, onde a liberdade de expressão era proibida com violência. A Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 fixava as



Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, e dava ao ensino um perfil profissionalizante. As décadas de 60 e 70 são marcadas por forte crescimento econômico, um aumento da dívida externa brasileira, e a expansão das universidades e centros de educação superior no país.

PSICOLOGIA E CLINICA-ESCOLA

A psicologia é uma ciência nova, surgida no século XIX, sendo que no Brasil sua regulamentação enquanto profissão só se dá apenas no ano de 1962 perante a LEI: 4.119: que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. O primeiro curso de Psicologia no Brasil foi criado em 1953 na PUC – Rio. (LISBOA, 2008) Mas, apenas em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais veem a necessidade da criação das clínicas-escolas para ajudar na formação do psicólogo e consolidam desta forma os projetos pedagógicos nos cursos de Psicologia. (BOECKEL; KRUG, 2010).

Segundo a Profª. Drª. Denise Hernandes Tinoco (2012), Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil, o referente curso foi criado em 1972. Na época a instituição era conhecida como CESULON, recebendo sua nomenclatura atual apenas no ano de 2000.

A primeira turma do Curso de Psicologia da UniFil teve um período de duração de 4 (quatro) anos, sendo um curso de licenciatura; ou seja, o estudante saía professor, podendo apenas ministrar aulas de matérias básicas sobre o curso de Psicologia, matérias profissionalizantes não constavam no currículo profissional.

A Psicologia foi um dos primeiros cursos a serem ofertados pelo antigo CESULON. Uma das razões de o curso oferecer a princípio apenas a Licenciatura em Psicologia parece estar diretamente relacionado as necessidades educacionais do período. A Licenciatura foi privilegiada nesse momento em função da necessidade de atender a demanda de formação de professores em uma cidade em forte e acelerada expansão. Por isso, até então não havia a necessidade das



chamadas Clínicas-Escola de Psicologia, pois os profissionais formados não atuavam como psicólogos e sim como professores na rede municipal e estadual.

No ano de 1979 foi acrescentado mais um ano na grade do curso de Psicologia, que passa a ter uma duração de 5 (cinco) anos. Neste contexto surge a CLINICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA da UniFil, a inclusão de matérias profissionalizantes, bem como um campo de estágio necessário e fundamental para a formação do psicólogo, conforme prescritos pela nova lei. (TINOCO, 2012).

Constituídas a partir de uma obrigatoriedade legal, organizadas de acordo com as necessidades e possibilidades próprias de cada contexto, as Clínicas-Escolas oferecem atendimento gratuito ou semi-gratuito para a comunidade, aproximando o estudante, psicólogo em formação, das demandas de sua comunidade em um local próprio para a prática clínica supervisionada, a fim de capacitá-los para o exercício da profissão. O estágio na Clínica-Escola caracteriza-se por um momento importante do ensino em que teoria e prática se articulam. (ROMARO E CAPITÃO, 2003).

Desta forma a clínica-escola proporciona aos alunos a sensibilidade humana e social, o sentido de justiça e a capacidade de assumir posições. O conjunto dessas habilidades pode se somar à persistência, à capacidade de problematização e de reflexão personalizada, ao olhar crítico e reflexivo sobre a realidade social. A clínica-escola faz a ligação do futuro profissional com a sociedade (FIRMINO, 2011).

Não existe um modelo fixo, adequado ou padronizado para ser seguido pelas faculdades que possui clínica escola, pelo fato de existirem diferenças regionais e de estrutura das universidades. Desta forma, não há possibilidade de generalização e Cada Clínica escola pode ser considerada como única e exclusiva. (PERFEITO, 2004)

Atualmente, a clínica-escola de Psicologia da UniFil, presta atendimento psicológico a comunidade de Londrina e Região tanto no trabalho individual, quanto grupal, familiar, casais e instituições. Nessa clínica-escola a população é atendida por 14 diferentes Disciplinas de Estágio e 10 Disciplinas práticas em diferentes



ênfases e propostas conforme as especificidades das demandas da comunidade e das necessidades de formação do futuro psicólogo. Daí sua importância social e educativa, são locais propícios à integração entre ensino, pesquisa e extensão. E para isso que queremos dar nossa contribuição no resgate e na construção da memória dessa importante instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a História das rupturas** <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 26 Ago. 2012.

BOECKEL, M; KRUG, J.; LAHM, C; et al. O papel do serviço-escola na consolidação do projeto pedagógico do curso de psicologia. **Psicologia: ensino & formação**, v.1, n.1, p. 41-51, 2010.

CAMPEZZATO, P. V. M.; NUNES, M. L. T.. Caracterização da Clientela da Clínica-Escola de Cursos de Psicologia da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Psicol. Reflex. Crit.** v.20, n.3, p. 376-388, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300005>>. Acessado em: 19 abr. 2012.

CARNEIRO, Michael George Costa. **A Educação e o Estado Novo: a ratificação da ordem dominante e a construção do imaginário político**. Disponível em <<http://br.monografias.com/trabalhos908/a-educacao-estado/a-educacao-estado2.shtml>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

CASTELNOU, Antonio Manoel N. **Panorama geral da arquitetura londrinense**. 1996. Monografia (Graduação de Arquitetura e Urbanismo) – CESULON, Londrina, 1996.

DÂMARIS, C. T., VORCARO, A. R. Acolhimento em clínica-escola: o tratamento da queixa. In: **Revista Saúde e Pesquisa**. Maringá: Editorial, v. 2, n. 2, p. 281-286, mai./ago. 2009.

ELIAS, Jamil. **Fatos do Meu Paraná**. 7 ed., Londrina, PR: Fatos e Fotos do Paraná, p. 47-59, 2000.

FERREIRA, M.; TINOCO, D. H. **Manual do Serviço de Psicologia da UniFil**. Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Londrina [S/D].



FIRMINO, S. P. M.. **CLÍNICA-ESCOLA: Um percurso na história e na formação em Psicologia no Brasil.** 1 ed., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GIMENES, Kilda Prades. **Diário.**

MACARINI, Walmor. **Londrina Paraná Brasil : raízes e dados históricos - 1930 - 2004/** idealização - Londrina : Edições Humanidades, 2004.

Mendonça, Ana Walesca P.C. **A universidade no Brasil.** Disponível em <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_09_ANA_WALESKA_P_C_MENDONCA.pdf>. Acesso em: 26 Ago. 2012.

PERÍODOS DA HISTÓRIA DO BRASIL. <<http://www.historiadobrasil.net/>>. Acesso em: 26 Ago. 2012.

PERFEITO, H. C. C. S.; MELO, S. A. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica-escola. In: **Estudo psicológico.** Campinas. v. 21, n. 1, jan/abr 2004.

ROMATO, R. A.; CAPITÃO, C. G.. Caracterização da clientela da clínica-escola de psicologia da Universidade São Francisco. In: **Psicologia: Teoria e Prática.** São Paulo: USF, p.111-121. jan./jun. 2003.

SANTOS, M; MOURA, L.; et al. Caracterização da clientela de adolescentes e adultos de uma clínica-escola de psicologia. **Psic.Teor. e Pesq.** v. 9, n.1, Brasília, PP.123-144,1993.

TINOCO, D. H. **Entrevista** concedida a Polyana Almeida, Tayna Batista. Londrina, 26 mar. 2012.

UNIFIL. GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA. **Palavra do Coordenador.** Disponível em <<http://www.unifil.br/portal/cursos/presenciais/graduacao/psicologia/?cod=10&cont=8>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

WEISS, Carlos. **Museu histórico, fundação Universidade Estadual de Londrina.** Londrina, 1980.



INFLUÊNCIA DE FATORES AMBIENTAIS SOBRE A OCORRÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM ESCOLARES DOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PARTICULAR DO MUNICÍPIO DE LONDRINA, PARANÁ

THE INFLUENCE OF ENVIROMENTAL FACTORS ON THE OCCURANCE OF OVERWEIGHT AND OBESITY IN STUDENTS OF THE EARLY YEARS OF A PRIVATE ELEMENTARY SCHOOL IN LONDRINA, PARANÁ

Lara Ribeiro Sisti¹

Luisa de Albuquerque Philippsen²

Graziela Maria Gorla Campiolo dos Santos³

RESUMO:

A prevalência da obesidade está crescendo intensamente na infância e na adolescência, tendendo a persistir na vida adulta. Em 2009, uma em cada três crianças brasileiras de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela OMS. Com caráter multifatorial, vários estudos têm indicado que os fatores ambientais são os principais contribuintes para o desenvolvimento da obesidade infantil. Esta pesquisa teve como objetivo investigar a prevalência da obesidade infantil, identificando possíveis associações desta com fatores ambientais, em escolares dos primeiros anos do ensino fundamental de uma escola particular do município de Londrina, Paraná. Na metodologia da pesquisa foi identificada a relação dos dados obtidos através de um questionário com informações a respeito do hábito alimentar e estilo de vida com o estado nutricional dos 73 escolares autorizados por seus responsáveis a participarem do estudo. Com a tabulação destes dados foi possível verificar que a prevalência de eutrofia foi de 54,8%, enquanto que o excesso de peso (sobrepeso e obesidade) apresentou um índice de 45,2%. Constatou-se que 58,4% das crianças que receberam aleitamento materno não exclusivo até os seis meses de vida, 100% das que nasceram com macrosomia fetal (> 4kg), 67% das que consomem, em média, quatro vezes por semana refrigerantes e mais de 77% das que relataram consumir apenas duas vezes por semana frutas, verduras e legumes apresentaram excesso de peso. Assim, conclui-se que o significativo índice de excesso de peso encontrado comprova o processo de transição nutricional e a influência de fatores ambientais sobre o estado nutricional dos indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Escolares. Fatores Ambientais. Obesidade Infantil.

ABSTRACT:

¹ Centro Universitário Filadélfia de Londrina - UniFil

² Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil

³ Docente do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil



The prevalence of obesity is growing strongly in childhood and adolescence tend to persist into adulthood. In 2009, one in three Brazilian children aged 5 to 9 years was overweight recommended by WHO. With multifactorial, several studies have indicated that environmental factors are major contributors to the development of childhood obesity. This research aims to investigate the prevalence of childhood obesity, this identifying possible associations with environmental factors in school children from the first years of elementary education at a private school in the city of Londrina, Paraná. The methodology consisted in relation to data obtained through a questionnaire with the nutritional status of school authorized by their guardians. With the tabulation of these data we found that the prevalence of normal weight was 54.8%, while the excess weight (overweight and obesity) showed a level of 45.2%. It was found that 58.4% of children receiving non exclusive breastfeeding until six months of age, 100% of children born with fetal macrosomia (> 4 kg), 67% of those who consume, on average, four times a week sodas and more than 75% of that reported consuming only twice weekly fruit and vegetables were overweight. Thus, we conclude that the significant rate of overweight found proves the nutritional transition process and the influence of environmental factors on the nutritional status of individuals.

KEYWORDS: School. Environmental Factors. Childhood Obesity.

A prevalência da obesidade está crescendo intensamente na infância e na adolescência, tendendo a persistir na vida adulta. Em 2009, uma em cada três crianças brasileiras de 5 a 9 anos estava acima do peso recomendado pela OMS. Sabe-se que cerca de 50% das crianças obesas aos seis meses de idade e 80% das crianças obesas aos cinco anos de idade, permanecerão obesas (IBGE, 2012; ABRANTES, 2002).

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (2008), alguns fatores são determinantes para o estabelecimento da obesidade exógena na infância: interrupção precoce do aleitamento materno com introdução de alimentos complementares inapropriados, emprego de fórmulas lácteas diluídas de modo incorreto, distúrbios do comportamento alimentar e a inadequada relação ou dinâmica familiar.

A nutrição apropriada durante a gestação é crítica para o crescimento fetal adequado, além de prevenir contra futuras doenças. Por mais de uma década, evidências científicas indicaram que mulheres que adquirem peso excessivo durante a gestação tendem a gerar filhos mais pesados e com maior risco de se tornarem pessoas obesas ao longo da vida, independentemente de fatores genéticos. Tendo em vista a aparente associação entre peso ao nascer e peso na vida adulta, ressalta-se a importância do empenho de manutenção de condições saudáveis



antes mesmo do nascimento (SARNI *et al* 2010; MARTORELL *et al*, 2001 apud HELEN, 2011).

Considerando que a idade escolar, segundo Silva e Neutzling (2007), é uma fase fundamental na promoção de hábitos saudáveis, o perfil alimentar adotado neste período tem fortes implicações no padrão alimentar na vida adulta. Portanto, um elemento de abordagem fundamental na promoção da alimentação saudável é o incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, pois são fontes de vitaminas, fibras e minerais, apresentando aspecto preventivo de diversas doenças, como a obesidade, o câncer, doenças cardiovasculares, constipação, entre outros.

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a prevalência da obesidade infantil, identificando possíveis associações desta com fatores ambientais, em escolares dos primeiros anos do ensino fundamental de uma escola particular do município de Londrina, Paraná.

Na metodologia da pesquisa foi possível identificar a relação dos dados obtidos através de um questionário com informações a respeito do hábito alimentar e estilo de vida com o estado nutricional dos 73 escolares autorizados por seus responsáveis a participarem do estudo.

Em relação ao estado nutricional dos escolares avaliados, 54,8% estavam dentro da faixa de normalidade/eutrofia, enquanto a prevalência de excesso de peso (sobrepeso e obesidade) mostrou-se elevada (45,2%) em comparação com outros estudos realizados no país, como os de Giugliano e Carneiro (2004) e Suñé *et al* (2007), que foi de 25,2% e 24,8%, respectivamente. Ressalta-se que a taxa de magreza/desnutrição foi de 0%, demonstrando-se a situação de transição nutricional, ou seja, redução das taxas de desnutrição e aumento de sobrepeso e obesidade.

Este estudo permitiu perceber que a duração do aleitamento materno de forma exclusiva, o ganho de peso materno gestacional, o peso ao nascer, o consumo de refrigerantes e de frutas, legumes e verduras foram os dados mais relevantes, já que 58,4% das crianças que receberam aleitamento materno não



exclusivo até os seis meses, 100% das que nasceram com macrosomia fetal (> 4 kg), 67% das que afirmaram consumir, em média, quatro vezes por semana refrigerantes e mais de 77% das que relataram consumir apenas 2 vezes por semana frutas, legumes e verduras, apresentaram excesso de peso.

Os resultados obtidos neste estudo demonstraram que houve uma significativa parcela de crianças classificadas com sobrepeso e obesidade e que nenhum participante encontrava-se com magreza, fato que está relacionado com o processo de transição nutricional que o país está vivenciando nas últimas décadas e também com diversos fatores ambientais que influenciam no estado nutricional dos indivíduos, tais como os que foram avaliados nessa pesquisa.

Portanto, pode-se verificar a influência da alimentação sobre a saúde do indivíduo desde antes do seu nascimento sendo de fundamental importância hábitos de vida mais saudáveis com o consumo de frutas, verduras e legumes, alimentos integrais, diminuição do consumo de sódio, gorduras, açúcares e produtos industrializados, contribuindo assim positivamente para a saúde da criança hoje e a prevenção de agravos futuros na idade adulta.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, M. M. Prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste. **Jornal de Pediatria**. v. 78, n. 4. Porto Alegre, 2002.

GIUGLIANO, R.; CARNEIRO, E.C. Fatores associados à obesidade em escolares. **Jornal de Pediatria**. v.80, n.01, Porto Alegre, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF 2008-2009: desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional**. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1699&id_pagina=1>. Acesso em: 21 abr. 2012.

MARTORELL, R. et al. Early Nutrition and Later Adiposity. *Jornal of Nutrition*. 2001. *In* HELEN, C. L. Ganho de peso na gestação como fator de risco isolado para



excesso de peso e obesidade do recém nascido na vida adulta. **Revista Nestlé.Bio.** v.5. n. 14. São Paulo, 2011.

SARNI, R.O.S. et al. Prevenção da obesidade: o papel da alimentação saudável e da oferta protéica adequada no primeiro ano de vida. **Nestlé Nutrition Institute: Temas de pediatria.** n.89. , 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Obesidade na infância e adolescência: manual de orientação.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2008.

SILVA, B.D.P.; NEUTZLING, M. Frequência de consumo de frutas e hortaliças em escolares adolescentes do município de Pelotas – RS. **XVI Congresso de Iniciação Científica da UFPel,** Pelotas, 2007.

SUÑÉ,F.R. et al. Prevalência e fatores associados para sobrepeso e obesidade em escolares de uma cidade no sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública.** v.23, n.6, Rio de Janeiro, 2007.



**CARACTERIZAÇÃO DA URGÊNCIA SUBJETIVA NO CONTEXTO DA
CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA**

**CHARACTERIZATION OF URGENCY IN THE CONTEXT OF SUBJECTIVE MEDICAL SCHOOL OF
PSYCHOLOGY**

Karen Stocco¹

Patrícia Farias Lino de Almeida¹

Raquel Popoff¹

Thayná Cristina Santos¹

Valeria Beatriz Machado¹

Valéria Vieira da Silva¹

Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti²

RESUMO:

Observações não sistematizadas de nossa própria experiência somadas a um estudo bibliográfico preliminar sobre o tema da “urgência subjetiva” constataram a quase inexistências de estudos científicos sobre essa temática no contexto da Clínica-escola de Psicologia. Diante desta problemática estamos propondo uma pesquisa documental e descritiva cujo objetivo é traçar as características clínicas e sócio-demográficas do público atendido na Clínica-Escola de Psicologia da UniFil, que se diferencia em função do pedido ou da avaliação que o identifica como urgência. Pretendemos verificar por meio da análise dos dados registrados em triagens, qual critério formal ou informal utilizado para definir uma queixa ou uma demanda como urgência. No presente texto iremos apresentar o problema e o projeto de pesquisa, passando por uma revisão comparativa da literatura sobre o tema na psicanálise e na psiquiatria.

PALAVRAS-CHAVE: Clínica-Escola de Psicologia, urgências subjetivas, psicanálise, psiquiatria.

ABSTRACT:

Unsystematized observations of our own experience plus a preliminary bibliographic study about “subjective urgency” found the absence of scientific study about this thematic in the context of the Psychology Clinical School. Hence this issue we are proposing a documentary and a descriptive research that attend to trace the socio-demographics and clinical characteristics of the public that attended the Psychology Clinical School at the UniFil university, it might differ depending on the request or evaluation that indentify it as an urgency. We intend to verify through a screening data record what formal or informal criteria are used to define a complaint or a demand as an urgency. In

¹ Discentes: 2º ano, Psicologia N. – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

² Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil



this text, the problem and the research project will be presented, going through a comparative review of the literature about this theme in the psychoanalysis and in the psychiatry.

KEYWORDS: Clinical-School Psychology, emergency subjective, psychoanalysis, psychiatry.

INTRODUÇÃO

Justificativa e objetivos

Constituídas a partir de uma obrigatoriedade legal, organizadas de acordo com as necessidades e possibilidades próprias de cada contexto, as Clínicas-Escolas oferecem atendimento gratuito ou semi-gratuito para a comunidade, aproximando o estudante, psicólogo em formação, das demandas de sua comunidade em um local próprio para a prática clínica e institucional supervisionada, a fim de capacitá-los para o exercício da profissão. O estágio na Clínica-Escola caracteriza-se por um momento importante do ensino em que teoria e prática se articulam. (ROMARO E CAPITÃO, 2003).

Por outro lado, ao longo de poucas décadas as Clínicas-Escola ocuparam um espaço importante em nossa sociedade, e atualmente começam a se consolidarem como polos de referencia no atendimento psicológico a população. Entre os serviços que presta a comunidade a Clínica-Escola destaca-se por atender uma diversidade de problemas e demandas, tanto pessoais como de encaminhamentos de diversas entidades e da rede de saúde em geral. É frequente encontrarmos entre a diversidade de demandas aquelas que são acompanhadas por um pedido de urgência.

Observações não sistematizadas de nossa própria experiência somadas a um estudo bibliográfico preliminar sobre o tema da urgência subjetiva constataram a quase inexistências de estudos científicos sobre a essa temática no contexto da Clínica-escola de Psicologia. O que justifica e confere valor ao problema da pesquisa.



Portanto, os motivos que nos levaram à elaboração desse projeto de pesquisa foram à constatação:

1º. Da ausência de pesquisas que tivessem como objeto a Clínica Escola de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia - Unifil, seu público, serviços prestados à comunidade, e à formação do psicólogo.

2º. Por não haver um estudo mais aprofundado com base na sistematização estatística e dos registros de dados produzidos e arquivados pela secretaria do Serviço de Psicologia, até então inexplorados para fins de pesquisa.

3º. Mais especificamente a ausência de estudos referentes à demanda de casos de urgência.

A hipótese formulada com base na revisão da literatura é de que a ausência de estudos com o tema da urgência no contexto da Clínica-Escola de Psicologia em geral e da Clínica-Escola da UniFil em particular, aponta para a emergência de uma problemática nova, tanto em termos de demanda social quanto em termos do desenvolvimento de ofertas terapêuticas para esse tipo de urgência, a urgência subjetiva.

REVISÃO DA LITERATURA

Uma das poucas abordagens psicológicas que a pesquisa preliminar levantou, e que se aprofundam nesta temática é a psicanalítica. De acordo com esta literatura em específico, o tema “urgência subjetiva” é um tema extremamente atual, e está relacionado à demanda por efeitos terapêuticos rápidos. (EFEITOS TERAPÊUTICOS NA PSICANÁLISE APLICADA, 2005; MILLER, 2006) Estes apresentam o paradoxo de que, ao mesmo tempo em que demandam um efeito rápido, travam batalha com a impossibilidade de satisfação imediata (MACEDO, 2005).



Há um debate importante na literatura psicanalítica sobre o tema, são diversas as definições e propostas acerca do entendimento sobre a urgência. Tomemos alguns exemplos destas diferentes concepções.

Teixeira e Vorcaro (2009) por exemplo, um dos raros trabalhos que abordam a questão no contexto da clínica-escola, ao discutirem o método de acolhimento às urgências subjetivas que aplicam na Clínica-Escola da UFMG, definem que

“urgência” tem a ver com emergência, situação crítica. “Subjetivas” refere-se ao que é relativo ao sujeito, existente neste e que não é válido para outro. Logo, o método proposto visa à atenção à situação crítica de uma pessoa determinada, [não definindo critérios prévios para o atendimento] (ibid., 2009, p.284).

Miller apud Maron (2005, p. 16-17) baseado na articulação feita por Lacan onde esse aproxima urgência e demanda de análise, observa que

“a função da análise está essencialmente relacionada, antes do começo da análise, com a urgência, ou seja, uma modalidade temporal que responde à emergência do que faz furo como traumatismo”. Assim, segundo o autor, “urgência e trauma se entrelaçam no ponto em que ocorre o rompimento agudo da cadeia significativa (...)”. (MILLER apud MARON, 2005, p. 16-17).

Encontramos ainda, outras definições de urgência, como afirma Sterian (2000, p. 11) numa interlocução entre psiquiatria e psicanálise: “a emergência é, portanto, aquilo que emerge, que dá tempo, que deverá ser tratado adequadamente para que não se transforme em urgência”.

Segundo Moura (2000) autora e referencia importante no trabalho com a psicanálise em Hospitais e Ambulatórios.



"(...) quando falamos em urgência subjetiva, supomos de saída o sofrimento que se tornou insuportável para o sujeito, impossível de ser colocado em palavras e imagens." (ibid., 2000, p. 14).

"(...) Nas urgências, elementos *non sense* se destacam, revelando algo da dimensão da loucura que habita cada sujeito." (ibid., 2000, p.16).

"(...) Na urgência, o discurso não opera para que se entenda e que se lide com o sofrimento que atinge um nível insuportável para o sujeito" (Ibid. 2000, p. 18).

Ou ainda, autores como BORSOI (2005), atuantes em redes e instituições de saúde mental, observam que, a partir de Lacan, sabemos

"que o sujeito, quando desconectado do desejo, pode experimentar uma vontade imperativa, que podemos nomear como urgência, o que frequentemente traz como consequência a dissolução dos laços sociais, deixando-o em uma multidão amorfa compatível com a dispersão generalizada". (BORSÓI, 2005, p. 23).

Uma das características das situações de urgência pondera Maron (2005) é não ter hora ou lugar para acontecer, podendo se precipitar de modo bastante imprevisível. "No marco da psicanálise de orientação lacaniana, quando falamos em urgência subjetiva, supomos de saída o sofrimento que se tornou insuportável para o sujeito". (SELDES apud MARON, 2005, p.14). Há um achatamento de tempo na urgência, não existindo passado, nem futuro, mas um presente representado como infinito. Como afirma Maron (2005, p.18), "a urgência poderia ser entendida como uma anulação do tempo de elaborar".

É suposto que indivíduos em crise tenham a função de simbolização comprometida, ocorrendo "uma espécie de "curto-circuito" entre o desejo ou a necessidade e o ato motor corresponde à sua satisfação, sem a intermediação de um processo de elaboração psíquica daquela pulsão". (STERIAN, 2000, p. 61). Sterian (2000), já se questionava a respeito da demanda de urgência, ou



emergência, afirmando que é necessário que encontremos o sujeito na urgência e o sujeito da emergência. Seus questionamentos são: Quem demanda esta urgência?

Qual o nosso principal objeto de trabalho?

Também são os questionamentos que buscamos fazer a respeito do atendimento na Clínica Escola: Quem demanda esta urgência? Existem bases teóricas e clínicas que fundamentem critérios e definições?

Os “definidores” da crise para a psiquiatria, geralmente, são as pessoas que tutelam ou acompanham de alguma forma o louco, esses é quem acionam o serviço de ajuda. (JARDIM, 2007). Na psiquiatria, como define Dunker (2011), “O sintoma precisa da cena enunciativa para ser definido enquanto sintoma”.

Com esse exame comparativo entre a urgência para a psicanálise e para a psiquiatria, é possível que observemos, que as bases da psiquiatria para atender casos urgentes, geralmente partem protocolos que classificam determinadas situações e determinado público.

Agitação, agressividade e suicídio.

Agitações, irrupção de atos de violência que culminam em auto e/ou hetero-agressividade, alterações súbitas de humor que se expressam pela exaltação ou estupor, atos derivados do consumo excessivo de drogas lícitas ou ilícitas e crises de pânico são algumas das manifestações clínicas assimiladas como urgências. (MARON, 2005, p.12).

Dentre meio a exemplos e casos que podem ser considerados como urgentes, a maior parte do referencial teórico em relação à psicanálise, está ligada ao suicídio. Como afirma Sterian (2000, p. 75):

A urgência subjetiva mais radical é o suicídio porque é uma situação em que o indivíduo, mediante uma passagem ao ato, se coloca simultaneamente como objeto (aquele que vai ser morto por sua total impotência de fazer frente às frustrações que a realidade lhe trouxe)



e como sujeito (aquele que tem poder absoluto sobre a vida e a morte). (...) Temos de supor que aquele indivíduo esteja, efetivamente, cogitando subtrair a própria vida.

Ainda a respeito do suicídio, podemos considerar que Freud tentou em vários momentos entender o suicídio. Em *Luto e Melancolia*, ele “relaciona o ataque à própria vida com a tentativa do sujeito matar o objeto com o qual se identificou e introjetou após sua perda. E retoma essa hipótese em outros trabalhos”. (STERIAN, 2000, p. 78).

Como é possível notar muitas das definições de urgência que encontramos foram construídas no contexto dos serviços de emergências psiquiátricas e de práticas hospitalares, raros são os trabalhos que situam a questão no contexto da Clínica-Escola (TEIXEIRA e VORCARO, 2009; TASSINARI, A. MARCIA, 2003). Portanto, fica um pouco vago como definir e entender o tema da urgência em relação a Clínica Escola de Psicologia, já que essa envolve além do atendimento a comunidade o ensino e a formação de futuros psicólogos.

É nesta lacuna que pretendemos desenvolver a presente pesquisa. Portanto, nossa proposta é abordar a questão com as urgências em duas perspectivas que se complementam:

1. Fazer um estudo descritivo das características clínicas e sócio-demográficas desse público que se diferencia em função do pedido ou da avaliação que o identifica como urgência.

2. Verificar por meio da análise dos dados registrados em triagens, quais os possíveis critérios formais ou informais utilizados para definir uma queixa ou uma demanda como urgência.

METODOLOGIA

Categorias de análise e coleta de dados



A diferenciação entre “critério formal” e “critério informal” é uma pré-categoria, provisória, que pode se consolidar como categoria conforme for se mostrando útil e fecunda no decorrer da pesquisa em razão de sua eficiência na organização, na análise e na discussão dos dados. Assim, achamos interessante provisoriamente definir **critério formal** como aquele critério conceitualmente estabelecido pela literatura científica pertinente ao tema; e **critério informal**, como aquele que é estabelecido pela interação subjetiva entre os envolvidos no contexto da triagem.

A coleta de dados prevê um mapeamento preliminar do volume de registros e informações para delimitação do período que a pesquisa cobrirá, compatível com o tempo do estágio. Contudo a ideia inicial é realizar um estudo comparativo dos anos de 2007 a 2011.

Na coleta de dados faremos uso de uma tabela para registro e organização dos seguintes dados que posteriormente receberão um tratamento estatístico, analítico e descritivo:

Características sócio-demográficas:

- Sexo
- Idade
- Escolaridade
- Região de Encaminhamento e/ou moradia

Características clínicas:

- Motivo da procura por atendimento psicológico
- Tratamentos psicológicos anteriores:
 - Já fez psicoterapia?
 - Por quanto tempo?
 - Motivo do tratamento na época?
- Histórico de tratamento psiquiátrico:

Já esteve internado em Clínica de Repouso ou Hospital psiquiátrico?



Quando?

Período de internação?

- Esta tomando algum medicamento psicotrópico?
- Histórico de tratamento médico

Portanto, para a presente caracterização o procedimento de análise de dados se fará em duas etapas:

A 1ª etapa da análise consistirá na transformação dos dados levantados e índices estatísticos.

Na 2ª etapa, as prevalências estatísticas levantadas serão comparadas e discutidas com os dados da literatura especializada.

BENEFÍCIOS E CONTRIBUIÇÃO ESPERADA

O que se espera desta comparação e discussão com outros autores e clínicas é a criação e o agrupamento dos dados em categorias que possam traduzir em termos clínicos e teóricos as prevalências estatísticas encontradas.

Pretendemos formar um quadro geral, porém cientificamente contextualizado, do público e dos critérios utilizados para definir um atendimento como urgência no contexto da Clínica-escola de Psicologia da UniFil. Organizando a informação em gráficos, tabelas, textos informativos, artigos, bem como a distribuição geográfica dos dados sócio-demográficos e das fontes de encaminhamento em um mapa da cidade de Londrina.

O benefício que esperamos é podermos contribuir com a construção de um conhecimento útil que aproxime o aluno de sua comunidade; e ao professor, possibilite ter em mãos um referencial clínico e teórico contextualizado, que permita articular a sala de aula com a pesquisa e a extensão. O que efetivamente pode



agregar qualidade a formação do psicólogo e aos atendimentos prestados à comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P.; et al. Caracterização clínica, sócio-demográfica e histórica da Clínica-Escola de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil. In: **A psicologia e o novo paradigma da ciência**. Andreia S. S. Berger, Denise H. Tinoco, Marien A. Chahine (orgs.) Londrina: Ed. UniFil, 2012.

BARROS, R. R. Urgência, um novo tempo. In: **Urgência sem Emergência?**. p. 8-9, Rio de Janeiro, 2005.

BORSÓI, P. Abertura. In: Urgência sem emergência? **Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ)**. Rio de Janeiro: Subversos, 2005, p. 22-26.

JARDIM, K.; DIMENSTEIN, M. Risco e Crise: pensando os pilares da urgência psiquiátrica. In: **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte: v. 13, n. 1, jun. 2007, p. 169-190.

MACEDO, E. M. **Efeitos rápidos em Psicanálise**. 2005. Disponível em: <<http://www.psicanaliselacanianana.com/estudos/efeitosrapidos.html>>. Acesso em: 14 de abr. 2012.

MARON, G. Urgência sem emergência? In: **Urgência sem emergência ? Instituto de Clínica Psicanalítica do Rio de Janeiro (ICP-RJ)**. Rio de Janeiro: Subversos, 2005, p. 10-21.

MILLER, J. A. **Efectos terapêuticos rápidos**: conversaciones clínicas com Jacques-Alain Miller en Barcelona. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MOURA, Marisa Decat de. Psicanálise e Urgência Subjetiva. In: MOURA, Marisa Decat de (Org.). **Psicanálise e Hospital**. 2. ed., Rio de Janeiro: Revinter Ltda., 2000. Cap. 1, p. 3-15.

ROMATO, R. A.; CAPITÃO, C. G.. Caracterização da clientela da clínica-escola de psicologia da Universidade São Francisco. In: **Psicologia: Teoria e Prática**. São Paulo: USF, p. 111-121. jan./jun. 2003.



SANTOS, Tania Coelho dos, (org.). **Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

SIMÕES, C. L. F. **A clínica da urgência subjetiva**: efeitos da psicanálise em um pronto atendimento. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

STERIAN, Alexandra. **Emergências Psiquiátricas**: Uma abordagem psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, 2000.

TEIXEIRA, Dâmaris Campos; VORCARO, Angela Rezende. Acolhimento em Clínica-Escola: O tratamento da queixa. In: **Revista Saúde e Pesquisa**. Minas Gerais: v. 2, n. 2, p. 281-286, mai/ago 2009.

TASSINARI, A. MARCIA. **A Clínica da Urgência Psicológica**: Contribuições na abordagem centrada na pessoa e na Teoria do Caos. 2003. (Dissertação, Mestrado em Psicologia) UFRJ, Rio de Janeiro: 2003.

ZANETTI, C. E. A construção do caso clínico e a psicanálise no contexto da clínica-escola. In: **A psicologia e o novo paradigma da ciência**. Andreia S. S. Berger, Denise H. Tinoco, Marien A. Chahine (orgs.) Londrina: Ed. UniFil, 2012.



**TEORIA E PRÁTICA: UNIÃO SEM FRONTEIRAS ENTRE UNIVERSIDADE
E EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A PRÁTICA CIDADÃ NA PERIFERIA DE
LONDRINA**

**THEORY AND PRACTICE: UNION WITHOUT BORDERS AMONG THE UNIVERTY AND BASIC
EDUCATION FOR ACTIVE CITIZENSHIP DEVELOPMENT IN THE SUBURBS OF LONDRINA**

ALBERTASSI, Thainá¹

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano¹

MARCONDES, Cilene Dias¹

MOLINARI, Andressa Cristina¹

FUJITA, Elza Tie¹

MATEUS, Elaine¹

FRANCO, Sandra Aparecida Pires²

RESUMO:

O presente projeto tem por objetivo o resgate da cidadania e auto-estima das comunidades escolares com baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica. As seis escolas situadas na periferia de Londrina e em um de seus distritos compõe uma região que constitui um bolsão de pobreza em um dos municípios com o Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M) mais alto do Estado do Paraná. Esse projeto se insere no contexto de consolidação dos trabalhos iniciados pela equipes pedagógicas das escolas, a partir do baixo desempenho dos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e que gerou uma queda da autoestima dos alunos e desvalorização do espaço escolar. Esta proposta de intervenção pretende contribuir no que tange ao conhecimento da compreensão dos fatores sociais, políticos, econômicos, históricos e dos conteúdos de ensino trabalhados pelos professores das referidas escolas para o resgate da auto-estima desses indivíduos e da valorização da escola como importante espaço de formação humana e de cidadania. A proposta prima, para tanto, o atendimento a essas comunidades escolares como um todo (gestores, equipe pedagógica, professores, agentes I e II, Conselho escolar, pais e alunos). Este trabalho será realizado por meio de debates, reflexão, elaboração e produção de materiais de apoio com as escolas e não somente para as escolas. Culminará com oficinas e aula temáticas interdisciplinares relacionadas às possíveis causas presentes na realidade das escolas e dos bairros que possam levar ao baixo rendimento dos alunos. O trabalho será conduzido relacionando as atividades didáticas com as reflexões da História da Educação brasileira, nos fundamentos históricos das ideias filosóficas que embasam os processos de ensino, especialmente aqueles que defendem a emancipação dos indivíduos por meio do conhecimento científico. O caráter indisciplinar desta proposta de intervenção se constitui a partir da aproximação das áreas de História da Educação e Didática do Departamento de Educação da Universidade estadual de Londrina (UEL), e da aproximação da Universidade com a

¹

² Orientadora e Docente da Universidade Estadual de Londrina - UEL

Educação Básica Pública de nosso município. Essa aproximação embasa a metodologia do projeto que propõe a História como ferramenta de reflexão crítica dos processos de ensino e aprendizagem, conseqüentemente da realidade escolar, a fim de modificar práticas e superar as dificuldades das escolas no tocante à organização do trabalho pedagógico. Visa também a inserção social dos sujeitos dessas escolas e de suas comunidades e por meio dele espera-se contribuir mais que para a simples superação matemática de um índice, mas levar à reflexão constante e identificação das possíveis causas do baixo rendimento para a formação de indivíduos emancipados pelo conhecimento e que efetivem a prática da cidadania por meio do resgate da auto-estima.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada, História da Educação, Didática.

ABSTRACT:

This project aims to rescue the citizenship and self-esteem of school communities with low rates of development of basic education. The six schools located on the outskirts of Londrina and one of their districts make up a region that is a pocket of poverty in one of the municipalities with the Human Development Index - Municipal (HDI-M) higher than the state of Parana. This project is within the context of consolidating the work undertaken by the pedagogical staff of schools, from the low student performance on the Index of Development of Basic Education (IDEB), and generated a drop in self-esteem of students and devaluation of the school. The proposed intervention aims to contribute to knowledge regarding the understanding of social, political, economic, historical and educational content presented by the teachers of these schools for the recovery of self-esteem of these individuals and the appreciation of the school as an important space of human and citizenship. The proposed materials, for both, providing services to these communities as a whole school (administrators, teaching staff, teachers, I and II, School Board, parents and students). This work will be accomplished through discussion, reflection, development and production of support materials to schools and not just for schools. Classes and workshops will culminate with interdisciplinary issues related to possible causes of the present reality of schools and districts that could lead to low-income students. The work will be conducted educational activities relating to the reflections of the history of Brazilian education, historical foundations of the philosophical ideas that underlie the processes of education, especially those who advocate the emancipation of individuals by means of scientific knowledge. The disruptive nature of this proposed action is founded upon the approach of the areas of History of Education and Teaching Department of Education, State University of Londrina (UEL), and the proximity of the university with basic public education in our city. This approach underlies the methodology of the project that proposes history as a tool for critical reflection of teaching and learning, hence the reality of schooling in order to modify practices and overcome the difficulties of schools in the organization of pedagogical work. It also covers the social integration of the subjects in these schools and their communities and through him, it is expected to contribute more than the simple mathematics of overcoming an index, but lead to constant reflection and identification of possible causes of the low-income individuals to form emancipated by knowledge and effect the practice of citizenship through the recovery of self-esteem.

KEYWORDS: Continuing Education, History of Education, Didacticism.

INTRODUÇÃO

O presente Projeto de extensão: “Teoria E Prática: União Sem Fronteiras entre Universidade e Educação Básica para a prática cidadã na periferia de Londrina” pertence à área de Educação do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, do Centro de educação, Comunicação e Artes, da linha programática Educação Continuada. Classifica-se como um Programa de

Atendimento Comunitário e interliga as áreas de História da Educação, Planejamento Educacional e Métodos e Técnicas de Ensino

Tem por objetivo geral, consolidar a junção teoria e prática do trabalho pedagógico no cotidiano escolar como ferramenta de inserção social dos sujeitos das escolas envolvidas, bem como de identificação dos possíveis indicativos do baixo rendimento no IDEB, a fim de contribuir para a superação dessas dificuldades e da formação para a prática cidadã, pois como afirma Libâneo,

Através da ação educativa o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes, ao assimilarem e recriarem essas influências, tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social. (LIBÂNEO apud BERBEL, 2005, pg. 19)

Com o desenvolver do projeto, pretende-se apreender o planejamento de ensino enquanto processo que abarca o diagnóstico histórico da realidade a ser transformada, buscando a concepção e organização das ações a serem desencadeadas, assim também do agir reflexivo e regulatório. Por meio do planejar o projeto terá o reconhecimento nesse processo da expressão de uma postura político-pedagógica, bem como técnico-científica, que se transforma ao longo da história da Educação brasileira. Também objetiva-se desenvolver, permanentemente, conhecimentos, habilidades e atitudes reflexivas da práxis que permitam a tomada de decisões adequadas quanto à escolha dos fins, objetivos e meios para a efetivação do ensino e promoção da aprendizagem, de maneira a contribuir para o pleno desenvolvimento do educando, a fim de promover a sua emancipação e inserção na comunidade; refletir com toda a comunidade escolar acerca dos problemas e limitações presentes no cotidiano da escola, produzindo novos conhecimentos em novas propostas para consecução do ensino e conseqüentemente a valorização das escolas como espaço educativo que ultrapassa o âmbito da educação formal.

Partindo de reflexões sobre o desenvolvimento profissional do educador é que iremos, juntamente com os professores, construir soluções aos problemas educacionais que parte dos pressupostos processos didático-pedagógicos inseridos ao um contexto social de precariedade. Como afirma Berbel,(2005, p.10):

nada melhor que as perguntas que os professores se fazem, os dilemas e conflitos que experimentam, as suas incertezas ou as suas necessidades de

descobertas, para exercitarem a reflexão metódica, partindo de sua própria atuação.

O problema central do Projeto é o de ainda que o município de Londrina tenha um dos maiores IDHs-M, há escolas – as quais este projeto atenderá e que estão localizadas na periferia da cidade de Londrina e em um de seus distritos, o distrito de Paiquerê - que estão situadas em bolsões de pobreza de nosso município apresentando notas baixas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o que nos motiva a desenvolver este trabalho, uma vez que a Universidade tem um compromisso social com a comunidade a qual pertence.

PROCEDIMENTOS: VISANDO UM TRABALHO CONJUNTO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

As escolas que serão alvos da intervenção aqui proposta obtiveram as seis menores notas do IDEB no município nos últimos 4 anos. São eles: quatro Colégios Estaduais de Ensino Fundamental e Médio - Sagrada Família, Ana Molina Garcia, Prof^a Beahir Edna Mendonça e Thiago Terra; uma Escola Estadual de Ensino Fundamental - Dr. Olavo Garcia Ferreira da Silva e um Colégio Estadual de Ensino Médio Paiquerê. O índice é calculado a partir da média do desempenho dos alunos na Prova Brasil e no Saeb, e do índice de aprovação dos alunos.¹ Em 2009 a maior nota das escolas escolhidas foi 3,0. Vale destacar que a média das escolas estaduais no município em 2009 não atingiu a média 6,0.

Esse projeto visa assessorar a comunidade escolar na reflexão e busca de soluções para a identificação das possíveis causas do baixo IDEB e de apontar caminhos para a superação a partir da junção entre teoria e prática. Paulo Freire contribui afirmando que, “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE apud, BERBEL, 2011, p.123).

Assim sendo, será realizada uma ação junto ao Conselho Escolar e Comunidade Escolar, visando a valorização da escola como espaço de discussão,

¹ A Prova Brasil e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

reflexão e busca de soluções, a fim de transformar o cotidiano escolar e, conseqüentemente, promover a inserção social das escolas no bairro.

A partir de 2012, uma das escolas integrará o Programa Mais Educação do Ministério da Educação, que prioriza o atendimento de escolas que obtiveram baixo IDEB, especialmente aquelas situadas em capitais e regiões metropolitanas. Este projeto de extensão objetiva assessorar na elaboração e desenvolvimento das atividades desse Programa nessa escola em específico.

Visando a superação empírica de uma concepção também inerente à Academia, a proposta é a junção de duas áreas compreendidas muitas vezes pelos professores em formação e mesmo pelos professores que já atuam, essencialmente como teórica - no caso da História da Educação; e, prática - no caso da Didática, pois,

A Didática, enquanto área de conhecimentos teóricos e práticos voltados para as questões do ensino, enquanto mediadora entre as teorias da educação e a prática escolar, é uma disciplina eminentemente pedagógica, com conteúdos muito próprios e com relações muito próximas com outras áreas do conhecimento, como a filosofia da educação, a [própria] história da educação, a teoria do conhecimento etc. [...] (BERBEL, 2011, p.16).

Assim, em conjunto com graduandos e recém-formados em pedagogia, o projeto promoverá a integração entre a Universidade, as escolas e a comunidade, além de contribuir para a futura prática dos professores em formação e daqueles que iniciam sua atividade na docência. A integração será um importante aprendizado para os alunos bolsistas e, em especial, para os discentes do curso de Pedagogia. Nesse sentido, a contribuição amplia-se, ultrapassando os limites dos muros das escolas e da Universidade, e rompendo as fronteiras entre o conhecimento científico e a cultura escolar.

METODOLOGIA A SER APLICADA

O projeto terá por metodologia quatro eixos norteadores. Primeiramente, serão realizadas reflexões teóricas aliadas às realidades das escolas com o coordenador-autor e orientadores, os bolsistas, equipe pedagógica, professores e agentes I e II, a fim de promover a integração da equipe do projeto e das escolas. O objetivo é elaborar conjuntamente estratégias de intervenção para com os pais e os

alunos a partir das necessidades específicas das escolas. O projeto tem ciência da existência de um trabalho em andamento e que não será desconsiderado. Parte-se, portanto da premissa de que todos os envolvidos no projeto são sujeitos no processo e não apenas objetos de análise.

Em um segundo momento, os bolsistas serão orientados na elaboração de materiais de apoio para a intervenção junto aos professores, relativa aos métodos de ensino em uma perspectiva histórico-social e na assessoria na elaboração e execução das atividades do Programa Mais Educação.

No terceiro eixo, serão executadas as ações junto aos alunos e pais, visando o reconhecimento e a valorização do espaço escolar como um local de produção cultural e conhecimentos que possibilitam a emancipação dos indivíduos para uma efetiva prática educativa para a cidadania.

No quarto eixo, a avaliação diagnóstica e formativa será aplicada junto à equipe pedagógica das escolas, para verificar os indicadores de bom desempenho do aluno em sala de aula, o rendimento escolar, a elevação ou não das notas bimestrais.

Será feita também uma avaliação do projeto em si, acerca de suas metas, para verificar se as metas estabelecidas em cada ação foram atingidas e satisfatórias. Como indicadores verificaremos a elevação da nota do IDEB, se sua elevação está condizente com o ensino aprendizagem dos educandos.

Para melhor repercussão e extensão do projeto a comunidade docente e discente, o mesmo visa com a contribuição científica e tecnológica que se dará com: Elaboração e publicação de artigos científicos; Apresentação de trabalhos em Eventos científicos; Produção de materiais didático-pedagógicos; Elaboração de relatórios parciais e final; e Formação de Recursos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de uma realidade pautada em uma sistematização da educação estabelecida historicamente, buscamos, enquanto pesquisadoras, caminhos para contribuir na superação de dificuldades que atinge de forma geral o quadro de educadores em relação aos seus processos didático e metodológico. Assim, o projeto vem suprir necessidades escolares por meio de pensamentos reflexivos e críticos como uma forma de perpetuar a formação de profissionais da área da

educação a fim de alcançar, portanto, soluções para os problemas apresentados referentes aos indicadores de baixo desenvolvimento das escolas que serão atendidas.

Sendo assim, tendo os educadores a consciência das necessidades de suas escolas, o projeto irá partir dos problemas pedagógicos detectados que os afligem no momento da ação e com isso, buscar refletir e analisar sobre os mesmos procurando soluções através da aplicação de materiais concretos e metodologias diferenciadas que serão estudadas durante os cursos de formação.

Pretende-se ao final, por um processo avaliativo, identificar as possíveis mudanças no quadro educacional das escolas no que se refere ao envolvimento, aproveitamento e desenvolvimento dos alunos que terão sido atendidos pelos professores que participaram de todo o processo de formação continuada. Assim também, será identificado o impacto causado de forma geral no ambiente escolar, como as relações da equipe pedagógica e alunos, conselho escolar e comunidade escolar.

Não só se tratando de superar números, mas esta pesquisa também abrirá de forma ampla a visão que se tem da educação brasileira, mostrando-nos a realidade que nós educadores encontramos e que ao depararmos com esses diferentes fatos – social, pedagógico, racial - é possível, mesmo com formações universitárias, enfrentarmos dificuldades de como lidar com as mesmas. Por isso, buscamos de forma a contribuir para a melhoria da educação por meio da formação continuada, tendo como objetivo não só ajudar aqueles que queremos atingir, mas também a nós enquanto pesquisadoras.

REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi Aparecida Navas; ROSA, Wagner (Orgs.) **Reflexões de professores** – Londrina: Grafcel, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Algumas reflexões para exercitar a reflexão. Uma conversa de apresentação. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas; GOMES, Daniel Fernando Matheus (Orgs.) **Exercitando a reflexão com conversas de professores**. Londrina: Grafcel, 2005.

GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia histórico-crítica**. 2. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2003. - (coleção educação contemporânea).

MENEGOLLA, Maximiliano; Sant'Anna, Ilza Martins. **Por que planejar? Como**

planejar? Currículo - área - aula. 10. ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 3. ed., Campinas: Papyrus, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2003.

Sítio:

<<http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Coord.) **Repensando a Didática.** 16. ed., Campinas - SP: Papyrus, 2000.



**O SOFRIMENTO INFANTIL E O SIGNIFICADO HISTÓRICO DO AUMENTO DA
DEMANDA POR ATENDIMENTO PSICOLÓGICO EM CLÍNICAS-ESCOLA
THE CHILDREN'S SUFFERING AND THE HISTORICAL SIGNIFICANCE OF THE INCREASED
DEMAND FOR PSYCHOLOGICAL SERVICES IN CLINICS-SCHOOL**

Marilda dos Reis Malagutti¹

Shirlei Alves Ribeiro¹

Prof. Ms. Clovis Eduardo Zanetti²

RESUMO:

Este texto tem por objetivo realizar a revisão de literatura referente a uma pesquisa em desenvolvimento que tem por objetivo a caracterização do público e da demanda por atendimento infantil na Clínica-Escola de Psicologia da UniFil. Através da revisão sublinhamos os o processo histórico e linhas de desenvolvimento que deram origem a "à infância" como uma condição e um fato socialmente produzido em função de determinadas necessidades e anseios vividos por uma sociedade em transição. Acompanhamos a trajetória social da criança na história desde o século XVII até a era pós-moderna. O objetivo é realizar uma reflexão crítica sobre a ideia de infância que permita entender o sofrimento infantil contemporâneo e o significado histórico e social do que os historiadores situam como uma "crise da infância". Crise que se traduz clinicamente no aumento progressivo da demanda por atendimento psicológico infantil nas Clínicas-Escola de Psicologia em geral.

PALAVRAS-CHAVE: história, sofrimento infantil, atendimento psicológico, clínicas-escola.

ABSTRACT:

This text aims to accomplish the literature review for research in development that aims at the characterization of the public and of the demand for child care in the clinic-School of psychology of UniFil. Through the review underline the historical process and lines of development that gave rise to "childhood" as a condition and a socially produced according to certain needs and desires experienced by a society in transition. We follow the social trajectory of the child in the story since the 17th century until the post-modern era. The goal is to accomplish a critical reflection on the idea of childhood that allows to understand the contemporary children's suffering and the historic and social significance that historians are as a "crisis of childhood". Crisis which translates clinically in the progressive increase of the demand for psychological care for children in clinics-School of psychology in General.

KEYWORDS: history, children's suffering, psychological care, clinics-school.

INTRODUÇÃO

¹ Discentes: 2º ano, Psicologia N. – Centro Universitário Filadélfia – UniFil

² Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil



Este trabalho é parte integrante e desenvolvimento parcial de um projeto de pesquisa em andamento intitulado “Caracterização do público e da demanda por atendimento infantil na clínica-escola de psicologia do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil”.

Nesse texto pretendemos problematizar os dados apontados pela pesquisa realizada por BOARINI e BORGES (1998) sobre o *significado histórico da alta demanda por atendimento infantil em serviços de saúde mental*. Uma demanda que vem crescendo a ponto desse público em específico começar representar parcela significativa dos atendimentos realizados em algumas instituições. (Cf. MARTURANO, 1993; SANTOS, 2005; MELO e PERFEITO, 2006; D’ABREU e MARTURANO, 2011).

O objetivo é fazer um recorte nessa problemática, e tentar situar historicamente o crescimento dessa demanda de modo que nos permita compreender recolocar problemas clínicos de forma a visualizar e esclarecer seus determinantes históricos, subjetivos e sociais. Principalmente

“quando percebemos um grande contingente de crianças “batem à porta” dos serviços de saúde (...); há aí uma indicação de que algo não vai bem para a infância, e isso não deve ser desconsiderado”.
(BOARINI e BORGES, 1998, p. 85 [grifo nosso]).

Segundo OLIVEIRA (apud BOARINI e BORGES, 1989) considerar a natureza social do homem, no caso específico da criança, significa contextualizar esses termos no seio de um processo histórico, na sua relação com os modos de produção e necessidades de determinadas sociedades. Significa pensar a criança na sua relação com os bens e valores produzidos socialmente, com as novas necessidades que se vão criando ao longo do tempo.

Quando esse desenvolvimento histórico é ocultado ou não considerado tendemos a estabelecer uma relação naturalizada com os fenômenos. Esquecemos



que fomos nós mesmos que os produzimos em função de nossas necessidades e anseios e passamos a entendê-los como existentes desde sempre como parte de uma suposta natureza eterna e imutável.

A HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA

A inexistência da infância no antigo regime

Segundo ARIÈS (1981) a concepção que temos do que vem a significar o termo “infância” como uma “das idades do homem” nem sempre existiu. Segundo a pesquisa histórica a “ideia de infância” é mais uma produção social temporalmente bem delimitada do que um fato natural puro e simples. A própria divisão das idades por faixa etária expressa pelas noções de “infância”, “adolescência”, “adulto” e “velhice”, somente adquirem sentido no contexto de um determinado tempo histórico e social. Portanto, “abordar a infância como processo histórico não é tarefa simples, pois implica considerá-la como um fenômeno produzido e datado de certo tempo, e de tal modo, constituído de finitude.” (BOARINI e BORGES, 1998 p.86).

Até o século XVII a sociedade via mal a criança e a duração da infância era muito reduzida, afirma ARIÈS (1981). Mal adquiria algum desembaraço motor a criança era logo inserida e misturada aos adultos, partilhava dos seus jogos, festas e trabalhos. De criancinha pequena, se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude.

Contudo, observa o autor, certo sentimento de “paparicação” era reservado à criancinha em seus primeiros anos. Era uma coisa engraçadinha, e se acontecesse de morrer, alguns podiam sofrer, mas via de regra não se fazia muito caso, logo era substituída por outra.

O fato é que anteriormente a modernidade, nas sociedades antigas, *inexistia* um sentimento ou uma consciência da diferença da criança em relação ao adulto.



Até por volta do séc. XVII a infância era desconhecida ou não representada. (ibid., 1981).

O historiador nos mostra com sua pesquisa que a passagem da criança pela família era muito breve e insuficiente para que fosse alvo de consideração ou algum laço afetivo como o conhecemos hoje, pois era comum que desde muito cedo passasse a viver em outra casa que não a de sua família, geralmente na condição de aprendiz.

“Assim, recuperarmos a existência de um significado para a infância na modernidade é, ao mesmo tempo, entender que o seu anonimato na consciência da pré-modernidade não se devia somente, ou primordialmente, às condições de morte prematura ou de poucas chances de sobrevivência da criança na época, mas à ausência da ideia geral de criança e de infância, predominantemente em sociedades anteriores ao modo de produção capitalista”. (Ibid., p. 91).

A ESCOLA PASSA A SUBSTITUIR A APRENDIZAGEM

O pequeno aprendiz dá lugar a aluno escolar

No fim do sec. XVII algumas mudanças passam a ocorrer e uma delas é que *a escola começa a substituir a aprendizagem como meio de educação*. Esse fato torna compreensível a tese de que na sociedade antiga a criança não fosse representada e considerada como tal, pois a antiga prática da aprendizagem era incompatível com o sistema de classes de idade.

A educação por meio da aprendizagem força as crianças a viverem misturadas no meio dos adultos. A transmissão do saber por meio da aprendizagem tinha como local de ensino as oficinas, o campo, as feiras, as festas, os jogos adultos etc. Essa mistura e convivência direta decorrente desse sistema de ensino acabam por borrar os limites e a própria diferenciação entre idades. (ARIÈS, 1981).



Ao final do sec. XVII, a criança deixa de ser misturada aos adultos, deixa de aprender a vida diretamente através do convívio, e vai sendo aos poucos separada e mantida à distância do adulto numa espécie de quarentena antes de ser solta no mundo. O local onde essa quarentena era exercida era a escola. O ensino escolar passou a substituir o ensino por aprendizagem. O pequeno aprendiz passa dar lugar ao aluno escolar.

Essa separação foi uma das faces do movimento de moralização promovido pelos reformadores ligados a Igreja, às leis ou ao Estado. (Ibid. 1981). Contudo, não teria sido possível sem a participação das famílias. Houve uma transformação no seio da família que se tornou o lugar de uma afeição necessária que se exprimiu, sobretudo através da importância que se passou a atribuir a educação.

A partir do final do sec. XVII a família começou então a se organizar em torno da criança que saiu de seu antigo anonimato. Uma revolução escolar e sentimental. Essa mudança afetou a educação, a transmissão do saber e dos valores.

A TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

O projeto burguês de infância

Essa importante mudança na educação, da aprendizagem para o sistema escolar, também faz parte das novas necessidades criadas pela transição econômica, política e social provocadas pela emergência do capitalismo. Tornou-se necessário uma serie de mudanças para atender as novas necessidades de produção e de mão de obra. Foi preciso pensar a educação como um empreendimento capaz de formar um novo homem e uma nova organização social. Neste movimento vemos despertar certa consciência social e um novo sentimento para com as crianças. Começa a se desenvolver outra sensibilidade.



Nesta transição histórica da sociedade feudal, mercantil e artesanal para uma sociedade capitalista e industrial é que foi surgindo e aumentando a distinção clara entre adultos e crianças.

O “sentimento de infância” e sua distinção enquanto condição diferenciada, não se institui de forma igualitária. As “crianças do povo” não frequentavam as escolas, e continuavam a ser educadas no modo antigo de vida em que não se separava as crianças do universo dos adultos. Continuavam a vestirem-se tal qual aos adultos, a trabalhar como eles, a se divertir com seus jogos e brincadeiras, sem diferenciação. Nesse momento a infância aparece como um privilégio de classe.

“A partir do séc. XVII, a sociedade passa a consolidar essa trajetória da infância, reconhecendo, primordialmente, a condição da criança das classes dominantes. A crianças passam, então, a existir como objeto de conhecimento e de afeto e a ser pensada a partir de alguns referenciais, tais como: improdutividade, irresponsabilidade, fragilidade, dependência, inocência, ternura, vulnerabilidade, alheamento à problemática das relações sociais e políticas, etc.” (OLIVERIA apud BOARINI e BORGES 1998, p. 91).

No sec. XVIII, com a ascensão da burguesia, várias práticas sociais vão surgindo e se organizando em torno das crianças, como a pedagogia, medicina infantil, psicologia da criança, entre outras. A criança passa a existir “como objeto de investigação de forma a possibilitar a constituição de saberes sobre a infância.” (ibid., p. 91).

O sentimento de infância, afirma ARIÈS (1981), beneficiou primeiro o menino, enquanto as meninas persistiam mais tempo no modo de vida tradicional que as confundia com os adultos. Outra particularidade observada pelo autor, é que os meninos frequentavam o colégio e as meninas não. Contudo, os meninos que frequentavam a escola eram apenas aqueles pertencentes à classe social dominante.



BOARINI e BORGES (1998) põe em jogo uma questão que nos serve de guia e parâmetro para pensar o sofrimento infantil nesse momento e histórico e mais ainda em nosso momento atual, que é: ***qual o papel ou a função reservada à criança nessa sociedade?***

A sociedade moderna - muito diferente do antigo regime - reserva as crianças o tempo da infância como tempo específico dominado por práticas orientadas pelo ideal burguês, que giram em torno do lazer, da proteção, do carinho e do desfrute das conquistas sociais adquiridas pelo novo regime econômico, político e social emergente. Assim se organizam práticas que visam anteciparem para a criança burguesa o ideal de um homem livre, proprietário e útil à sociedade. Constituindo assim um ideal burguês de infância. (OLIVEIRA apud BOARINI e BORGES, 1998).

Segundo CALLIGARIS (apud BOARINI e BORGES, 1998), nesta imagem idealizada da criança se forjaram os ideais de felicidade a serem buscados pelo homem moderno. Com a mudança de regime foram perdidas as certezas e as supostas garantias de felicidade estabelecidas pelos laços entre servos e senhores feudais. A ideia de felicidade mudou de rumo. No novo regime a felicidade passou a ser um direito e um dever, uma pesada exigência para as futuras gerações: as crianças. Muito em função da pesquisa psicanalítica, foi possível perceber que, a partir de então,

(...) o adulto quando se endereça a uma criança demanda-lhe inconscientemente repor aquilo que experimenta estar lhe faltando. (...) A cota de narcisismo depositada na criança, é idealizada ao ponto tal que o adulto quando olha nos olhos dela, recupera a felicidade que acredita ter perdido ou, da qual supõe estar privado. Assim, do fundo desse olhar, retoma-lhe sua própria imagem refletida às avessas ou, em outras palavras, quando olha para uma criança e focaliza de fato aquela outra ideal, todo adulto consegue se ver a si mesmo completo".(LAJONQUIÈRE apud SANTOS, 2005 p.190).

O REINO ENCANTADO EM CRISE



Da felicidade como dever a idealização da infância

Passamos então da felicidade como dever a idealização da infância como promessa, através da sustentação da imagem da criança, sempre bonita, sempre saudável, alegre o tempo todo, cheia de vida e imaginação, como um ideal a ser atingido, repleto de promessas de recuperação de uma felicidade perdida. Ideal que distorce, encobre, exige e faz sofrer, pois esbarra com as condições concretas de vida, permeadas por extremas desigualdades sociais, por crescentes manifestações de violência fora e dentro de casa.

Segundo CALLIGARIS (apud BOARINI e BORGES, 1998), as práticas de consumo em conjunto com altas exigências depositadas nas crianças são como tentativas de ressurreição da antiga promessa de felicidade eterna, que o homem moderno foi forçado a abandonar. Como também observam JERUSALINSK e TAVARES (1994),

“a imagem da criança feliz vai-se esvaindo e sendo aos poucos substituída pela realidade da criança sujeita a atos de violência e/ou abusos sexuais, abandonada fora e dentro de casa, delinquente e exterminada nas ruas e praças públicas, da criança depositária dos conflitos e tensões sociais de uma sociedade em crise”. (apud BOERINI e BORGES, 1998 p. 96).

Nesse sentido, afirma CALLIGARIS o “reino encantado” da infância já não encontra mais espaço para existir enquanto projeto da modernidade. As crianças entram em um contexto social moderno sendo exploradas de todas as formas e abusadas e levadas a um abandono social como antigamente. “Como tantos outros ideais imaginados nos últimos 200 anos, o do mundo maravilhoso das crianças também entra em crise na era pós-industrial e pós-moderna.” (apud, BOERINI e BORGES 1998, p.97). Na pós-modernidade esse modelo de infância ainda persiste, muito por força da lei que o mantém como direito e conquista social. Mas na prática, e não somente nas classes populares, a realidade tem sido outra.



O SOFRIMENTO INFANTIL

A demanda por atendimento psicológico infantil: considerações preliminares

Entendemos que esse resgate histórico seja um trabalho preliminar, imprescindível, para que possamos dar o passo seguinte desta pesquisa que é após a coleta de dados termos um referencial que nos permita compreender criticamente as prevalências estatísticas e interpreta-las tendo em vista seu contexto histórico como um processo em movimento.

No Brasil, por exemplo, estudos epidemiológicos realizados entre 1980 e 2006 apontam que entre 15 e 21% de crianças e jovens brasileiros apresenta problemas mentais. (CORTE; DUARTE; DELGADO, 2008).

No caso específico das Clínicas-Escola a literatura mostra um aumento importante da demanda por atendimento psicológico infantil, o que é confirmado por dados de observação não sistematizada extraídos de nossas experiência sobre a demanda acolhida pela Clínica-Escola da UniFil. Uma demanda que vem crescendo, como já pontuamos, a ponto desse público em específico começar representar parcela significativa dos atendimentos realizados em algumas instituições. (Cf. MARTURANO, 1993; SANTOS, 2005; MELO e PERFEITO, 2006; D'ABREU e MARTURANO, 2011).

Contudo, a contextualização histórica e psicanaliticamente orientada dessa informação nos permite levantar a hipótese de que o aumento da demanda esteja apontando justamente para isso que identificamos como uma "crise da infância", e que o sofrimento infantil e da própria família, diante deste contexto ensurdecido, encontra através dos sintomas, inibições e angústia os mais variados meios de se fazer ouvir.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.

ITO, R. Z.; MALAGUTTI, M. R.; RIBEIRO, S. A.; ZANETTI, C. E. Caracterização do público e da demanda por atendimento infantil na Clínica-Escola de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia de Londrina – UniFil. In: **A psicologia e o novo paradigma da ciência**. Andrea S. S. Berger, Denise H. Tinoco, Marien A. Chahine (Orgs.) Londrina: EdUniFil, 2012.

BOARINI, M. L.; BORGES, R. F. **Demanda infantil por serviços de saúde mental: sinal de crise**. Estudos de Psicologia (Natal), v.3, n.1, p.83-108, 1998.

BOECKEL, M. G. et al. **O papel do serviço-escola na consolidação do projeto pedagógico do curso de Psicologia**. Psicol. Ensino & Form. 2010, v.1, n.1, p. 41-52.

BRASIL. Lei nº4.119, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo**. In: Diário Oficial da União. Brasília, cap. IV, art. 16, p. 03. 5 set. 1962.

BRASIL. Parecer CNE/CES 0062/2004, de 12 de abril de 2004. Dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia**. In: Diário Oficial da União. Brasília, Processo 23001.000321/2001-99. 19 fev. 2004.

CAMPEZATTO, P. M.; NUNES, M. L. T. **Caracterização da clientela das clínicas-escola de cursos de Psicologia da região metropolitana de Porto Alegre**. Psicol. Reflex. Crit. 2007, v.20, n.3, p. 376-388.

COUTO, M. C. V.; DUARTE, C. S.; DELGADO, P. G. G. **A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios**. Rev. Bras. Psiquiatr. 2008, vol.30, n.4, p. 384-389.

D'ABREU, L. C. F.; MARTURANO, E. M. **Identificação de problemas de saúde mental associados à queixa escolar segundo o DAWBA**. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n.2, p. 152-158, abr./jun.2011.

DOLTO, F., Prefácio. In: Mannoni, M. **A primeira entrevista em Psicanálise**. Rio de Janeiro; Campus, 1981.

FERREIRA, M.; TINOCO, D. H. **Manual do Serviço de Psicologia da UniFil**. Centro Universitário Filadélfia – UniFil, Londrina s/d.



JERUSALINSKY, A. N., Apresentação In: Calligaris (org.) **Educa-se uma criança?** Porto Alegre; Artes e Ofícios, 1995.

LACAN, J., **Duas notas sobre a criança** In: Opção Lacaniana, Ab. 1998, nº 21 (extraído de Ornicar?, Revue du champ Freudien, n. 37, Avril-Juin, 1986, p.13 e 14

LAJONQUIÈRE, L., **Infância e ilusão (psico) pedagógica; escritos de Psicanálise e Educação.** Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, S. A.; PERFEITO, H. C. C. S. Características da população infantil atendida em triagem no período de 2000 a 2002 numa clínica-escola. **Estud. Psicol.** (Campinas), 2006, v.23, n.3, p. 239-249.

MARTURANO, E. M.;MAGNA, J. M.; MURTHA, P.C. Procura de atendimento para crianças com dificuldades escolares: um perfil da clientela. In: **Psicologia Teoria e Pesquisa.** Brasília, 1993, v. 9, n.1, p. 207-226.

ROMARO, R. A., & CAPITÃO, C. G. **Caracterização da clientela da clínica-escola de Psicologia da Universidade de São Francisco.** Psicologia: Teoria e Prática, v.5, n.1, p. 111-121, 2003.

SANTOS, L. A. R. (2005). **A criança, seu lugar na contemporaneidade e as implicações na clínica psicanalítica.** Estados Gerais da Psicanálise, 2005. Acesso em 20.04.2012, Disponível em: <<http://www.estadosgerais.org/gruposvirtuais/santos-a-crianca.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

TEIXEIRA, D. C. VORCARO, A. R. Acolhimento em Clínica-Escola: O tratamento da Queixa. **Revista Saúde e Pesquisa**, n2, UFMG, MG, mai./ago. 2009.

TINOCO, D. H.. **Entrevista** concedida a Polyana Almeida, Tayna Batista. Londrina, 26 mar. 2012.